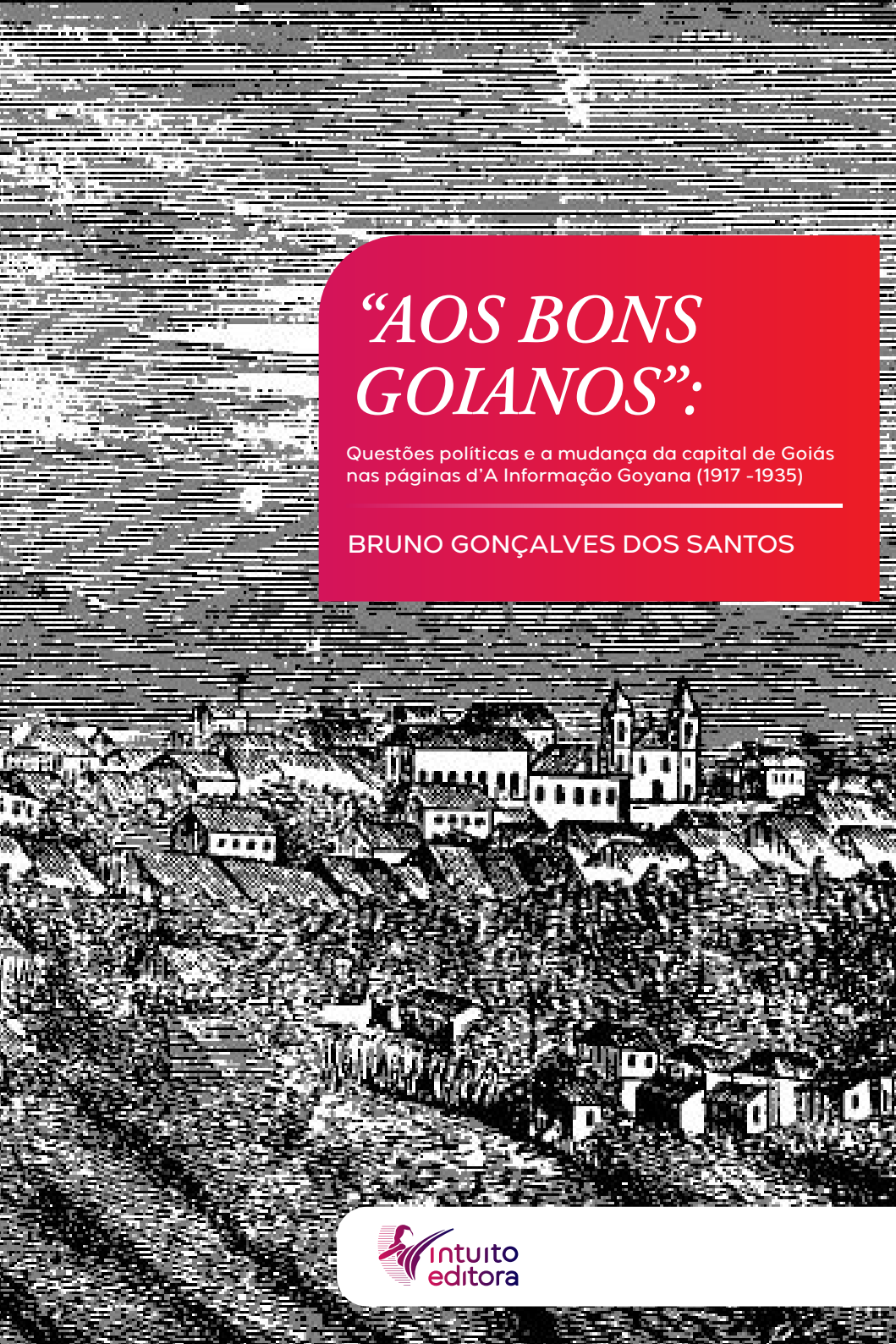


"AOS BONS GOIANOS":

Questões políticas e a mudança da capital de Goiás nas páginas d'A Informação Goyana (1917 -1935)

BRUNO GONÇALVES DOS SANTOS

intuito editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Bruno Gonçalves dos
"Aos bons goianos" [livro eletrônico] : questões políticas e a mudança da capital de Goiás nas páginas d'A Informação Goyana (1917 -1935) / Bruno Gonçalves dos Santos. -- Jataí, GO : Editora Intuito, 2023.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-981154-3-2

1. Brasil - História 2. Goiás (Estado) - História 3. Política - Brasil 4. Periódicos brasileiros - História I. Título.

24-193665 CDD-981.73

Índices para catálogo sistemático:

1. Goiás : Estado : História 981.73

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da Editora IntuitoI por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfílmicos, fotográficos, videográficos, reprográficos, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos doCódigo Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

1.a Edição - *Copyright*© 2023 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Intuito.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do autor. As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas do autor.

Editor-Chefe Éder Mender
Revisão O autor
Diagramação Graziano Magalhães
Conselho Científico Drª. Ana Karine Martins Garcia – Coordenadora GRU
PO DE ESTUDO E PESQUISA da HISTÓRIA DAS
PRÁTICAS DA SAÚDE E DAS DOENÇAS
vinculado ao CNPq
Drª. Clarissa Adjuto Ulhôa – Universidade Federal de Jataí
Drª. Cristina Helou Gomide – Universidade Federal de Goiás
Dr. Elias Manuel Silva Mota – Universidade de Rio Verde
Dr. José Fábio da Silva -
Dr. Marcos Antônio Menezes – Universidade Federal de Jataí
Drª Marina Silva Gregório – Universidade Federal do Tocantins
Dr. Murilo Borges Silva – Universidade Federal de Jataí
Me. Murillo Oliveira Soares – Rede Sesi/Senai de Ensino
Drª. Nathália de Freitas – Rede Privada de Ensino de Goiânia
Drª. Renata Cristina de Sousa Nascimento – Universidade Federal de Jataí/
Universidade Estadual de Goiás/ Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Drª Sandra Nara Novais – Universidade Federal de Jataí
Drª. Tatiana Franco Rodrigues Zanirato – Universidade Federal de Jataí



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 6

CAPÍTULO 1 14

"PARA SUA INFORMAÇÃO": A INFORMAÇÃO GOYANA EM FOCO

1. 1. EXPEDIENTE: APRESENTAÇÃO DA REVISTA 15
1.2. HENRIQUE SILVA: MOMENTOS DE UMA TRAJETÓRIA..... 27
1.3. UM GOIANO NA CAPITAL FEDERAL..... 37
1.4 OS COLABORADORES: MÃOS EM PROL DE GOIÁS..... 53
1.5 ASPECTOS MATERIAIS, CIRCULAÇÃO, OS IMPASSES DE SUA MANUTENÇÃO E SEU PÚBLICO..... 62

CAPÍTULO 2 73

A INFORMAÇÃO GOYANA NO CONTEXTO HISTÓRICO DA ÉPOCA: DISCURSO ALINHADO COM AS CONVENIÊNCAS POLÍTICAS E A CONTUNDENTE DEFESA DA FERROVIA.

2.1 O CONTEXTO..... 74
2.2. AFINIDADES POLÍTICAS..... 81
2.3 UMA QUESTÃO DE CONVENIÊNCIA..... 94
2.4. EM DEFESA DOS MEIOS DE TRANSPORTES: UMA GRANDE CAMPANHA..... 105

CAPÍTULO 3 127

A INFORMAÇÃO GOYANA E A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DE GOIÁS

3.1 A CAMPANHA À FAVOR DE BONFIM..... 135
3.2 A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL GOIANA: SEGUINDO AS PÁGINAS D'A INFORMAÇÃO GOYANA..... 146

CONSIDERAÇÕES FINAIS 170

FONTES..... 177

SITES PESQUISADOS 177

REFERÊNCIAS 177

INTRODUÇÃO

Este livro pretende analisar *A Informação Goyana*. Revista fundada e editada no Rio de Janeiro entre 1917 e 1935, por dois goianos, Henrique Silva e Americano do Brasil. Minha tentativa é expor de que forma o periódico se configurou como instrumento de manifestação política, econômica e social de Goiás e sobre Goiás, com a intenção de inserir o estado em um cenário de discussão política a nível nacional.

O objetivo principal é compreender a postura política da revista diante do contexto da transferência da capital de Goiás, por meio dos conteúdos registrados em suas páginas. Logo, o recorte temporal deste estudo justifica-se pelo período em que a revista se manteve em circulação, mas essa delimitação temporal não nos im-

pediu em retroceder alguns anos para nos ajudar a compreender alguns aspectos da revista. Inclusive, foi no processo de perceber o contexto anterior ao surgimento da revista, que encontramos relevantes informações por meio da imprensa carioca sobre Henrique Silva, e suas vinculações políticas. Isso nos fez perceber que uma pesquisa que tem como principal fonte um meio de comunicação impresso - no caso, *A Informação Goyana* - precisa levar em consideração o grupo responsável pela sua publicação. Por isso, mesmo antes de abordar o contexto em que ocorre a transferência da capital de Goiás (década de 1930), nos preocupamos em identificar a atuação desse grupo de intelectuais, analisando seus escritos e percepções, principalmente o que se refere à pessoa de Henrique Silva, intelectual formado na Escola Militar da Praia Vermelha (RJ). E para melhor compreensão do papel de Henrique Silva enquanto intelectual, tomamos a representação proposta por Edward W. Said, em sua obra *Representações do Intelectual: As conferências Reith de 1993*. Adiantamos que o pensador palestino pensa o intelectual "enquanto figura representativa – alguém que visivelmente representa um certo ponto de vista, e alguém que articula representações a um público, apesar de todo tipo de barreiras." (SAID, 2005, p. 27). Dessa forma, justificaremos esta abordagem teórica, e como o autor chega a essa representação nessa pesquisa.

Faz-se necessário destacar que outros estudiosos já se utilizaram desta revista como fonte histórica, mas o que diferencia esta pesquisa das demais são os problemas colocados e a forma de abordagem proposta. A pesquisadora Maria de Araújo Nepomuceno (2003) foi pioneira em utilizar *A Informação Goyana* como objeto de estudo, que resultou na publicação de seu livro: *O papel político-*

-educativo de A Informação Goyana na construção da nacionalidade, em que aborda a revista como instrumento político-educativo, responsável pela formação de uma certa consciência sobre Goiás, com o objetivo de ligar o sertão ao litoral. Apesar da profundidade de seu trabalho, ressaltando muitos dados importantes sobre a revista, a autora alerta que ele abre novas linhas de questionamento. Portanto, a leitura de sua obra é obrigatória para aqueles que pretendem utilizar a revista como fonte de pesquisa.

Destarte, a exemplo das outras possibilidades que o periódico pode proporcionar detectamos a importante pesquisa de mestrado da autora Andreia Silva Lisboa, publicada pela Universidade Federal de Goiás em 2009. A pesquisa intitulada: O *"Brazil – Central" e suas potencialidades na revista a Informação Goyana (1917-1935)*, que, em linhas gerais, analisa as estratégias da revista em projetar Goiás para o país se utilizando da questão da saúde para contrapor as ideias negativas sobre Goiás.

As pesquisas supramencionadas e outros trabalhos que utilizaram esta fonte para pesquisas corroboram com a ideia de que *A Informação Goyana* é uma fonte relevante para os estudos sobre Goiás. Para Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas (2009), por exemplo, *A Informação Goyana* se constitui em "fonte valiosa para o conhecimento de Goiás durante as primeiras décadas do século XX". Também o historiador Cristiano Alencar Arrais (2013) define a fonte como preciosa, "em suas páginas vislumbramos, além da movimentação política no âmbito regional e suas relações como o panorama político nacional, também as principais expectativas da intelectualidade goiana do período".

A imprensa é um tipo de fonte abundante em dados e elementos, que enriquece e contribui na reconstituição histórica, proporcionando uma melhor compreensão das sociedades em suas relações, condições e forma de vida, expressões culturais e políticas. No entanto, as pesquisas que se utilizaram de impressos como objeto e fonte primordial de estudo no Brasil, tiveram início em um passado recente. A historiadora Tania Regina de Luca (2005), ao se propor a analisar o uso de impressos como fonte de pesquisa elucida que ainda na década de 1970 eram insólitas as obras acadêmicas que os utilizava para a produção de conhecimento histórico no país. É valido ressaltar que a ideia de produzir uma História da imprensa já existia[1], no entanto havia resistência em produzir a escrita da História através dos órgãos impressos. Para compreender tal relutância, deve-se levar em consideração a influência de certa tradição predominante no século XIX e nos umbrais do XX, calcada no modelo de buscar a verdade dos fatos, que naquela concepção seria alcançada apenas por meio de documentos oficiais. Ou seja, fontes que se julgavam serem delimitadas por credibilidade, fidedignidade, objetividade e neutralidade. Havia uma hierarquia de documentos no qual o pesquisador deveria se valer de cuidados. De acordo com Luca "[...] os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões" (2005, p. 112).

1 Um exemplo é a grandiosa obra, História da Imprensa no Brasil de Nelson Werneck Sodré, resultado de uma pesquisa de trinta anos, publicada em 1966. Uma obra rica de informações, que através de uma perspectiva marxista analisou a simbiose entre governantes e a imprensa brasileira.

As refutações a essa concepção da hierarquia de documentos ensejada pela Escola dos Annales na década de 1930, não fez com que houvesse de pronto o reconhecimento das possibilidades dos periódicos na construção do saber histórico, que segundo a autora: "continuou relegada a uma espécie de limbo." (LUCA, 2005, p. 112). No entanto, com o desenrolar do século XX, ocorreram alterações expressivas das práticas historiográficas, como o advento da História Nova, a renovação do marxismo, e o recrudescimento da História Cultural, mudanças essas que possibilitaram a incorporação de novos problemas, abordagens e objetos. Consequentemente modificou-se também a concepção de documento, surgindo assim, uma gama de trabalhos que juntamente com a História da imprensa e através dela, passou-se a utilizá-la como objeto para a produção da pesquisa histórica.

Dessa maneira, as grandes possibilidades de análises decorrentes das mudanças no fazer histórico potencializaram o gênero revista. Dentro desse conjunto de meios impressos, nosso objeto de pesquisa, *A Informação Goyana* é entendida nessa modalidade de publicação periódica, na qual possui formas e características próprias.

Acreditamos que as revistas, bem como outros impressos, revelaram-se como importante arcabouço fértil e diversificado de documentos. Segundo Martins (2003, p. 60), "A atração suscitada pela revista como documento, tornou-a irresistível, conjunto lúdico que numa só publicação reúne texto, imagem, técnica, visões de mundo e imaginários coletivos". De certo modo, foi essa atração que sentimos pela revista *A Informação Goyana*.

No que tange aos aspectos metodológicos, a pesquisa não buscou uma receita pronta para ser aplicada, ou um esquema com capacidade de abranger a variedade da imprensa e a sua ampla possibilidade de pesquisa, pois não seria prudente se prender em "esquematismos" na análise de impressos. Zicman (1985, p. 100), ao sugerir alguns problemas metodológicos sobre fontes impressas, afirma que "[...] um método não é "vale tudo" ou "prêt-à-porter", e não deve funcionar como uma "camisa-de-força" para a análise".

Assim, seguindo o objetivo da nossa pesquisa, catalogamos n'*A Informação Goyana* o maior número possível de artigos que possuíam a política como assunto, e todos os artigos sobre a transferência da capital de Goiás. Sobre o assunto "política", Nepomuceno (2003) mostrou que entre todos os artigos da revista, apenas 4,17% trataram deliberadamente sobre o tema. Mas, levamos em consideração que todas as fontes periódicas, sempre agem no campo político-ideológico, como por exemplo, a campanha que a revista fez por melhores condições de vias de comunicação, e a sua posição favorável à mudança da capital de Goiás, são assuntos políticos. Desse modo, procuramos na medida do possível aproximar esses artigos catalogados com a historiografia goiana que trata dessa temática.

Ainda sobre a metodologia, notamos um fator que contribui para a análise d'*A Informação Goyana*: ela possui uma longa e representativa série, localizada temporalmente em um contexto de transformações políticas no Brasil e em Goiás (1917 – 1935). Isso nos permitiu analisá-la levando em conta a sua especificidade, sua materialidade, nos seguintes aspectos: a periodicidade, a publicidade, organização interna dos conteúdos, o uso de iconografia, bem

como as opções estéticas e as funções cumpridas na publicação. Será evidenciado também o público a quem ela se destinava, o grupo responsável pela publicação e os colaboradores do mensário.

À vista disso, é bom lembrar que não só a revista aqui analisada, mas os meios impressos de modo geral elencam as informações ou notícias de acordo com suas conveniências, ou seja, são veículos de divulgação de ideias, valores e interesses, publicados através de sua escrita própria.

Dessa maneira, o primeiro capítulo se ocupou em apresentar *A Informação Goyana* e seu mentor, Henrique Silva. Para uma melhor compreensão, o capítulo foi subdivido em algumas partes, sendo que inicialmente traçamos as características da revista para uma maior familiarização com a fonte. Em seguida expomos em breves linhas alguns momentos da vida de Henrique Silva, dando ênfase ao período que ele viveu no Rio de Janeiro, em meio ao periodismo carioca. Na parte posterior, procuramos identificar quem fazia parte do grupo de colaboradores da revista, e finalizamos o capítulo analisando seus aspectos materiais, sua circulação, manutenção e o público a quem Henrique Silva procurou direcionar seu periódico.

No segundo capítulo, buscamos perceber o contexto político nacional e estadual do qual a revista fez parte. Para isso, no primeiro tópico procuramos comentar as dinâmicas políticas do contexto denominado Primeira República, para que na etapa seguinte pudéssemos evidenciar os discursos da revista em relação a essa estrutura política. Nos próximos itens o intuito foi evidenciar as vinculações e afinidades políticas de Henrique Silva com alguns políticos goianos, e sua postura diante dos grupos políticos que dominaram Goiás na-

quele período. Fechando esse tópico, procuramos analisar um tema bastante explorado pelo periódico, os meios de transporte de modo geral e a construção da ferrovia em particular.

No capítulo terceiro a proposta foi analisar como a revista se portou diante do processo da transferência da capital de Goiás, posta em prática pelo grupo que chegou ao poder no ano de 1930. Ou seja, perceber a mudança da capital pelo prisma d'*A Informação Goyana*. Por isso, preliminarmente discorremos sobre os debates sobre a mudança da capital. Nesse sentido, as obras de Palacín e Chaul foram importantes nessa parte do trabalho, pois nos deram a base para reconstruir as discussões sobre o tema que teve suas raízes no período colonial. No tópico seguinte procuramos perceber como *A Informação Goyana* se comprometeu abertamente em fazer uma campanha para que a nova capital fosse transferida para a cidade de Bonfim. E no último tópico objetivamos perceber a postura do periódico sobre o assunto já com o local escolhido para edificar a nova Capital.

Nesse sentido, a pesquisa pretende numa abordagem diferenciada, trazer novos elementos e para a discussão desse importante período da História de Goiás.

CAPÍTULO 1

"PARA SUA INFORMAÇÃO": A INFORMAÇÃO GOYANA EM FOCO

1. 1. EXPEDIENTE: APRESENTAÇÃO DA REVISTA

"A *Informação Goyana. Sob este titulo deve apparecer, no dia 15 do corrente mez, uma revista mensal, dirigida por Henrique Silva e Americano do Brasil*"[2]. Dessa forma, o jornal carioca *O Paiz*, em 5 de agosto de 1917, prenunciava naquele domingo o surgimento do mensário que se autodefinia como uma "revista mensal, illustrada e informativa das possibilidades econômicas do Brasil Central."[3] Com os seus 213 fascículos compreendidos por 19 volumes, e embora autodeclarada informativa sobre o Brasil Central[4], o periódico modelou seu formato na construção de uma autoimagem fundamental: propagar as riquezas de Goiás na então capital federal (RJ), no intuito de formar opinião sobre o que o Estado possuía para contribuir no desenvolvimento do país.

A revista foi fundada por meio da iniciativa de dois goianos, Henrique Silva (1865-1935), formado pela Escola Militar da Praia Vermelha do Rio de Janeiro, e Antonio Americano do Brasil

2 O Jornal do Brasil na quarta-feira do dia 8 de agosto também estampou a notícia prenunciando o aparecimento d'A *Informação Goyana*.

3 Na primeira página de todos os números d'A *Informação Goyana*, logo abaixo do título, consta essa definição.

4 No entendimento de Henrique Silva, o Brasil Central era composto por: "Minas, Goyaz, Matto Grosso, Oeste de São Paulo e os altos sertões da Bahia, Piauhy e Maranhão". (A *Informação Goyana*, fevereiro de 1918, p.82).

(1891-1932), formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em março de 1918 Americano do Brasil fora convidado pelo então presidente do Estado de Goiás João Alves de Castro – seu futuro sogro – para assumir um cargo em seu governo, consequentemente deixando a direção da revista, que na ocasião noticiou a sua partida:

> O Exmo. Sr. desembargador João Alves de Castro, presidente do Estado de Goyaz, acaba de convidar para o cargo de secretario do Interior e Justiça o nosso estimado companheiro Dr. Americano do Brasil, membro da diretoria da "*A Informação Goyana*".
>
> Não podia ser mais acertada a escolha do illustre Sr. presidente de Goyaz. O Dr. Americano do Brasil é incontetavelmente um dos mais bellos espiritos da moderna geração goyana. Possuidor d'uma solida cultura scientifica e dotado de uma rara capacidade de trabalho, o nosso illustre e jovem companheiro será, temos a maxima certeza, um precioso auxiliar do actual governo do seu Estado natal. Tendo feito estudos especiaes e aprofundados sobre instrucção publica, elle póde prestar nesse ramo os mais relevantes serviços ao progresso intelectual e moral de sua terra.[5] (*A Informação Goyana*, abril de 1918, p. 102).

Americano do Brasil, apesar de seu afastamento, continuou como colaborador da revista, e Henrique Silva toma as *rédeas* da revista até sua última publicação em 1935.

5 Optamos por transcrever a ortografia da época, deste e de outros documentos citados neste trabalho com o objetivo de preservar as expressões originais.

Em seu primeiro número, na primeira página, antes mesmo do sumário e do "artigo-programa" – espécie de editorial da revista – onde consta a apresentação do periódico, seus fundadores registram em letras menores na parte superior da página sob o título Expediente, três rápidos avisos, nos quais figuram traços que serão característicos durante todo o seu período de circulação.

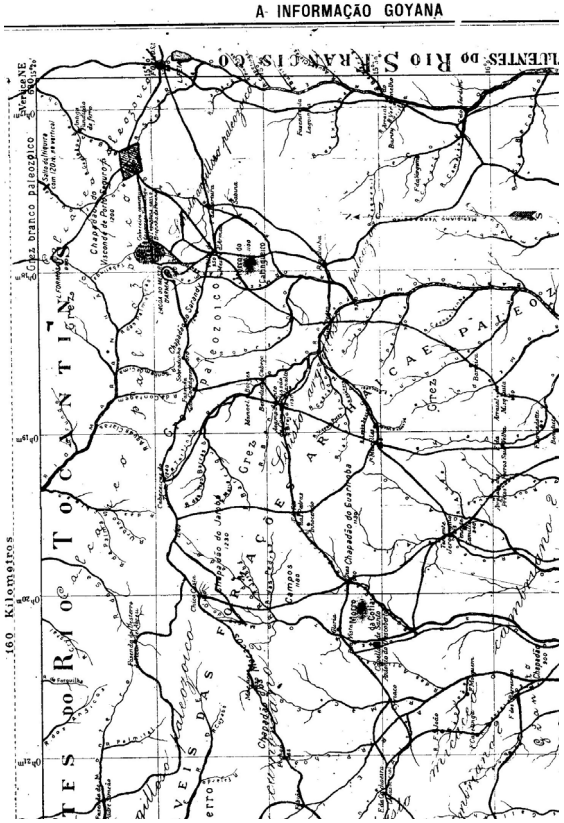
> A absoluta falta de espaço obrigou-nos a retirar d'este numero o mappa da área de 14.400 kilometros quadrados, demarcada no planalto central do Brasil para o futuro Distritcto Federal. [...]
>
> ———————
>
> Das obras que sejam recebidas, dar-se-á noticia critica.
>
> ———————
>
> Por obvios motivos apparecem de preferência no presente numero artigos e conceitos acerca das cousas do hinter-land, extrahidos das obras de viajantes e sábios estrangeiros que o percorreram.
> É que tais autores estão insentos da pécha de bairrismo ou de axagero – cousas estas mui fáceis na bocca de certos saberêtes nossos que nunca transpuzeram a Mantiqueira, Brasil a dentro. (*A Informação Goyana*, agosto de 1917, p. 1).

Malgrado seus redatores não estamparem o mapa do local para se instalar a futura capital do Brasil naquele número, o esboço do mapa foi reproduzido pela revista em onze números posteriores[6], ocu-

6 Os mapas foram publicados nas edições de: Setembro de 1917; Outubro de 1917; Novembro de 1917; Dezembro de 1917; Janeiro de 1918; Fevereiro de 1918; Novembro de 1918;

pando o espaço de uma página inteira. À exceção do primeiro mapa publicado, os outros não possuíam artigos ou textos que referenciassem ou comentassem de forma direta sobre eles. O objetivo da publicação dos mapas era ilustrar através da imagem que a demarcação no planalto feita pela Comissão Cruls para a edificação da futura capital do Brasil era realidade, pois este tema juntamente com a questão dos transportes, será exposto infatigavelmente do seu início ao fim.

Imagem 1 - Esboço da área demarcada no Planalto Central pela Comissão Cruls.



Fonte: *A Informação Goyana*, fevereiro de 1918. Importante notar que no canto inferior direito da página identifica que a revista era inicialmente editada nas instalações das Officinas Grapicas do Jornal do Brasil.

Janeiro de 1919; Julho de 1919; Agosto de 1919 e Setembro de 1919.

Em relação ao segundo aviso, apesar de seu principal mentor Henrique Silva ter escrito a maioria de seus artigos, o envio de artigos para publicação, vindos de outras pessoas por correspondência, era uma prática comum[7].

Como dito no último aviso, o primeiro número da revista possui as impressões de "estrangeiros" que no século XIX viajaram pela região central do Brasil. A reprodução desses relatos de viajantes naturalistas do século XIX, tal como os relatórios dos presidentes de Província e as pesquisas realizadas por ele *in loco*, serão fontes fundamentais para a formação do conteúdo do periódico. Com esses três tipos de fontes Henrique Silva procurou conferir ampla relevância aos aspectos naturais, à economia, e à História de Goiás. Contudo, as críticas ferrenhas eram reservadas às obras que seu mentor julgava não condizer com a realidade de Goiás, como veremos a seguir.

No "artigo programa", ainda no primeiro número, seus fundadores expõem com nitidez seus propósitos, posicionando a revista no espaço da imprensa brasileira. Pretenderam trazer uma proposta exclusiva e bem definida, pois, segundo eles, *A Informação Goyana* não era meramente um órgão de cunho noticioso como normalmente são as revistas e os jornais, muito menos uma revista exclusivamente técnica. Seus dirigentes almejavam produzir um impresso qualificado e especializado sobre o Brasil Central:

> O apparecimento hoje desta publicação se justifica pela propria necessidade que havia de um orgão informativo e de propaganda das incoparaveis riquezas nativas do interland brasileiro

7 Tais artigos eram enviados para a revista que obviamente passavam pelos olhos atentos de seu diretor.

> – essa vastissima região quase desconhecida sob todos os seus aspectos e que, no entanto, possue os mais fortes elementos para se encorporar ás correntes progressivas das mais prosperas zonas do nosso paiz.
>
> Como se sabe, Goyaz occupa o centro geometrico do Brasil, e não carece, pois, de razões geographicas para representar ainda um importante papel social e econômico na grandeza futura da nossa sociedade.
>
> O que é mister é tornar melhor conhecidos de nós mesmos e dos estrangeiros o seu saluberrimo clima, as suas riquezas extraordinarias, as suas fontes de vida, as suas possibilidades economicas. (*A Informação Goyana*, agosto de 1917, p. 1).

A sua fundação é justificada pela falta de um órgão informativo sobre o interior do Brasil na capital federal, pois, para eles essa região de riquezas infindas teria inexoravelmente um papel fundamental para o progresso da nação. No intuito de preencher esse vácuo seus articulistas concentraram suas forças em incorporar Goiás em um cenário de discussão política do qual o estado ainda não fazia parte. Assim, com sua criação o momento se redefine, pois a oportunidade de editar, construir e formular uma revista em solo carioca faz com que surja também um espaço político em que Goiás pudesse ser exposto e discutido como possibilidades através de suas riquezas naturais.

Dessa maneira, os mentores expressaram seus incômodos com a desídia por parte da imprensa carioca, afirmando que a chegada do impresso no Rio de Janeiro também possuía o propósito de:

> [...] refutar com factos e algarismos exactos as apreciações injustas que tantas vezes em livros e na imprensa se tem propalado ácerca da terra goyana. Em geral, o que aqui na Capital Federal se sabe do Estado de Goyaz – imprensa particularmente – é confundil-o com o de Matto Grosso.
>
> O periodismo carioca nas suas revistas dos Estados não inclue nunca o de Goyaz. Nem nos trabalhos organizados pela Directoria de Estatistica Commercial do Ministerio da Fazenda, nem nos do Serviço de Estatistica Commercial do Rio de Janeiro o simples vocabulo indigena Goyaz vem mencionado. (*A Informação Goyana*, agosto de 1917, p. 1).

Por inúmeras vezes Henrique Silva contestou afirmações, dados, até mesmo pesquisas de pessoas e instituições estimadas no meio científico do início do século XX. A título de exemplo, ele não só refutou, mas depreciou os resultados dos estudos de Arthur Neiva e Belisário Penna publicados na *Viajem cientifica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauhi e de norte a sul de Goyaz, nas Memorias do Instituto Oswaldo Cruz*[8] em 1916.

Em um artigo intitulado *A verdade sempre apparece*, Henrique Silva comenta que havia enviado uma carta ao *Correio da Manhã* dizendo que nenhum dos dois médicos fez pesquisas nas ter-

8 A viagem científica realizada por Belisário Penna e Arthur Neiva em 1912, promovida pelo Instituto Oswaldo Cruz por requisição da Inspetoria de Obras Contra as Secas deu origem a um relatório que serviu de referência na elaboração de um novo imaginário sobre as populações rurais. A expedição tinha por objetivo conhecer e mapear o quadro nosológico do Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e Goiás de Norte a Sul. Durante nove meses os médicos discutiram a geografia, a cultura e a história desses locais para compreender a incidência de determinadas doenças e sua distribuição entre lugarejos e populações. (CASAZZA, 2006, p. 62).

ras demarcadas para a futura Capital Federal, pois em dezembro de 1916 o jornal *Correio da Manhã* publicou um artigo mencionando que o Brasil estaria em maus lençóis se a Capital fosse transferida para o Planalto Central, - sendo que a afirmação foi baseada nos estudos dos pesquisadores de Manguinhos. A carta foi publicada no matutino asseverando que Henrique Silva cometeu um grave erro. Contudo, em nova missiva do goiano, o jornal não publicou suas contestações, de acordo com ele tal omissão ocorreu "porque não lhe convinha destruir as capciosas affirmações da vespera nem tão pouco desmentir os emissarios de Manguinhos" [9]. Henrique Silva tomou para si o dever em refutar os cientistas que se colocaram "contra o salubre clima apenas por oitiva", e aos seus aliados que protestavam com a sanidade do *hinterland*. Esses artigos de contestação já mostravam em seus títulos o tom crítico como *Viajores – mas superficiaes observadores* [10], *Metendo foice em seára alheia* [11], colocando em descrédito as pesquisas de Belisário Penna e Arthur Neiva, tanto que em dado momento aconselha: "[...] o melhor é o leitor nos acompanhar desde o presente numero d'*A Informação Goyana*, porque, decididamente não os podemos largar tão cedo" [12].

Ainda em seu artigo de apresentação, na conclusão é exposto de forma contundente e clara o alvo que eles pretendiam alcançar:

> Ora, um dos principaes objetivos desta revista é precisamente collocar diante dos olhos dos ca-

9 A *Informação Goyana*, fevereiro de 1918, p. 80.
10 A *Informação Goyana*, março de 1918, p. 91.
11 A *Informação Goyana*, julho de 1918, p. 156.
12 A *Informação Goyana*, fevereiro de 1918, p. 84.

> pitalistas, dos industriaes e dos commerciantes as possibilidades econômicas sem conta do Estado mais central e menos conhecido do Brasil.
>
> "*A Informação Goyana*" traz, portanto, um fim e um programma que bem a definem na imprensa brasileira. (*A Informação Goyana*, agosto de 1917, p. 1).

A revista se propôs a ser uma espécie de vitrine do Estado, e deveria alcançar aqueles que tivessem condições para investir na região, pois Goiás era uma região que, embora pouco conhecida dos investidores, oferecia inúmeras possibilidades que deveriam ser mais bem aproveitadas.

O período da fundação da revista em 1917 coincide com a Primeira Guerra Mundial, sendo que no dia 26 de outubro daquele ano o Brasil tornou pública sua decisão de entrar na Primeira Guerra ao lado das potências aliadas, França e Inglaterra. Sob a presidência de Venceslau Brás, revogou a sua condição de neutralidade, rompendo os laços diplomáticos com a Alemanha, pois, atuante nas rotas marítimas comerciais no Atlântico Sul, o Brasil vinha sendo crescentemente ameaçado pela política alemã de guerra submarina irrestrita nos dois primeiros anos do conflito. Dessa forma, A *Informação Goyana* reproduz o telegrama do então presidente dirigido aos líderes dos estados que compunham a união sobre a entrada do Brasil na guerra. Ao comentar sobre o telegrama, a revista sinaliza de que maneira Goiás poderia ser útil:

> Não será só com contribuição de sangue que o nosso longiquo Estado poderá entrar na guerra em que nos achamos empenhados. [...]

> É portanto licito esperar que hoje, muitissimo melhor apparelhado no tocante a lavoura e á pecuária, Goyaz poderá abastecer o maior contigente de forças armadas que levar possa, o Brasil, aos campos de batalha. (A *Informação Goyana*, novembro de 1917, p. 40).

Contudo, ao concluir o comentário ela faz uma ressalva:

> Se maior não tem sido a produção agro-pecuaria do grande Estado Central, deve-se, não ha negal-o, aos entraves que lhe oppõe a sua aladroada politicagem – tão nocivas ás searas como tambem ao surto progressista daquella infeliz terra. E escalrachar essa praga damninhna, tão facil o Governo neste momento em que o Brasil está em guerra e precisa, mais do que nunca, ver regularizada a situação anormal de certas unidades da Federação. (A *Informação Goyana*, novembro de 1917, p. 40).

É mister ressaltar que até aquele momento a revista não declarou receber auxílio financeiro do governo de Goiás, e sempre procurava expor aos seus leitores que a revista foi fruto do esforço particular de alguns "goianos patrióticos" sobretudo de Henrique Silva, se isentando de qualquer conchavo político. Daí a dura crítica sobre a "politicalha" que prejudicava Goiás. Além disso, a revista expressava também a "anormalidade" na qual se encontravam as federações que constituíam o país. Tal queixa se justificava devido ao padrão político vigente na Primeira República, na qual propiciava

autonomia política aos Estados. Posteriormente, atenta aos resultados do conflito mundial, em 1918 a revista reafirmava sua ideia de como Goiás poderia cumprir uma função importante naquele momento de ampliação de mercados, com a produção de matérias-primas e alimentos destinados às potências européias que após a Grande Guerra se encontravam em meio ao caos:

> A procura de materias primas no periodo da reconstrucção européa será muito grande. Haverá margem para grandes e excellentes negocios. As opportunidades serão excellentes.
>
> Novas correntes commerciaes se formarão. Só encontraremos bôa vontade e desejos de conciliações, mas não é possível ficar desattentos em momento de tão grande actividade. [...]
>
> Urge que os paizes que ora se resentem de materias primas, saibam que nestes Brasis um Estado as possue, de preferência, tanto em qualidade como em quantidade, sobremaneira mais que as outras zonas do paiz – e esse Estado chama-se – Goyaz. [...] mas é preciso, é urgente e necessario mesmo, que os industriaes estrangeiros distigam minas de Goyaz de Minas Geraes... e bem assim as suas possibilidades economicas. (A *Informação Goyana*, novembro de 1918, p. 49).

Nesses trechos supracitados percebemos como a revista se via preocupada em nortear um projeto político e econômico para Goiás e para o Brasil, convocando-o, este último, para uma postura intervencionista, de modo que, com uma administração mais coesa, todos os Estados pudessem ser incluídos nos projetos político-eco-

nômicos nacional. Essa ideia irá permear A *Informação Goyana* durante todo o seu período de circulação.

Dessa forma, tendo em vista que os impressos não são alheios aos seus mantenedores, o próximo tópico irá se ocupar de um breve traço biográfico de Henrique Silva.

1.2. HENRIQUE SILVA: MOMENTOS DE UMA TRAJETÓRIA

Aos 18 de março de 1865 no sítio de São João[13] na freguesia da então cidade de Bonfim nascia Henriques José da Silva, que fora batizado como Henriques, no entanto, posteriormente o mesmo "cortou do nome a letra s. E tendo assentado praça como Henrique José da Silva, assinatura que já vinha dos bancos escolares, conseguiu, em 1895, autorização do Ministério da Guerra para assinar-se Henrique Silva" (BORGES, 2001, p. 120).

Descendente de uma família abastada da região, - a família dos Silva -, seu avô paterno foi Vicente Miguel da Silva[14], sendo por causa dele e de seus descendentes que se justificou a mudança de nome da cidade de Bonfim para Silvânia.

13 Sítio do pai de Henrique Silva, 2 km distante da cidade de Bonfim. (BORGES, 2001, p. 121).

14 Nascido em Meia Ponte aos 21 de fevereiro de 1774, transferiu-se para Bonfim nos primórdios de 1800. Em 1810 exercia o cargo de tabelião e escrivão de órfãos; nomeado capitão comandante da Companhia de Ordenanças de Bonfim em 1818, foi também comandante do julgado de Santa Cruz – Bonfim, juiz ordinário, tenente coronel comandante do 1º Batalhão de Caçadores de Milícias em 1826. Vereador, presidente da Câmara Municipal, delegado das aulas, coletor, coronel comandante da Legião de guardas Nacionais de Bonfim em 1842. Faleceu em 1845. (BORGES, 2001, p. 17).

Henrique Silva era filho de Francisco José da Silva (Coronel Chiquinho) e de Ana Luísa Rodrigues de Moraes. Seu pai também gozava de bastante poder e influência na região, chegando em 1869 a ser nomeado por D. Pedro II ao cargo de vice-presidente da Província de Goiás[15]. Seu irmão mais velho Vicente Miguel da Silva Neto participou da Guerra do Paraguai, onde acabou falecendo em batalha.

Fez seus estudos primários em Bonfim e posteriormente, antes de entrar para a carreira militar, estudou no Liceu de Vila Boa (Goiás). Influenciado por sua família, em 1882 voluntariamente ingressou no Esquadrão de Cavalaria da Província de Goiás, se matriculando no ano seguinte no curso preparatório da Escola Militar no Rio de Janeiro. Contudo, com a morte de seu pai, Henrique Silva é acometido por uma depressão que dificultou seu ingresso à Escola Militar da Praia Vermelha, mas não o impediu de ingressar-se na Escola Militar no Rio de Janeiro, devido à grande influência de seu pai que foi por muito tempo um respeitado oficial da Guarda Nacional e com vínculos de amizades nas altas esferas. Vale destacar que a Escola Militar da Praia Vermelha, de acordo com Ventura (1996), era o centro de irradiação de ideias positivistas e republicanas naquele período. Também "conhecida como 'Tabernáculo da Ciência' – expressão pela qual os alunos se referiam informalmente à Escola, deixando desde logo evidente a alta estima em que era tido o estudo da

15 "Coronel Francisco José da Silva. – Eu o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, vos envio muito saudar. Tendo atenção ao vosso distinto merecimento e patriotismo, hei por bem nomear-vos vice-presidente da Província de Goiás para servides em sexto lugar, na falta ou impedimento do respectivo Presidente." (Apud, BORGES, 2001, p. 59).

ciência – que ele se tornava parte da mocidade militar" (CASTRO, 1995, p. 34). Assim, o pensamento do ambiente em que Henrique Silva passou parte de sua mocidade, possuía alguns pressupostos em que a política, a filosofia e a moral deveriam se tornar "científicas". Outra característica importante que Castro (1995) esclarece é que mesmo sendo uma Escola Militar, o militarismo não era o forte, naquela instituição, pois "o que predominava era o estilo bacharelesco" (CASTRO, 1995, p. 55). Esse pensamento aos moldes científicos será percebido n'*A Informação Goyana*.

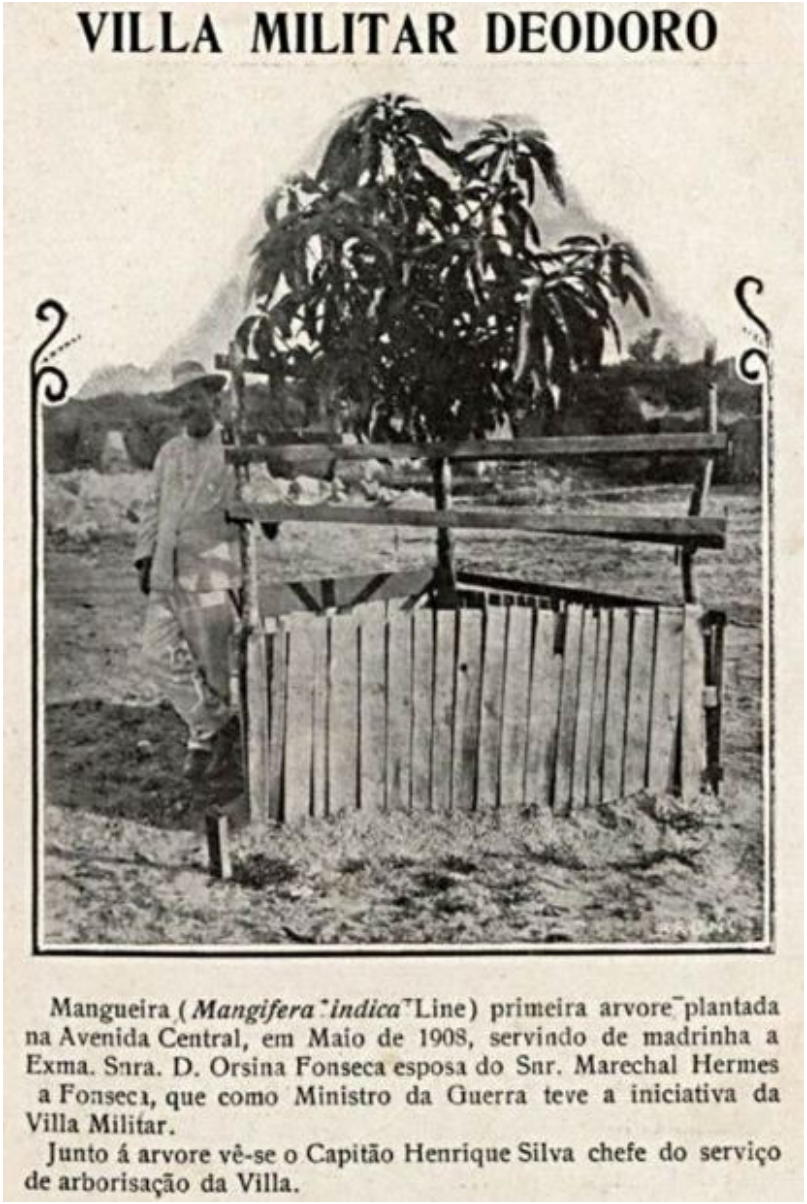
Segundo memorialistas, Henrique Silva não teve uma carreira exemplar como militar. "No Rio, em contato com a dura realidade [...] ele, mimado caçula de família abastada e com todos os caprichos satisfeitos, sofreu crua decepção" (BORGES, 2001, p. 106). De temperamento forte, era um questionador da rígida disciplina hierárquica da instituição que ingressara. No quartel, Henrique constantemente desobedecia às normas e procurava ficar afastado do quartel, solicitando, por várias vezes, dispensas para tratamento de saúde. "Durante a sua carreira militar teve vinte baixas pela enfermaria, treze licenças para tratamento de saúde, quinze prisões, três Conselhos de Investigação, um Conselho de Guerra, inúmeras advertências e várias detenções por faltas leves" (SANCHES, 2014, p. 6).

Embora esquivo à disciplina militar, Henrique Silva era um republicano convicto, e cerrando as fileiras de tropas do exército, participou de algumas missões que abafaram alguns movimentos que protestavam contra o governo de Floriano Peixoto, como a Revolta de Santa Cruz, recebendo elogios

do Presidente da República "pela energia e brilhantismo com que se conduziu" (BORGES, 2001, p. 107).

Henrique Silva participou da Comissão Observadora da fronteira Brasil – Bolívia, e da Comissão de Estudos da Indústria Pastoril, essa última em exigência da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Ministério da Viação. Fez parte também do grupo encarregado de levantar o traçado da Estrada de Ferro Catalão – Cuiabá, estudou a pecuária do norte de Goiás a serviço do Ministério da Agricultura, e no Rio de Janeiro também esteve na Comissão de Construção da Vila Militar, "onde permaneceu por dois anos, cuidando da arborização de avenidas, ruas e praças" (BORGES, 2001, p. 107).

Imagem 2 – Henrique Silva quando era membro Comissão de Construção da Vila Militar



Fonte: Revista Fon-Fon, 15 de setembro de 1909, p. 21.

Os anos de 1892 e 1893 foram marcantes para Henrique Silva, pois foi o período em que ele participou ativamente na conhecida Comissão Cruls.[16]

Segundo Teles (1986), O motivo de Henrique Silva ter criado anos depois A *Informação Goyana* estava em grande parte ligado à sua participação nessa Comissão. Seja lá como for, o fato é que o assunto será amplamente exposto e debatido por Henrique Silva, se tornando uma verdadeira campanha em prol da transferência da Capital Federal para o Planalto Central.

Imagem 3 – Homenagem a Luiz Cruls.



DR. LUIZ CRULS

O eminente e saudoso sabio e chefe illustre que foi da Commissão exploradora do Planalto Central do Brasil e da de Estudos para a nova Capital da União em Goyaz.

Fonte: A *Informação Goyana*, fevereiro de 1922, p. 49

16 A Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil foi um projeto liderado pelo astrônomo belga Luis Cruls, para à transferência da capital federal. Seus trabalhos ocorreram no mandato de Floriano Peixoto, e possuía a finalidade de demarcar o território destinado para a construção da nova capital do Brasil, previsto na Constituição Republicana de 1891. Dessa forma, "A comissão realizou a demarcação geográfica da futura capital no Centro-Oeste do Brasil, no estado de Goiás, e realizou também estudos sobre topografia, hidrografia, geologia, vegetação e clima da região." (FRANCO. et al. 2014, p. 48).

Outro dado significativo que Franco (2014) observou foi a participação de Henrique Silva na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)[17], um movimento composto por proprietários rurais que defendiam:

> "políticas em prol da diversificação da produção agrícola nacional. Seu diagnóstico era que o atraso da lavoura deveria ser superado por meio da policultura, aplicação da ciência no campo, difusão do ensino agrícola e mecanização. Dois eram os elementos unificadores centrais de seus membros: 1) o fato de não se vincularem ao setor cafeeiro, representado por São Paulo, e estarem ligados às atividades agrárias voltadas para o mercado interno, e 2) a crítica contundente ao modelo federalista em vigor na Primeira República." (FRANCO et al. 2014, p. 48).

Sobre esse aspecto, Henrique Silva usará constantemente da revista para propor um modelo de política centralizada para que houvesse um meio mais organizado para a exploração dos recursos naturais do Brasil, sobretudo de Goiás, "por isso, uma de suas principais bandeiras era, por exemplo, a criação de um código federal florestal" (FRANCO et al. 2014, p. 48).

Por essas e outras Henrique Silva se considerava o verdadeiro conhecedor de Goiás, ele expôs com profundidade sobre a fauna, a flora, os rios, o clima e etc., fazendo com que a revista se configurasse como um verdadeiro repositório de informações sobre Goiás. Henrique também possuía a pretensão de tornar *A Informação Goyana* uma obra que estava construindo a história de Goiás:

17 "A SNA, ativa até hoje, é uma associação criada em 1897 por proprietários rurais oriundos de diversos estados brasileiros". (FRANCO et al. 2014, p. 48).

> Michelet, no prefacio de uma de suas obras – escreveu: "Puz as mãos ambas sobre o coração da França; batia, palpitava! e escrevi este livro – A HISTORIA DA FRANÇA".
>
> Nós aqui, ha um decenio ascultamos tambem os corações dos bons Goyanos: pulsavam, unisonos. D'ahi o apparecimento d'A *Informação Goyana*, faz dez annos.
>
> E Goyaz não se reflecte nas paginas desta revista, como toda a exhuberancia das suas riquezas e possibilidades? (A *Informação Goyana*, agosto de 1927, p. 1).

Henrique Silva acreditava que sua obra era capaz de representar de forma adequada Goiás e os "bons goianos". Dessa maneira, a definição de intelectual de Said (2005) nos ajuda a compreender o pensamento de Henrique Silva. Assim, para melhor entendimento, comentaremos rapidamente sobre a representação de intelectual proposta pelo pensador palestino.

Said expõe de forma resumida duas celebres representações de intelectuais, uma proposta por Antônio Gramsci escrita em *Cadernos do cárcere,* e a outra por Julien Benda em seu livro *A traição dos intelectuais.* Segundo Said, para Gramsci as pessoas que desempenham a função de intelectual na sociedade podem ser divididas em dois tipos. Os "intelectuais tradicionais", por exemplo: os professores, os administradores e os clérigos "que, geração após geração, continuam a fazer a mesma coisa" (SAID, 2005, p. 19). E o "intelectuais orgânicos", considerado por Gramsci como aqueles "diretamente ligados a classes ou empresas, que os usavam para organizar interesses, conquistar mais poder, obter mais controle" (SAID, 2005, p. 20).

Em suma, de acordo com o pensamento gramsciniano o intelectual orgânico era um participante ativo e envolvido na sociedade, lutando constantemente para mudar mentalidades e expandir os mercados, ou seja, sempre em movimento à procura de negócios. Diferente, portanto dos intelectuais tradicionais que permaneciam mais ou menos no mesmo espaço, fazendo o mesmo tipo de trabalho no passar dos anos.

Já para Benda (Apud SAID, 2005) os intelectuais são definidos como "um grupo minúsculo de reis-filósofos superdotados e com grande sentido moral, que constituem a consciência da humanidade". (SAID, 2005, p. 20). A figura do intelectual para ele é representada como um ser colocado à parte da sociedade.

O pensador palestino julga que a representação de Gramsci, - ou seja, o intelectual que preenche um conjunto particular de funções na sociedade - é mais condizente com a realidade. Mas ao expor sua própria ideia de intelectual, que possui raízes no pensamento gramisciniano, Said destaca o fato de o intelectual não poder ser reduzido simplesmente a um profissional sem rosto pertencente a uma classe, que só pensa em coisas do seu interesse, e define:

> A questão central pra mim, penso, é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público. E esse papel encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas [...] isto é, alguém que não pode ser facilmente coopta-

> do por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete. (SAID, 2005, p. 25-26).

Enfim, o autor se preocupa em mostrar o intelectual "enquanto figura representativa – alguém que visivelmente representa um certo ponto de vista, e alguém que articula representações a um publico, apesar de todo tipo de barreiras." (SAID, 2005, p. 27).

Henrique Silva representa bem essa proposta de intelectual. Não só ele, mas a elite goiana e a carioca – como será mostrado no próximo tópico - tinha a consciência do seu papel de porta voz, defensor e articulador de representações de Goiás no Rio de Janeiro.

De certa forma, os breves traços expostos acima que compõem partes de sua trajetória são importantes na medida em que nos ajudam a compreender os motivos pelos quais alguns temas mereceram mais destaque que outros em seu periódico. Assim, propomos expor nas próximas linhas um pouco mais sobre o cenário do periodismo carioca no qual a revista surgiu, bem como as experiências de Henrique Silva nesse meio.

1.3. UM GOIANO NA CAPITAL FEDERAL

No início do século XX, com a República recém-instalada, para a alta sociedade carioca o horizonte do novo século era promissor. Após as conturbações ocorridas nos primeiros momentos do regime republicano, o quadro político se encontrava relativamente estável. As novidades oriundas da ciência e da técnica aparentavam não ter fim, contribuindo para uma sensação de que nada era impossível. O Rio de Janeiro passava por um processo de modernização de seus centros urbanos, em meio à euforia da cidade, a sociedade presenciava as novidades que surgiam, dando o ar da modernidade. A iluminação elétrica, os bondes movidos a eletricidade ao lado dos primeiros automóveis e o surgimento das fábricas davam a tônica da modernização.

A necessidade de transformar a capital federal numa cidade moderna em sintonia com os padrões de modernidade almejados pode ser percebida na reforma urbana de cunho profilático efetivado por Pereira Passos, formando um quadro com aspectos cosmopolita e civilizado, favorável para essa sociedade sedenta por novidades e, sobretudo por transformações culturais, importando e consumindo cada vez mais hábitos e valores aos moldes europeus. Dessa forma, Ilka Cohen (2011) avalia que "A preocupação em adequar-se aos pa-

drões de modernidade vigentes e a inspiração europeia estiveram na base do intenso debate desencadeado através da imprensa em torno do projeto de reforma urbana do Rio de Janeiro".

Para registrar esse turbilhão de novidades e as novas formas de sociabilidade, as revistas ilustradas circulantes na época serão cruciais. Elas formaram uma gama de documentos que, ao mesmo tempo em que expunham em suas páginas os temas da vida urbana carioca, também eram representantes desse leitor sequioso pelo progresso.

Nesse período "é intenso o movimento de jornais e revistas no Rio de Janeiro, então o mais importante centro político e jornalístico do país" (BAHIA, 1990, p. 121). A imprensa começa a ter contornos de cunho empresarial se utilizando de novos recursos provenientes do processo de inovação tecnológica, como das fotografias, melhorias na qualidade das impressões e aumento do número de tiragens, que aliada às melhorias dos transportes, começava a dar seus passos para se transformar num meio de comunicação de massa. Nesse sentido Nelson Werneck Sodré explica:

> A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar à empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começa antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçará, mas fica bem marcada quando se

> abre a nova centúria. Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço. (SODRÉ, 1977, p, 315).

A ampliação e a diversificação do mercado editorial além de ter sido alicerçada na crescente economia urbano-industrial e no desenvolvimento técnico, tiveram que levar em consideração a ampliação do mercado leitor. Segundo Ilka Cohen (2011), "no quadro da urbanização, com uma população pelo menos em tese livre da escravidão e imbuída das luzes da ilustração, o saber ler tornou-se emblema distintivo".

Dessa forma, como dito, as revistas dentro do universo dos impressos eram um dos principais meios que levavam aos seus leitores a celebração da modernidade e do progresso. Eram literárias, infantis, femininas, agrícolas, esportivas, acadêmicas ou religiosas, seja qual fosse o assunto, as revistas eram reservadas à especificidades de temas e elas tinham o intuito de aprofundamento e lazer, levando em consideração os diferentes públicos de leitores.

Henrique Silva, inserido nesse contexto, não só presenciava e observava esse mundo palpitante da imprensa carioca, mas participava de forma ativa, ao passo que adquiria as experiências necessárias para que posteriormente viesse a lume seu projeto pioneiro de divulgar as potencialidades de seu Estado.

É assim que em 1924 um interessante artigo da revista explica que houve[18] três tentativas de fundação de um Centro Goiano de propaganda das possibilidades de Goiás na capital federal que não lograram êxito, *"por motivos que não vêm ao caso"*, e na primeira delas ocorreu a publicação de um único órgão denominado "Brasil Central", que trazia no cabeçalho os seguintes dizeres: "Revista mensal consagrada aos interesses de Goyaz. Redactores: Henrique Silva, Dr. Olegario da Silveira Pinto e Cancio Povoa".[19] Em seguida foi reproduzido um longo artigo de apresentação contendo seus objetivos, destacamos os seguintes pontos:

> [...] 1º Procurar tornar conhecidas na Capital Federal e em toda a Republica as enormes riquezas do Estado Goyano, quer vegetaes, quer mineraes, já descrevendo sua séde, meios de aproveital-as, já chamando a attenção do governador e dos grandes industriaes para seu estudo e exploração.
>
> 2º Advogar os interesses materiaes e sociaes de Goyaz e discutir todas as questões tendentes ao seu desenvolvimento e progresso.
>
> 3º Estudar, descrever e discriminar a climatologia media de Goyaz e alliciar para lá immigração mais adaptavel ás differentes zonas climatericas.
>
> 4º Prommover o desenvolvimento de vias férreas e fluviaes no Estado, estudando seus traços e dicutindo suas vantagens e desvantagens. [...]
>
> Essa publicação não vem preencher nenhuma

18 De acordo com Nepomuceno (2003), tal iniciativa foi projetada no interior da Escola Militar da Praia Vermelha, quando Henrique Silva e outros colaboradores da revista frequentavam essa escola, em 15 de abril de 1891.

19 A *Informação Goyana*, novembro de 1924, p. 29.

> lacuna, antes vem crear o que nunca existiu: ella é filha de uma iniciativa resultante talvez, para muitos, de uma "ousadia" dos goyanos.
>
> Que essa iniciativa, nascida espontaneamente dentre nós seja para Goyaz o germinal extraordinario de uma nova éra de vida intellectual e activa. [...] (A *Informação Goyana*, novembro de 1924, p. 29-30.)

Na leitura desse artigo de apresentação da Brasil Central é percebida a total semelhança com o que viria a se efetivar n'A *Informação Goyana*. Os dois artigos de apresentação praticamente expressam os mesmos objetivos, sendo que ambas reclamavam que Goiás era desconhecido, e que elas nasciam para divulgar as possibilidades econômicas do Estado. Dessa forma, pode-se afirmar que A *Informação Goyana* já havia sido iniciada e ficou em fase de hibernação até sua nova aparição de forma definitiva em 1917.

Em outro artigo, assinado pelo engenheiro militar J. J. Curado, por ocasião do aniversário da revista, é reafirmada que a intenção de Henrique Silva em divulgar Goiás não era nova:

> Desde há alguns annos, uma pleiade de goyanos entre os quaes é preciso, por mera justiça, não deixar de destacar Henrique Silva, trabalham para que Goyaz tenha aqui no Rio uma revista que diga de suas riquezas, de suas possibilidades e trate dos interesses dessa boa terra.
>
> O Brasil Central que infelizmente, não logrou vida duradoira, é um attestado dessa relevante tentativa e justa aspiração. (A *Informação Goyana*, agosto de 1928, p. 3).

Apesar de não conseguir dar vida duradoura a um projeto que pudesse divulgar Goiás no Rio de Janeiro, Henrique Silva exerceu o ofício de jornalista colaborando no *Jornal do Brasil, Diário de Notícias, Jornal do Comércio, O Paiz* e na *Brasil Ferro-Carril*. Esta última era uma revista quinzenal sobre transportes, economias e finanças, que lamentou, em nota, a sua saída do periódico:

> Deixou de fazer parte do corpo de collaboradores desta revista o Major Henrique Silva [...] Motivou esse afastamento do nosso illustre collega e prezado companheiro o facto de ter elle que se dedicar mais intensamente á revista "A *Informação Goyana*" [...] É uma perda sensivel, não só pelo valor da collaboração, como pela saudade que, do querido companheiro, experimentam quantos trabalham nesta casa. (A *Informação Goyana*, fevereiro de 1918, p. 84. Traslada da revista Brazil Ferro-Carril).

À vista disso, pudemos constatar que, além de colaborador, Henrique Silva era conhecido no periodismo carioca por suas ideias, além de efetivá-las por meio de publicação de suas pesquisas ou artigos de opinião, colocando-os em discussão nos mais consagrados periódicos no cenário da imprensa carioca.

Em 21 de junho de 1895, o jornal *Diário de Notícias* chamava a atenção sobre um interessante artigo que a revista *A Cigarra* (1895) acabava de publicar, "O texto está scintillante, occupando-se Fantasio na *Chronica* da circular de Henrique Silva sobre a mudança da capital federal para Goyaz." Henrique Silva, que na ocasião era colaborador do jornal, havia endereçado uma carta para a direção

d'*A Cigarra*, - revista de grande circulação voltada à crítica literária, à política e à vida artística do período - instigando-lhes a opinarem sobre algumas questões referentes à mudança da capital do Brasil, reforçando ainda que enviassem a resposta para a redação do *Diário de Notícias*. A resposta foi dada! O autor do texto se identificou curiosamente com o pseudônimo de *Fantasio* e tornou pública a questão de Henrique Silva, respondendo-o em forma de crônica:

> Dizem que esta folha tem commetido a gravissima falta de não se occupar bastante com as altas questões, que de perto entendem com a grandeza moral e material do Brasil. Não dizem isto em voz alta. Dizem-n'o á socapa, traiçoeiramente, querendo intrigar A Cigarra com a posteridade. [...] Mas, ao fundar A Cigarra, nós já sabiamos que não faltariam detractores. Que importa? Um verso de Schiller nos consola: "quando os cães ladrarem á tua passagem, fica sabendo que ladram só porque passas a Cavallo!"
>
> Dizem que A Cigarra se desmancha em risos estridulos, quando a patria se desmancha em sustos e lagrimas... Quereis ter a prova de que não descuramos os interesses vitaes da Republica? Lede-me.
>
> Ha dias recebi a seguinte carta, impressa em fórma de circular:
>
> "Exm. Sr. – Para que V. Exa. se digne responder: 1.º Está de pleno accordo com as disposições do artigo 3º e seus paragraphos, da Constituição Federal, que preceitua sobre a mudança da capital da União para o planalto central do Brasil? 2.º Qual das denominações prefere para a capital projectada: Cabralia ou Brasilia, como

já têm sido indicadas? 3.º Julga acceitavel a denominação: Goyaz? 4º Se nenhuma das acima, qual a que entende dever ser dada, como mais expressiva, sob o ponto de vista ethnographico, e como mais esthetica quanto a sua construcção philologica? Queira V. Exa. endereçar a sua resposta á redacção do Diario de Noticias, subscripta ao signatario – Henrique Silva."

Sei que varios cavalheiros, como eu directores da opinião publica, receberam egual convite. E, agora, vede: eu poderia responder ao signatario da consulta em carta particular, privando assim o publico da ineffavel delicia de ser edificado com as minhas luzes... Mas, ao contrario, vou responder pela Cigarra, em publico e raso, pondo assim o meu voto e a minha opinião ao alcance do critério dos nossos innumeros assignantes.

N'este simples facto de se occupar A Cigarra com o magno problema da mudança da Capital Federal, já vae a affirmação do muito que nos merecem os interesses publicos, - não acham? Outro homem fosse eu, menos cheio de patriotismo, e trataria da mudança da capital do Japão ou da mudança da capital da Senegambia...

Mas, ainda não é tudo. Se eu não sentisse arder dentro de minha alma, - constantemente alimentada pelo azeite sacro do nativismo, - a lampada inapagável do amor da pátria, tomaria a deliberação de ir procurar o meu interlocutor Henrique Silva, para lhe dizer, mais ou menos, o seguinte:

"Amigo Henrique! Bem sei que você é goyano, e que ama Goyaz, e que julga de transcendental importância este caso de mudança da capital. Bem sei tambem que sou brazileiro e que amo

o Brazil, e que de importância transcendental julgo o supracitado caso. Mas, emfim, não foi você quem descobriu o Brasil... Nem eu, amigo, nem eu! Dizem uns que foi Cabral, dizem outros que foi Pinson: o meu caro e illustre Capistrano, que na materia, é autoridade incontestavel e incontestada, resolve a pendencia, dizendo que foram os hespenhoes que descobriram o Brasil, porque Cabral viu terra mais de meiado de Abril, e Pinson a viu em Fevereiro; diz que essa é a solução chronologica; mas, que, sociologicamente fallando, descobridores do Brasil foram os portuguezes. Mas amigo Henrique, o que é certo é que o descobridor não fui eu! Ora, quem descobriu o Brasil que o ature... acho melhor que você mande os seus quesitos a Cabral ou a Pinzon, e que d'elles exija a solução do magno problema..."

Pois bem! Não cometterei tamanho crime. Responderei a Henrique, com varios compedios em cima da mesa e com a mão na consciencia. [...]

Se prefiro Cabralia a Brasilia, ou Brasilia a Cabralia? Não prefiro nenhuma, senhor!

Cabralia porque? A dever o nome da nova capital rememorar a gloria do descobridor, mais aceitável seria o heidondo nome de Pinsonia, pelas razões que acima alludi. Já a America assim se chama impropriamente, com justiça grande para a gloria de Colombo.

Se julgo acceitavel a denominação de Goyaz? Nunca senhor!

Goyaz é um nome que condecora todo um Estado e um Estado grande, immenso, feracissimo, riquissimo, poderosissimo. Se é preciso

absolutamente dar um nome á cidade, porque lhe dar um nome velho? Novos nomes a novas cidades, senhor! [...]

Consta-me que o general Couto de Magalhães, consultado há tempos sobre esta mesma questão, propoz um nome indigena, arrevezado e feio, que não me ficou preso á memoria: felizmente, porque ainda me lembro de que era uma palavra medonha... como tudo quanto é cabloco. [...]

Se o planalto da Formosa é lindíssimo, se lá estão tratando de fazer uma cidade modelo, se é preciso povoar e desenvolver o interior do Brazil, - como não hei-de querer que se mudem para o coração de Goyaz os deputados, os amanauenses, os senadores, os chefes de secção, os continuos e os ministros de Estado? Ah! Eu sou tolerante! [...]

Carioca da gemma nascido em plena rua do Ouvidor, não cuideis que o planalto da Formosa me faça inveja. [...]

Tereis palacios de marmore, parques de luxo, avenidas, e boulevards, carruagens e restaurantes... Mas, ó infortunados! Não Tereis o mar, e não tereis as nossas mulheres daqui, estas divinas e coquettes fluminenses, que são as mulheres mais elegantes da America.

Ah! Estou de pleno accôrdo com o art. 3º da Constituição, Sr. Henrique! Mude-se a Capital para Goyaz ou para o Amazonas: tanto melhor para a patria, que ficara possuidora de mais uma grande e deslumbrante cidade. Mas, não contem com minha presença por lá! D'aqui, do seio do meu amado Rio de Janeiro, não sahirei nunca mais, senão... para a Gloria. (A Cigarra, 20 de junho de 1895, p. 2-3).

Olavo Bilac foi o autor desse texto[20]. Ele possuía a função de redator d'*A Cigarra* e fora também seu principal cronista. A revista mantinha três seções fixas: a *Política, Teatros e Crônica*, todas escritas por Bilac. Em sua crônica permeada de humor e mordacidade, - que também era uma característica da própria revista – o autor reconhece que o tema da mudança da capital também era relevante para ele e para o Brasil. Mas Bilac, que já conhecia o goiano por seu amor à Goiás, o critica por essa postura bairrista, quando comenta que julga o assunto fundamental para o país por ser brasileiro e amar o Brasil. Ou seja, não era necessário ser goiano para compreender a importância da mudança da capital brasileira. No entanto, Bilac se iguala a Henrique Silva no quesito ufanismo quando finaliza sua crônica ao registrar que a capital poderia mudar, mas ele nunca sairia do Rio de Janeiro.

Na revista *Fon-fon*[21] (1907 – 1962) a campanha de Henrique Silva em prol da mudança da capital também foi alvo de ironias. Contudo, diferente de Bilac, o semanário em um artigo de autoria não identificada, não poupou em depreciar o goiano e Goiás, além de colocar como absurda a ideia da mudança:

> Quando eu ficar velho e tiver netos, hei de contar-lhes no socego dos serões caseiros, esta velha historia nacional. E hei de começar assim:

20 "No período em que publicou A Cigarra, Bilac era um dos principais cronistas do país. Como homem atuante de seu tempo, extraia indícios do seu cotidiano para a produção das crônicas, elas surgem da realidade vivenciada por ele através de uma outra voz, a do narrador, embora ainda seja comandada pelo autor: Bilac. O parnasiano publicou 77 crônicas nessa seção, das quais 25 encontram-se n´A Cigarra, com o pseudônimo Fantasio." (SILVESTRE, 2008, p.62).

21 Revista autodefinida como: semanário alegre, político, crítico e esfuziante. "A revista Fon Fon emergiu sob os anseios da alta sociedade carioca em ter um veículo de comunicação em que a qualidade da informação acompanhasse o desenvolvimento intelectual da população. Assim, teve como um de seus idealizadores o escritor Gonzaga Duque." (RIBEIRO; SANTANA 2011, p.2).

> - Era uma vez um povo que tinha a mania de mudar a capital...
>
> E contarei então toda esta historia phantastica da mudança da capital para o planalto de Goyaz.
>
> E os pequenos hão de ficar de bocca aberta, assustados, d'olhos luzindo de espanto, quando eu lhes disser que Goyaz era então uma terra, escondida... no fim do mundo, de onde tinham chegado apenas dois habitantes: um que se chamava Leopoldo de Bulhões e fôra Ministro da Fazenda e outro que se chamava Henrique Silva e era oficial do Exercito. Foram elles os unicos que conseguiram chegar até aqui e que espalharam a noticia malevola de que perto do fim do mundo... existia uma terra que se chamava Goyaz. [...]
>
> E era para lá que se queria mudar a Capital. E os pequenos amedrontados se achegarão mais ás minhas pernas tremulas e dormirão socegados porque eu os convencerei, no fim que a capital nunca sahiu daqui... com medo do Dr. Leopoldo de Bulhões e do capitão Henrique Silva. (Fon-Fon, 4 de fevereiro de 1911, p. 25).

A propósito, antes mesmo deste artigo que claramente se posicionava contra a mudança, a *Fon Fon*, possuía uma coluna chamada *Raio X* na qual eram publicados comentários do cotidiano e sobre pessoas que faziam parte da alta sociedade carioca. Dessa forma, também foram publicadas notas jocosas sobre Henrique Silva e sua terra natal. Destacamos como exemplo, uma dessas notas: "*Goyaz* fica tão longe, que é impossivel manter alli uma correspondencia regular. As ultimas noticias que tivemos do Estado foram trazidas

pelo capitão Henrique Silva, quando ainda era cadete" [22]. E outro comentário com o mesmo teor:

> Goyaz existe, podemos affirmal-o agora sem receio de contestação e sob a defeza inexpugnável da palavra de honra do Gasparoni, que de lá chegou contentissimo por concorrer para a confirmação desta verdade geographica.
>
> Assim, podem, sem descrepancia, ser tidas como justas e verdadeiras todas as descripções e todas as historias contadas pelo nosso amigo Tenente Henrique Silva a respeito do Estado de Goyaz, mesmo aquellas que se referirem á icthiologia goyana e aos celebres jequitibás de duzentos metros e tanto de circumferencia.
>
> Todas essas verdades podem, agora, ser attestadas por milhares de testemunhas de vista. (Fon-Fon, maio de 1908, p. 16).

Nesse mesmo sentido, a revista *Careta*[23] (1908 – 1960) publicou vários comentários atinentes a Henrique Silva, contudo o periódico não chegou a relacioná-lo com a mudança da capital, mas de forma humorística em sua coluna chamada *Oráculo,* eles "previram" que "O Sr. Capitão Henrique Silva será acclamado hierophante dos boiadeiros goianos"[24], e no outro mês provocam: "Inspirado pelo capitão Henrique Silva, o gado caracu ameaçará revoltar-se contra a falta de pasto."[25] Essa última contém indícios de que ele de alguma forma já era conhecido nesse meio por protestar pela desídia por parte da União, reivindicando mais recursos para Goiás.

22 Fon-Fon, 9 de setembro de 1911, p. 50

23 A revista pode ser classificada como revista de variedades. "Publicação que atravessou, por mais de cinco décadas, o cenário cultural do século XX, sendo sempre tão multiforme em todos os seus aspectos e de conteúdo amplamente diversificado." (NOGUEIRA, 2010, p. 68).

24 Careta, 6 de julho de 1912, p. 21.

25 Careta, 17 de agosto de 1912, p. 13.

No entanto, a imagem de Henrique Silva não serviu apenas para as ironias e chacotas na imprensa carioca. As revistas *Kosmos* (1904 – 1909), Revista da Semana (1906 – 1962) e *Eu sei tudo* (1917 – 1956), destacaram os trabalhos do goiano sobre Goiás em suas páginas.

Na *Kosmos*, revista que se definia artística, científica e literária, e "tida como paradigma do mais bem acabado empreendimento entre as revistas consideradas modernas" (ELEUTÉRIO, 2011, p. 90), Henrique Silva publicou parte de suas pesquisas sobre os aspectos naturais de Goiás, sempre dando ênfase as suas belezas, como: *Cachoeira Dourada: Ignota Maravilha*[26], *Burytisaes*[27], e *Scenas e vistas de Goiás*[28]. No anseio de expressar a abundância dos recursos que Goiás possuía, Henrique Silva deixava transparecer uma de suas características: o exagero. Quando escreveu um artigo sobre a pesca em Goiás comentava que:

> [...] se os grandes peixes, que, á flor dagua se reúnem, á borda da Cachoeira Dourada, por algum tempo se conservassem immoveis, e offerecessem a necessaria resistencia, pisando nelles, um homem atravessava a pé enxuto o largo Paranahiba de uma a outra margem. (Kosmos, setembro de 1907, p. 16.)

Nos periódicos, *Revista da Semana e Eu sei tudo*, seus trabalhos foram tomados algumas vezes como referências sobre Goiás, mesmo após o surgimento d'A *Informação Goyana*. Esses artigos sustentados nas pesquisas de Henrique Silva nas duas revistas cita-

26 Kosmos, abril de 1906, p. 32.
27 Kosmos, setembro de 1907, p. 40.
28 Kosmos, outubro de 1907, p. 38.

das eram assinados por Escragnolle Doria[29], que publicou assuntos como, a caça no Brasil, os rios, pecuária e etc. Num artigo intitulado *As Perolas de Goyaz* fica evidente a forma de como os trabalhos de Henrique Silva eram referenciados:

> Fomos na lenda o paiz fabuloso da serra das Esmeraldas, e na realidade já fomos, mais do que somos hoje, a terra dos diamantes e do ouro. Vamos ser tambem das perolas, fazendo desmaiar de inveja o Oriente?
>
> Henrique Silva, na Collecção Goyazia, acalenta a esperança brasileira com esse sonho das Mil e uma Noites. Infelizmente, as nossas realidades tem sempre o condão efemero dos sonhos. Quem se lembra hoje, quando o Estado emitte centenares de mil contos em papel, que o nosso ouro alimentou durante um seculo a pompa da corte portuguesa e que a numismatica quarda dobrões e as peças aureas de D. João V, fundidas na casa da moeda de Lisboa como o ouro de Minas Geraes, como verdadeiras preciosidades?
>
> Fomos o Transwaal do seculo XIII. Seremos o Ophir do seculo XX? Os conchifeiros do magestoso Araguaya guardam no seu interior nacarado uma fortuna por explorar? Os documentos reunidos pelo Sr. Henrique Silva deixam entrever que sim. Diamantes, ouros, perolas... temos de tudo. Só nos falta ter juiso. (Revista da Semana, setembro de 1915, p. 38).

29 O professor Luís Gastão d'Escragnolle Doria (1896 – 1948) foi "um homem com razoável inserção no campo intelectual da Primeira República" (LOURENÇO, 2014, p. 70). Era colaborador em diversos periódicos na época, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e no posto de diretor do Arquivo Nacional procurou torná-lo num local de produção e divulgação de conhecimento histórico, com função educativa e pedagógica em relação aos documentos sobre a história do Brasil, valorizou e divulgou trabalhos de estudiosos de outras regiões do país, como os trabalhos de Henrique Silva, em detrimento daqueles que não saiam de seus gabinetes de estudo.

Isto posto, constatamos que o projeto d'A *Informação Goyana* permaneceu incubado por um bom tempo até que surgisse o momento propício para a sua materialização. Há fortes indícios de que a expressiva participação de Henrique Silva na imprensa carioca no decorrer dos primeiros anos da Primeira República, fez com que ele já tivesse um arcabouço de trabalhos prontos que foram publicados posteriormente em sua revista, pois 247[30] artigos foram assinados por ele, um número bastante superior se comparado com os artigos de outros colaboradores da revista.

30 NEPOMUCENO, 2003, p. 37.

1.4 OS COLABORADORES: MÃOS EM PROL DE GOIÁS

A *Informação Goyana* contou com um vasto número de colaboradores[31], boa parte deles foram intelectuais formados no Rio de Janeiro, tendo seus nomes elencados no início do mensário, em sua folha de rosto.[32] Contudo, após um ano de circulação já consolidada, ela parou de publicar a lista de colaboradores e no lugar expunha os dizeres: "Collaboradores: Os mais competentes e conhecidos sabedores das cousas *do hinterland* brasileiro" [33]. Apesar de constatar a formação do grupo por meio de relações familiar, profissional e de amizade, o grupo era em sua essência composto por vínculos políticos e econômicos.

Nem todos do grupo de colaboradores assinaram[34] artigos na revista como Leopoldo de Bulhões, Miguel Calmon e Capistrano de Abreu, que foram patronos da revista. Vale ressaltar que esses nomes vinham nos primeiros lugares na lista, que provavelmente serviram para dar crédito e respaldo para a nascente revista, já que eram nomes de relevância no cenário nacional. A partir de novembro de

31 "Ao todo a revista contou com a participação de 188 colaboradores; a maioria contribuiu com, no máximo dois artigos". (NEPOMUCENO, 2003, p. 37).

32 São eles: Leopoldo de Bulhões, Miguel Calmon, Guimarães Natal, Capistrano de Abreu, Hermenegildo de Mores, Ayres da Silva, Almirante José Carlos de Carvalho, Eduardo Sócrates, Plínio de Castro, Félix Fleury, Azevedo Pimentel, Veiga Lima, Victor de Carvalho Ramos, Hugo de Carvalho Ramos, Euzebio de Abreu, Monsenhor Ignácio Xavier da Silva, Coronel Annibal Porto, Moysés Sant'anna, Carlos Maul, Flexa Ribeiro, J. Monteiro da Silva, Campos Curado, Olegário Pinto (A *Informação Goyana*, outubro de 1918, p. 33).

33 A *Informação Goyana*, outubro de 1918, p. 33.

34 Nas assinaturas dos artigos não haviam pseudônimos.

1923 a revista passou a estampar o nome de Francisco V. Palazzo com a função de gerente, que em setembro de 1929 foi substituído por Adolpho V. Palazzo[35], esclarecido por Henrique Silva:

> Por ter-se mudado para Porto-Alegre, Rio Grande do Sul, deixou a gerencia da "informação" o nosso antigo companheiro de trabalho Snr. Francisco V. Palazzo, que foi substituido pelo seu digno irmão Sr. Adolpho V. Palazzo. (A *Informação Goyana*, dezembro de 1929, p. 36).

Imagem 4 - Parte superior da folha de rosto.



A INFORMAÇÃO GOYANA

Revista mensal, illustrada e informativa das possibilidades economicas do Brasil Central

Director: HENRIQUE SILVA — Redactor: PROF. EUZEBIO DE ABREU

COLLABORADORES: Drs. : Leopoldo de Bulhões, Miguel Calmon, Guimarães Natal, Capistrano de Abreu, Hermenegildo de Moraes, Ayres da Silva, Almirante José Carlos de Carvalho, Eduardo Socrates, Plinio de Castro, Felix Fleury, Azevedo Fimentel, Campos Curado, Victor de Carvalho Ramos, Hugo de Carvalho Ramos, Olegario Pinto, Monsenhor Ignacio Xavier da Silva, Coronel Annibal Porto, Flexa Ribeiro, Carlos Maul, J. Monteiro da Silva, Moysés Sant'Anna e outros conhecedores do *hinter-land* brasileiro.

Redacção: Rua da Assembléa n. 8 - 2 andar — Tel. Central 4682

ANNO II RIO DE JANEIRO, 15 DE SETEMBRO DE 1918 VOL. II—N. 2

Fonte: A *Informação Goyana*, setembro de 1918.

A última vez que A *Informação Goyana* publicou os nomes do corpo de colaboradores. Os nomes de Leopoldo de Bulhões, Miguel Calmon e Capistrano de Abreu figuravam entre os primeiros. Também foi a única vez que o pai de Americano do Brasil o professor Euzébio de Abreu foi citado como redator.

35 Os irmãos Palazzo eram sobrinhos da esposa de Henrique Silva.

Imagem 5 - Parte superior da folha de rosto.



A INFORMAÇÃO GOYANA

Rebista mepsal, illustrada e informativa das possibilidades ecopomicas do Brasil Central

Director: HENRIQUE SILVA

Collaboradores: Os mais competentes e conhecidos sabedores das cousas do "hinter-land" brasileiro

Redacção: Rua da Assembléa n. 8 - 2º andar — Tel. Central 4682

ANNO II ○○○ RIO DE JANEIRO, 15 DE OUTUBRO DE 1918 ○○○ VOL. II—N. 8

Fonte: A *Informação Goyana*, outubro de 1918. Nessa publicação a revista aparece sem os nomes dos colaboradores, apenas o nome de Henrique Silva em destaque.

Faziam parte desse grupo: políticos, médicos, advogados, militares, engenheiros, professores, escritores historiadores, entre outros. O próprio Henrique Silva conservava relações com a parcela de colaboradores que vivia no Rio de Janeiro, ao qual ele sempre se referia como "colônia de goianos". Como exemplos, temos Hugo de Carvalho e seu irmão Victor de Carvalho Ramos (que cursavam direito na capital) e contribuíam com a revista, do mesmo modo que Henrique Silva divulgava seus trabalhos como escritores. Quando vivo, a revista sempre se referia à Hugo de Carvalho Ramos como uma das promessas da literatura[36] e na ocasião em que foi publicado seu conto *Caminho das Tropas*[37], o diretor aprecia:

O jovem goyano auctor de "Tropas e Boiadas" é sem contestação o mais lidimo artista da palavra escripta que nos dá a impressão exacta, fidelissima dos scenarios sertanistas do Brasil Central com seus amplos horizontes se esbatendo ao longe nas serranas acquarelizadas de purpuras e violetas aos pores de sol. [...]

36 A poetisa Cora Coralina que mais tarde viria a ser referência na literatura goiana também teve seis de seus poemas publicados pela revista.

37 A *Informação Goyana*, março de 1918, p. 92.

Como desenhista de costumes sertanistas, como surprehendedor em flagrante das scenas da vida real, sem as imitações dos estrangeiros, no observar e sentir, qualidades máximas do artista, entre nós só lhe foi comparável Affonso Arinos, entre os "conteurs" brasileiros.

Ao eleger Hugo de Carvalho Ramos como um artista que descreve de forma fiel e real o que há no sertão brasileiro, a revista utiliza-o como um recurso importante para contrapor as "visões de estrangeiros". Fato esse que se torna ainda mais significativo pela publicação do conto seguido da página anterior a ele, onde há um artigo em que a revista rebate as pesquisas de Arthur Neiva e Belisário Penna que vêem o sertão de modo perfunctório.

Imagem 6 – Homenagem a Hugo de Carvalho Ramos



HUGO DE CARVALHO RAMOS

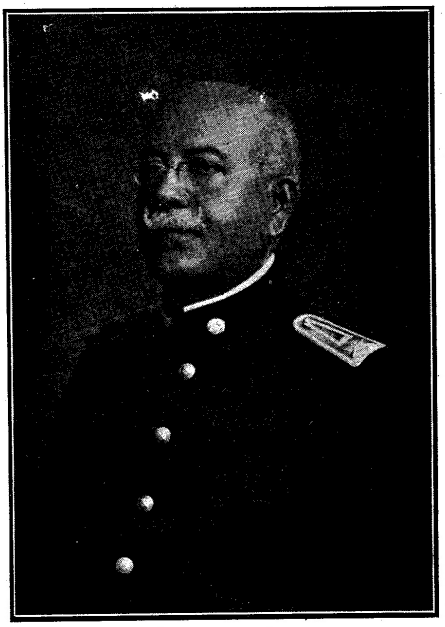
E' com mais vivo prazer que prestamos hoje homenagem a esse escriptor, cujos trabalhos nas—Tropas e Boiadas —*com tanta emoção evocam a tristeza e a alegria dos nossos campos*

Fonte: A *Informação Goyana*, agosto de 1918, p. 5. A revista dá ênfase à sua obra "Tropas e Boiadas", considerada por eles uma das melhores representações de Goiás.

Victor de Carvalho Ramos e Eduardo Sócrates foram dois personagens que provavelmente gozavam de estreita relação com o diretor da revista, pois a cada ano que a revista fazia aniversário um deles era o responsável por escrever o artigo de congratulações. Vale ressaltar que "Eduardo Sócrates era cunhado do presidente João Alves de Castro, eleito em 1917" (NEPOMUCENO, 2003, p. 99) e importante figura política nos anos iniciais da Primeira República em Goiás no governo de Xavier de Almeida, exercendo o cargo de deputado federal. Nas palavras de Rosa (1984), foi como representante xavierista, o político mais atuante da bancada goiana no Congresso Nacional entre 1901 e 1909.

Imagem 7 – Homenagem a Eduardo Sócrates.

General Eduardo Soerates



A quem "A Informação Goyana", que o conta no numero dos seus mais illustres collaboradores, presta hoje, por motivo da sua promoção, a mais merecida e justissima homenagem

Fonte: A *Informação Goyana*, setembro de 1918, p. 19.

Contemporâneos à revista, outros políticos como Francisco Ayres da Silva[38], Olegário Herculano da Silveira Pinto[39] e o próprio Americano do Brasil, eleitos deputados federais por Goiás, utilizavam por diversas vezes os espaços da revista como base para seus discursos na câmara.

Homenageado algumas vezes pela revista, o almirante José Carlos de Carvalho - que também foi colaborador junto com Henrique Silva nos tempos da revista *Brazil-Ferril-Carril*, - foi sinalizado como o mais importante no rol dos colaboradores no processo de consolidação d'A *Informação Goyana*, contribuindo com seus artigos até 1921. Eduardo Sócrates assim destaca:

> [...] Para agir na conformidade de seus ideaes, reuniu um numeroso corpo de collaboradores, que lhe veem prestando apreciavel concurso, em vibrantes e magistraes artigos de propaganda e defesa da causa goyana. Entre estes sobreleva a todos os do almirante José Carlos de Carvalho. [...] (A *Informação Goyana*, julho de 1918, p. 154).

Em outro momento J. Curado ilustra a importância do almirante entre os colaboradores:

38 Nasceu em Porto Imperial, hoje Porto Nacional, a 11 de setembro de 1872, filho do coronel Joaquim Ayres da Silva e de Rachel Pinto Cerqueira Ayres, e faleceu no dia 24 de maio de 1957. Cursou medicina no Rio de Janeiro, também exerceu as funções professor, jornalista e político (Deputado Federal de 1914 a 1930). Fundou, em 1905, o Norte de Goyaz, jornal combativo que dirigiu por quase meio século. Foi deputado federal por Goiás de 1914 a 1930 (http://academiagoianadeletras.org)

39 Nasceu na Cidade de Goiás, em 16 de março de 1857, e faleceu a 13 de agosto de 1929, na cidade do Rio de Janeiro. Iniciou seus estudos no Seminário Santa Cruz, em Goiás, e prosseguiu no Liceu de Goyaz. Fundou, ao lado de Leopoldo de Bulhões e outros colegas, o Aurora, sendo o primeiro jornal acadêmico goiano de que se tem notícia. Ingressou na carreira militar e concluiu o curso de Engenharia Civil, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. (http://academiagoianadeletras.org)

> [...] Sob melhores auspícios arregimentando e collectando meios, consegue Henrique Silva, auxiliado por bravos companheiros e com o valioso apoio do Almirante José Carlos de Carvalho, fazer surgir a útil revista illustrada que é A *Informação Goyana*. (A *Informação Goyana*, agosto de 1918, p. 3).

Também Antônio Martins de Azevedo Pimentel[40] foi um colaborador que teve profícua contribuição na produção de artigos sobre o planalto central. Isso se explica, pois, além de ter sido membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, participou da Comissão Cruls como médico higienista, onde certamente estabeleceu laços de amizade com Henrique Silva, compartilhando do mesmo pensamento acerca do Planalto Central, pois "para o médico, o Planalto Central era diferente, principalmente por sua altitude, que produzia temperaturas mais frescas e solos férteis" (VERGARA, 2008).

No intuito de colaborar com a divulgação de Goiás em solo carioca, é fundado em 1927 o *Centro Goyano*, uma entidade proposta principalmente por Colemar Natal e Silva. Seus membros diziam ser uma sociedade radicalmente apolítica[41], e de caráter meramente social e propagandístico. Social na medida em que pretendiam, por

40 Filho de importante família de fazendeiros da região fluminense, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, foi secretário da Comissão de Saneamento do Rio de Janeiro, diretor do Laboratório Bacteriológico Federal, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e professor da Faculdade de Odontologia e Farmácia de Ribeirão Preto, onde faleceu em 1928. (VERGARA, 2008).

41 A *Informação Goyana*, maio e junho de 1932, p. 69.

exemplo, dar suporte financeiro aos estudantes goianos na capital e confraternizar a colônia que lá trabalhava e estudava. Essa entidade se propunha também à divulgação das riquezas de Goiás, o mesmo objetivo d'A *Informação Goyana*. Na ocasião de sua fundação o periódico registrou:

> A falta de um nucleo em que se associem para o fim commum de defender os interesses de Goyaz, intensificando a propaganda de suas riquezas, tornando conhecidos os seus productos vegetaes, mineraes, economicos, etc., acaba de ser sanada: pela fundação do Centro Goyano, concretizada em esplendida realidade o ideal da colonia goyana aqui residente. [...] (A *Informação Goyana*, setembro de 1927, p. 9).

Interessante notar que é usada a expressão "intensificar a propaganda", reconhecendo que o *Centro Goyano* seguia a esteira da pioneira A *Informação Goyana*. A partir desse momento a revista deixa de ter o seu caráter independente e se vincula a agremiação, assumindo a função de porta-voz. A vinculação da revista com o *Centro Goyano* foi formalizada tendo Olegário Pinto como presidente e Henrique Silva seu vice. Em 1932 com o surgimento de outra agremiação semelhante, a *Associação Universitária Goyana*, a revista assume a mesma postura e em 1933 as duas agremiações se unem e formam a Associação Goyana, que vai de certo modo ampliar ainda mais o leque de colaboradores da revista.

Considerando a proposta de Roger Chartier (1990, p. 127) sobre a importância do suporte do escrito, de que "é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor", traçaremos em seguida alguns aspectos sobre o suporte do impresso em questão.

1.5 ASPECTOS MATERIAIS, CIRCULAÇÃO, OS IMPASSES DE SUA MANUTENÇÃO E SEU PÚBLICO.

Em sua composição gráfica, A *Informação Goyana* estava em sintonia com a maioria das revistas cariocas, com grande parte das suas matérias ilustrada por desenhos e fotografias, sendo que muitas delas possuíam ornamentos em seu contorno. Os títulos eram bem destacados e os textos eram compostos de entrelinhas mais justas e encontravam-se diagramados em duas colunas. A partir de novembro de 1922 a revista deixa de utilizar o sumário, que até então vinha inserido no canto superior da primeira página logo abaixo do cabeçalho, e seus temas não eram arranjados em seções previamente definidas. Após um ano exato de sua existência, inicia-se a sessão "notas e informações", constituída de pequenos textos - boa parte sem títulos -, de variados assuntos. É nesse espaço que comumente é encontrado o tom informal de seus redatores.

Sempre que a revista completava o ciclo de um ano de circulação, ocorria a publicação de seu editorial, no qual eles faziam o prospecto e sempre reiteravam seus objetivos. Nos primeiros cinco meses de sua circulação, A *Informação Goyana* era editada nas *Officinas Graphicas* do Jornal do Brasil, instalada na Avenida Central[42] que naquela época possuía um dos maiores parques gráfico da imprensa brasileira, "com 12 máquinas linotipos, 3 monotipos e a mais mo-

42 Atual Avenida Rio Branco.

derna impressora" (BARBOSA, 2007, p. 37). A sua impressão era feita em papel acetinado, considerado de boa qualidade, porém dispendioso naquela época, como publicou na ocasião em que noticiou o aumento na quantidade de páginas:

> Do presente número em diante a nossa Revista apparecerá com 16 paginas, ou sejam 4 paginas no texto, sem com isto haja augmento no preço das assignaturas e venda avulsa [...] É innegavelmente um verdadeiro esforço da nossa parte – quando a ninguem é licito ignorar a actual carestia do papel de imprenssão – particularmente do assetinado. (A *Informação Goyana*, março de 1918, p. 86).

Como visto, a quantidade de páginas não seguiu um padrão, variando entre oito a dezesseis páginas. A revista foi publicada mensalmente e vendida em forma de assinatura ou avulsa, com o preço da assinatura anual de 10$000 para os estados do Brasil e 20$000 para o exterior, e o exemplar avulso era vendido por 1$000[43], segundo a revista, nas principais livrarias do Rio de Janeiro e dos outros estados. Entretanto, em maio de 1922 sem justificativa, é anunciado o aumento do número avulso para 2$000, voltando para o preço original em setembro do ano seguinte. Todavia, conforme registrado pela revista, a forma mais comum de sua circulação era por meio das assinaturas e de permutas com outros periódicos.

43 A título de comparação, de acordo com Barbosa (2007), 100 réis era o preço da travessia de barca Rio-Niterói e seis mil-réis (6$000) equivalia a um dia de trabalho de um operário gráfico.

A revista era um empreendimento de pequeno porte e segundo Nepomuceno (2003), não chegou a ultrapassar a margem de 500 exemplares por tiragem, número pouco expressivo em relação às revistas cariocas daquela época, que conforme Barbosa (2007) chegava à marca de 30.000 exemplares por tiragem. Os assinantes d'A *Informação Goyana* eram poucos, e frequentemente era reclamada a falta de pagamento das assinaturas, por meio de uma nota pedindo para os inadimplentes efetuarem os pagamentos, reforçando o valor de 10$000 e o endereço a ser enviado. Além dos poucos assinantes, a falta de pagamento se mostrou um verdadeiro problema para seu diretor. No ano de 1920 Henrique Silva acusa um anônimo da capital de Goiás de ter lido a revista e depois te-la devolvido pelos correios, pois a revista estava com outro invólucro. Enraivecido ele comenta que o *patife* de reputação *canalha* deveria ser um dos assinantes relapsos em dívida com ele, e que não se interessava em saber quem era o sujeito, pois sua revista "*não foi fundada para ser lida no Estado, e sim nos grandes centros do paiz e, mais particularmente no estrangeiro [...]*". [44]

Numa outra edição a revista anunciou seus únicos representantes [45] em Goiás, sendo eles, Dr. Dimas de Paiva em Buriti Alegre, Coronel Francisco de Magalhães em Formosa, Vila Planaltina (Planaltina) e Santa Luzia (Luziânia), e o Coronel Joaquim José da Silva em Bonfim (Silvânia), justificando tal declaração arremata: "temos sido logrado ou melhor, roubado por alguns individuos sem escrupulos e sem vergonha."[46] Em dezembro de 1928, de maneira

44 A *Informação Goyana*, abril de 1920, p. 108.

45 A revista posteriormente anunciou ter representantes em Ipameri, Roncador, Corumbá, Bela Vista, Barreiros, Catalão, Jaraguá, Natividade e Porto Nacional. Em Minas Gerais na cidade de Uberaba.

46 A *Informação Goyana*, maio de 1924, p. 80.

amena utilizou o recurso de expor os nomes dos que estavam com o pagamento em dia, onde se lê: Bispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira, Lindolpho de Souza, Antônio Felix do Sacramento, Coronel João Pereira de Souza Dutra da cidade de Bonfim, Dr. Xavier de Almeida de Morrinhos, e Charles Jost do Rio de Janeiro. Esse número de adimplentes reforça a ideia de que o grupo de assinantes era bastante reduzido.

Sobre a sua circulação no Brasil, dificilmente a revista conseguiu alcançar todo o seu território, contudo, impressos de Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo e Goiás permutaram com A *Informação Goyana* conforme registrado por diversas vezes em suas páginas.

Outro aspecto que se deve levar em conta eram as fontes que a revista utilizava: relato de viajantes, relatórios presidenciais e estudos considerados por eles técnicos – sendo seu conteúdo caracterizado por uma linguagem rebuscada e de difícil leitura, muitos dos seus artigos eram extensos, às vezes era necessário que alguns deles fossem publicados por etapas, ou seja, se iniciava num determinado número e continuava em números posteriores. Em algumas passagens chegou a fazer citações em francês, alemão, inglês e espanhol, logo, essas características consequentemente exigiam que seu público possuísse um alto grau de erudição.

Em alguns momentos o mensário registrou sua entrada no estrangeiro. Tais registros, tanto no Brasil como no exterior contribuem para a compreensão, pelo menos em parte, de seu âmbito de circulação. Mas o que se torna relevante, é perceber que, cada vez que era registrada a chegada da revista no exterior, seus mentores

deixavam as claras suas ambições e a preferência de formar um público seleto, para além das fronteiras brasileiras.

Dessa forma, ainda no seu primeiro ano de existência os editores agradecem a generosidade e o acolhimento da revista por vários impressos da Argentina e do Uruguai através das permutações, e ainda comentam:

> [...] esse era precisamente um dos escopos collimados pelos seus diretores: fazer conhecidas de preferencia n'outros paizes as immensas riquezas nativas do nosso vasto hinter-land, que a illustrada imprensa brasileira desdenha, menoscaba [...] (A *Informação Goyana*, outubro de 1917, p. 26).

Atinente ao seu primeiro número, a revista reproduziu as impressões do magazine *El Economista Uruguayo* editado em Montevidéu:

> A llegado a nuestra mesa de radaccion el primer numero de esta importante revista cuya especializacion está en lo relacionado con las finanzas.
>
> Cuenta con una corporacion de colaboradores selectos, como lo atéstigua el buen material de lectura que llenan sus páginas, figurando en la lista, si esto no fuera suficiente, los nombres de las personalidades de relieve que tienen representación prepoderante en el Brasil.

> Aparece uma vez al mes, con material de ilustriación e información, lo que estará relacionando con las possibilidades económicas del Brasil Central.
>
> Agradecemos el envio y retribuiremos el canje.
>
> (A *Informação Goyana*, outubro de 1917, p. 36).

Em 1924 Henrique Silva recebeu uma carta do cônsul do Brasil João Campos na Alemanha informando que algumas famílias alemãs desejavam emigrar para o Brasil e se instalar em Goiás. Certamente essas famílias queriam vir para o Brasil devido à situação de desestruturação que a Alemanha se encontrava no pós-guerra, além de ter sido declarada como uma das culpadas pelo conflito por meio do Tratado de Versalhes, tanto que o cônsul enfatizou que eram alemães "laboriosos" e "ordeiros". Henrique Silva aproveita o reconhecimento e esclarece: "[...] Esta revista se interessou sempre, mais pela propaganda das possibilidades goyanas no extrangeiro, do que mesmo no Brasil, onde avultam em demasia os que não sabem e nem querem saber... [...]" [47].

Houve também a publicação de outra carta de um adido da Embaixada do Brasil em Paris chamado Francisco Guimarães acusando o recebimento de números da revista e que esta lhe servia como documento para a confecção de seu anuário "Annuaire du Brésil, Economique et Financier".[48]

47 A *Informação Goyana*, junho de 1924, p. 82.
48 A *Informação Goyana*, agosto de 1932, p. 91.

Henrique Silva em 1929 documenta na revista que muito antes do Ministro das Relações Exteriores Otávio Mangabeira publicar o "Boletim dos Serviços Econômicos e Comerciais", - um serviço permanente de informações do Brasil para outros países -, A *Informação Goyana* já vinha prestando serviços análogos atingindo as mesmas proporções:

> [...] É que A *Informação Goyana* leva mensalmente a todas as legações e consulados do Brasil na Europa, na América do Norte, na Central e do Sul, e mais proveitosamente – ao Japão, informes que as referidas repartições do Ministerio do Exterior vêm divulgando. [...] (A *Informação Goyana*, outubro de 1929, p. 18).

Apesar de ser difícil precisar essas informações, elas nos mostram não só a pretensão de Henrique Silva atingir um público no maior raio possível, mas a intenção de seu diretor em mostrar que o seu projeto possuía ações de importância igual ou maior que o próprio Estado. Ora, ele fez questão de expor a sua influência no processo de vinda de famílias alemãs para Goiás, ao mesmo tempo em que assemelhou a contribuição d`A *Informação Goyana* a de um ministério.

Para reforçar a sua manutenção, a revista inicialmente contava com um número razoável de anúncios que eram pagos da seguinte maneira: para anunciar em uma página inteira o valor era 100$000, meia página 60$000, um quarto 30$000, um oitavo 15$000.

Cohen (2011) ao analisar a importância das propagandas nos jornais e revistas cariocas, elucida que a presença de anúncios

nos periódicos no início do século XX era um ótimo negócio para ambos os lados. Para a imprensa funcionava como um suporte econômico, e para as empresas e indústrias servia como um meio para ampliar os números de consumidores. Mas, a pesquisadora atenta em sua análise, observa que o padrão não era esse, pois na capital havia iniciativas mais modestas, que dependiam da ajuda de amigos e de seus próprios recursos. Caso semelhante aconteceu com 'A *Informação Goyana*, que chegou a ter quatro páginas de anúncios que, no entanto, sem nenhuma explicação, foram ficando cada vez mais escassos até que, por volta 1921, praticamente desaparecem. Possivelmente os anunciantes perceberam nesse meio tempo que o escopo da revista era reduzido e pararam de anunciar, já que para eles o importante era ampliar o número de consumidores.

A partir de 1918, o governo de Goiás por meio do presidente João Alves de Castro anuncia uma verba para auxiliar a revista:

> O "Correio Official" de 24 de agosto ultimo publicou o Dec. n. 5826, de 3 do mesmo mez, pelo qual o digno presidente do Estado de Goyaz, usando da autorização que lhe foi conferida pela Lei n. 620, de 29 de julho anterior, resolveu auxiliar esta revista com a quantia de 300$000 mensaes "visto ser o único jornal que, actualmente, defende os interesses geraes do Estado nesta Capital." (A *Informação Goyana*, outubro de 1918, p. 33).

Desse mesmo modo, em 1930 ela recebe do Secretário de Finanças do governo de Goiás o comunicado da continuação do auxílio:

> Levo ao vosso conhecimento que o Estado continuará a subvencionar, no anno próximo, essa revista, sendo, porém, paga pelo duodécimo de Rs. 250$000 mensaes, com a obrigação de remessa de 1 exemplar a cada Secretaria do Estado, inclusive a da Presidencia, e cada um dos Prefeitos Municipaes. (A *Informação Goyana*, outubro de 1930, p. 24).

É interessante perceber que no primeiro comunicado o governo não estabelece uma contrapartida e expõe abertamente a importância da revista. Já no segundo, não que o governo a considerasse menos importante, pois só de auxiliá-la mostra de forma implícita o seu valor, mas as obrigações estabelecidas mostram nas entrelinhas a proposta de um governo de cunho intervencionista, preocupado em manter certa proximidade com o que a revista divulgava em suas páginas.

De acordo com Nepomuceno (2003), "os cofres públicos mantiveram os subsídios [para a revista] desde o segundo ano de sua circulação até seu desaparecimento, em maio de 1935." Mas em suas páginas, o subsídio que ela recebia também se tornou um verdadeiro dilema. Por diversas vezes foi noticiado que a revista passava por dificuldades, justificada pela falta de interesse dos goianos - salvo uma pequena parte da colônia de goianos que vivia no Rio de Janeiro - além de reclamar que o auxílio do governo era irrisório, colocando o próprio Henrique Silva como seu principal sustentador. Em 1921 a revista chegou a anunciar o seu fim por meio de um texto de Eduardo Sócrates:

> Henrique Silva exigiu-me um grande sacrifício, de que me venho desobrigar profundamente consternado: escrever estas pallidas linhas allusivas ao VI anniversario da *Informação Goyana*, ao mesmo tempo que me annunciava ser este o seu tiro de honra. [...]
>
> Goyaz vae perder, com o desaparecimento desta revista, o extenuado defensor de todos os seus multiplos interesses [...]
>
> Poderia só triumphar se lhe nos faltasse o apoio decisivo dos goyanos, mas infelizmente poucos foram os que a socorreram, tomando-lhe assignaturas. [...]
>
> Pena foi que perdesse o auxilio dado pelo Estado. Os serviços que sua revista lhe prestava compensavam sobejamente esse auxilio. [...]
>
> É verdade que muita vez Henrique Silva teve de voltar sua penna contra conterraneos nossos, mas só o fez por se julgar attingido por elles e magoado por lhe não comprehenderem os intuitos, desvirtuados por uma falsa apreciação de sua conducta. [..]
>
> Foi com magoa que recebi o convite de Henrique Silva para lhe ajudar a lançar a ultima pá de cal sobre a sua obra, a sua esperança, o seu sonho, que se diluem nesta ingrata opportunidade, neste de difficuldades insuperaveis, em que se vê coagido a dispor sua magistral penna. (A *Informação Goyana*, julho de 1921, p. 89).

Em nota, Henrique Silva esclarece que o artigo de seu amigo e colaborador já estava no prelo quando, foi desmentida a notícia

"malévola, motivada pela inveja e despeito de mãos goyanas" de que o novo governo de Eugênio Jardim iria suspender o auxílio, e ressalta "*a aliás pequena subvenção com que o antecessor vinha auxiliando a publicação desta revista*". Mas se realmente o artigo de Eduardo Sócrates não fosse necessário, já que a subvenção iria continuar, por que Henrique Silva fez questão de acrescentar uma nota, ao invés de simplesmente retirar o artigo?

O fato é que, seja criticando os "maus goianos" ou criticando o auxílio do governo, ora com postura subserviente, ora com posturas que iam contra o governo da União e de Goiás, a revista manteve-se em circulação até a morte de Henrique Silva em 1935, um feito de grande relevância levando em consideração a grande incidência de empastelamentos e fechamentos de periódicos naquele período. Para compreender melhor os discursos e as conveniências políticas imbricadas nas páginas da revista, nosso próximo capítulo irá abordar as relações políticas, bem como, sua postura diante dos fatos que de certa forma movimentaram o cenário político goiano.

CAPÍTULO 2

A INFORMAÇÃO GOYANA NO CONTEXTO HISTÓRICO DA ÉPOCA: DISCURSO ALINHADO COM AS CONVENIÊNCAS POLÍTICAS E A CONTUNDENTE DEFESA DA FERROVIA.

O presente capítulo tem por objetivo geral compreender a postura política d'A *Informação Goyana*. À vista disso, inicialmente será exposto o contexto e as dinâmicas do funcionamento político da Primeira República, Em seguida traçaremos algumas linhas discorrendo sobre os grupos políticos que exerciam amplos poderes em Goiás. Destarte, nosso intento se pautará em mapear as vinculações e afinidades políticas de Henrique Silva com personagens da política goiana, demonstrando suas afinidades e conveniências políticas a partir de seus textos publicados na revista. O último tópico deste capítulo é dedicado à análise da questão dos transportes pelo prisma da revista, auxiliando na compreensão de alguns aspectos econômicos de Goiás nesse recorte temporal.

2.1 O CONTEXTO

A circulação d`A *Informação Goyana* coincide temporalmente com parte do período da Primeira República (1889 – 1930). Por isso as linhas iniciais deste capítulo se ocuparão em traçar breves comentários sobre o sistema político vigente nesse contexto.

Em 1889, quando a república brasileira foi proclamada, a transição do governo imperial para o republicano foi feito sem grandes conflitos, bem como, com poucas alterações socioeconômicas ou participação popular. No campo econômico o Brasil continuou a ser um país agroexportador, e no campo político gerou o descon-

tentamento por parte de grupos que desejavam modificações mais profundas. Desse modo, o modelo de república que se instalou no país, não representava o pensamento de todos aqueles que haviam se engajado em sua defesa desde o período imperial.

Até que as eleições fossem realizadas e o país tivesse uma nova Constituição para o Brasil, o marechal Deodoro da Fonseca liderou nesse interregno um governo de caráter provisório (1889 – 1891). Mesmo cumprindo uma função provisória, Deodoro desintegrou as assembleias provinciais e as câmaras municipais, demitiu os presidentes das províncias e indicou novos dirigentes para elas. Uma elite composta por um grupo civil ligado aos grandes proprietários, e outro militar, assumiu o aparelho administrativo.

Em 1891, após alguns meses de debate sobre um projeto já preparado por um grupo liderado por Rui Barbosa, foi promulgada a Constituição republicana. A Carta Magna fora reflexo da hegemonia dos defensores do liberalismo de influência norte-americana, e continha algumas características como a divisão dos três poderes, independentes entre si, com Legislativo bicameral formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Além de estabelecer o sufrágio universal masculino, não secreto, que rejeitava do processo eleitoral as mulheres, analfabetos, mendigos, menores de 21 anos, padres e soldados. Enfim, apesar de estender o acesso ao cargo de chefe do estado, ou seja, do poder Executivo, antes exclusivo aos membros da família real, e de estabelecer nova forma de seleção de eleitores, o sistema político preservou-se excludente tal como era no período do império. Acerca disso Carvalho examina:

> Sendo função social antes que direito, o voto era concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar a sua preservação. No Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pelo censo, seja pela exigência de alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordens religiosas. Ficava fora da sociedade política a grande maioria da população. A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava no texto imperial. (CARVALHO, 1987, p. 44).

Ainda sobre a Constituição de 1891, em seu artigo de número 68 determinava que: "Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse" [49]. Esse artigo é o aval que propiciou o surgimento de uma nova figura política de grande poder, o governador de estado. Sobre o assunto Carvalho (1997) explica que o antigo presidente de província, durante o regime imperial, era um homem de confiança do Ministério, não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas próprias bases de poder na província à qual era, muitas vezes, alheio. No máximo, podia preparar sua própria eleição para deputado ou para senador. Já o governador republicano, ao contrário, era eleito pelas máquinas dos partidos estaduais e era o

49 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

chefe da política estadual. É nesse contexto também que irá emergir a figura do coronel, pois no Império ele já existia, sendo oriundo da Guarda Nacional, milícia criada na época da Regência (1831 – 1840). No entanto, será na Primeira República que o coronelismo[50] alcançará seu fastígio.

Assim, até os idos de 1898 cada estado brasileiro tinha uma autonomia considerável e dificilmente se submetia às ordens do poder central. O presidente eleito Campos Sales (1898 – 1902), procurando obter apoio dos estados arquitetou em seu mandato presidencial o mecanismo político conhecido como política dos governadores, que consistia em um acordo entre o presidente da república e os governadores estaduais, em troca da autonomia dos estados, os governadores elegiam uma bancada de deputados e senadores que apoiaria o presidente. No governo seguinte do presidente Rodrigues Alves (1902 – 1906) "a política dos governadores alcançará sua expressão mais pura." Segundo (FAORO, 2001, p. 690), tal pacto se tornou uma das principais características do sistema político brasileiro perdurando até 1930. Dessa forma, Itami Campos ao analisar o período afirma que, "À medida que o domínio do executivo estadual se amplia, caracteriza-se a oligarquia, tão famosa a ponto de se tornar um dos traços marcantes do período" (CAMPOS, 2003, p. 24).

As oligarquias existentes desde o Brasil Império, eram comumente conhecidas por se pautarem numa estrutura familiar patriarcal. "Eram grupos fechados, aparentados entre si, que

50 Coronelismo é um sistema político nacional, baseado em barganhas entre governo e coronéis, sendo a fase de processo mais longo de relacionamento entre o governo e os fazendeiros. Acaba simbolicamente com a prisão dos grandes coronéis baianos em 1930, e definitivamente em 1937 com a implantação do Estado Novo e a derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes coronéis gaúchos (LEAL apud CARVALHO, 1997, p. 3).

se apoiavam mutuamente e tudo faziam para manter-se no poder" (FREITAS, 2009, p. 181). Sua autoridade em determinada região era alicerçada na consanguinidade, no latifúndio[51], e na supremacia econômica e cultural. Ainda sobre sua dinâmica, Freitas (2009) ilustra: "Os oligarcas perpetuavam-se no poder, até que um grupo rival ascendente passasse a questioná-los e os sucedesse." Embora não fosse uma constante as alternâncias dos grupos oligárquicos no controle do poder, quando ocorria, o quadro socioeconômico e político do local pouco se alterava.

Desse modo, antes de compreendermos a posição da revista em relação à estrutura política instalada no Brasil, iremos expor algumas críticas pontuais do periódico direcionadas ao governo federal. Já nos primeiros anos de sua circulação, em um de seus artigos encontra-se o seguinte comentário:

> [...] O pagamento dessa quantia, depende, porém, das disposições do egregio titular da pasta da Agricultura. Innumeras tem sido as solicitações dos interessados. Innumeras e até agora inocuas. Porque o Sr. Pereira Lima, como o senhor José Bezerra só se interessa pelos lucros que lhe advenham dos estabelecimentos commerciaes ou industriaes de onde sahiu temporariamente para junto ao governo advoga-lhes as causas, nem sempre licitas. S. Ex. só entende de

51 Ana Lúcia da Silva (2005) observa que as oligarquias não eram constituídas somente por proprietários rurais, além desse fator havia o casamento, o comércio e as profissões liberais, que foram meios utilizados para conseguir poder. Nasr Fayad Chaul (1998) lembra que o oligarca goiano Leopoldo de Bulhões não era proprietário de terras e sim um bacharel.

> assucar, e d'ahi desdenhoso modo porque trata questões de alta relevancia que não se relacionem com o ramo assucareiro...
>
> [...] enquanto outros Estados com maiores possibilidades financeiras já estão de posse do auxilio, Goyaz que espere. Que espere por um ministro que não seja do estofo desses negociantes de secos e molhados improvisados estadistas por um presidente que é também discipulo de Mercurio. [...] (A *Informação Goyana*, novembro de 1918, p. 51).

O artigo acima, assinado por Carlos Maul, reclama do não cumprimento do governo federal em não disponibilizar a verba ($250 contos) prometida para a construção de estradas de rodagens em Goiás, mas segundo o artigo, a disponibilização da verba dependia da disposição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Os ministros citados, João Gonçalves Pereira Lima e seu antecessor José Rufino Bezerra Cavalcanti,[52] são explicitamente acusados quando Maul diz que os ministros favoreciam os seus negócios, e que viabilizaram as verbas aos estados mais ricos em detrimento de outros menos favorecidos entre eles, Goiás. A crítica também atinge Venceslau Brás, que naquele mês findava o seu mandato.

Ainda no mesmo número, Henrique Silva põe em descrédito o Mapa Econômico do Brasil divulgado pelo Serviço de Informações do MAIC, considerando o trabalho "detestável" e um "desserviço" para a representação de Goiás, e chega às seguintes conclusões:

52 Ambos eram de Pernambuco, e grandes proprietários rurais ligados à produção do açúcar. Zóia Vilar em sua obra "Doce amargo: produtores de açúcar no processo de mudança – Pernambuco (1874 – 1941)", expõe os nomes de grandes usineiros de Pernambuco que ocuparam altos cargos na política brasileira naquele período.

> [...] a) Que a sciencia official do Brasil diminue por contumacia, e systematicamente, as possibilidades econômicas do paiz;
>
> b) Que Ella é a fonte de vulgarização dos mais prejudiciaes preconceitos que correm impressos em obras estrangeiras de propaganda de outros paizes, sobre nossas cousas;
>
> c) Que finalmente, não vale a pena a gente tomal-a a sério. (A *Informação Goyana*, novembro de 1918, p. 59).

Em suas tentativas de mostrar que o Governo Federal praticava uma política que proporcionava o esquecimento de Goiás, a revista chegou ao ponto de julgar tal política como uma prática delituosa. A revista publicou um artigo extraído da revista *Lavoura e Commercio* de Uberaba em que o engenheiro Carlos Haas[53] se expressou da seguinte maneira:

> [...] Os goyanos nem por sombra podem fazer Idea do thesouro immensuravel que possuem, e o governo federal o crime de lesa-patriotismo em que incorre deixando sem vias rapidas de communicação a parte mais rica e mais bem dotada do paiz. [...] (A *Informação Goyana*, dezembro de 1920, p. 35).

53 Sobre ele a revista esclarece: "Carlos Haas, nosso prezado collaborador é um competente engenheiro yugo-slavo, que fez de Goyaz sua segunda pátria." (A *Informação Goyana*, dezembro de 1920, p. 35).

Não por acaso, em fins de 1930, devido à tomada do controle do Brasil por outro grupo político, a revista intensifica suas críticas ao antigo governo expondo com veemência os erros e as falhas que prejudicavam Goiás em todos os aspectos. Ou seja, ao mesmo tempo em que a revista depreciava o governo central deposto, ela sugeria ao novo grupo político aquilo que não devia ser feito. O artigo intitulado *O Brasil que o Brasil desconhece* exemplifica bem essa intenção de Henrique Silva. O termo "desconhece" já mostra que o governo deveria conhecer algo, no caso, Goiás. O título do artigo acima é uma entrevista de um dos diretores da Sociedade Rural Brasileira, Carlos Monteiro Barros no qual ele pontua uma série de fatores que causavam o "entrave do progresso de Goiás", e de acordo com o mesmo, o principal deles era a "desídia criminosa do Governo Federal". [54]

2.2. AFINIDADES POLÍTICAS

Victor de Carvalho Ramos, assíduo colaborador da Revista, como de costume, ao fazer um retrospecto na data de aniversário da revista, destaca um dos atributos da revista: "Assim, esta revista cuidou de todos os assumptos sérios, de interesse geral para o paiz. Só não tratou de politica nem com Ella jamais perderá seu tempo. O seu lemma foi e será – ser patriota sem ser politico" [55]. Essa carac-

54 A *Informação Goyana*, outubro de 1930, p. 18.
55 A *Informação Goyana*, julho de 1918, p. 153.

terística soa natural à medida em que seu diretor na Praia Vermelha, instituição sob forte influência positivista, propunha a isenção de paixões e valores, ou seja, se portar com neutralidade, aqui no caso, sobre assuntos atinentes à política. Mas, como detectado, a revista não conseguiu manter-se alheia a tal assunto. Por isso esse tópico se objetivará em expor como, e quais eram os pensamentos e as afinidades políticas de Henrique Silva.

Considerando o exposto acima, nos primeiros meses de circulação d'A *Informação Goyana*, os diretores da revista fazem o seguinte comentário:

> [...] Ninguem ignora que a constituição de 24 de Fevereiro, concedendo autonomia aos Estados, estes, por seu turno, ampliaram por demais as que eram mister conceder aos municipios, e que estes têm usado e abusado de taes prerrogativas. Os primeiros desatinos que as edilidades municipaes perpretaram por este Brasil a dentro, recahiram de preferência na mudança de nomes locaes conservados tradicionalmente; ou deram ás antigas localidades nomes tupys, ou nomes politicos em evidencia, nomes pessoais emfim.
>
> Exemplifiquemos o caso na parte que diz respeito ao Estado de Goyaz: a Mestre d'Armas, entre Rios, Meia Ponte, Paulistas [...] deram respectivamente os seguintes chrismas: Altamir, Ipameri, Pyrinopolis e Xavier de Almeida. Esta ultima localidade goyana, por motivo não extranho ás causas da politicagem, passou a chamar-se agora Corumbahyba. [...] (A *Informação Goyana*, novembro de 1917, p. 44).

O trecho acima ilustra de maneira explícita a relutância que Henrique Silva tinha ao modelo de Estado que vigorava na Primeira República, por isso, a proposta de um Estado intervencionista permeará as páginas de sua revista. Ou seja, ele sempre irá indicar como a União, bem como suas instituições deveriam governar. O major acreditava que Goiás poderia sair do desconhecimento rumo ao progresso a partir do momento em que os líderes do país moralizassem o sistema político por meio de uma postura intervencionista. Interessante é perceber que a revista já apontava que aquela estrutura política, - de acordo com ele - em que os líderes "usavam e abusavam" e cometiam "desatinos" estava em xeque e em marcha, muito antes de se concretizar com Getúlio Vargas e os interventores estaduais em 1930 e de maneira mais intensa no Estado Novo (1937 – 1945)[56].

Outro fator relevante do trecho supramencionado é que ao mesmo tempo em que há críticas à União há também à política goiana, quando se refere, por exemplo, à mudança de nome da cidade Xavier de Almeida para Corumbaíba. Desse modo, o trecho nos permite fazer um gancho para discorrer nas linhas seguintes sobre o contexto e as conjunturas políticas em Goiás.

Em 1918, é detectada n'A *Informação Goyana* a seguinte denúncia:

> [...] Cada anno a passar, é mais difficuldade, mais um pretexto para allegações e sophismas, ao mesmo tempo que significa uma extorsão ao Thesouro do Estado. É, pois, uma questão

56 O intervencionismo exercido pelo governo que tomou o poder em 1930, não quer dizer que foi moralizadora na prática.

> em foco, a exigir solução prompta, taes as funestas consequencias do "statu quo" de annos, mantido pela indifferença de nossos próprios conterraneos, que veem exercendo o governo, mais preoccupados com a política e com o partidarismo, do que com o futuro de nosso grande Estado. [...] (A *Informação Goyana*, julho de 1918, p. 154).

O trecho acima foi publicado por Eduardo Sócrates em virtude do primeiro aniversário da revista. Sócrates será um dos colaboradores a escrever nessas ocasiões, sempre com o mesmo teor, e no intuito de mostrar que a má política exercida em Goiás se constituía em um entrave: "Nosso povo quer só jornaes que lhe alimentem a paixão da politiquice, desprezando os que pleiteiam a grandeza e prosperidade de sua terra"[57].

Considerando o exposto acima, faz-se mister indagar: De acordo com a revista, a má política era exercida pelo governo goiano como um todo? De acordo com as posturas políticas tomadas pela revista, não. Para uma melhor compreensão do cenário político de Goiás, no intento de perceber a quem de fato a revista direcionava suas críticas, necessário se faz retroceder alguns anos antes do surgimento do periódico.

A política em Goiás na Primeira República, seguindo os traços do fenômeno do coronelismo, foi dominada basicamente por três grupos políticos: bulhonista, xavierista e caiadista. Inicialmente destaca-se a oligarquia dos Bulhões[58], tendo como grande líder José

57 A *Informação Goyana*, julho de 1920, p. 137.

58 "Os Bulhões não eram latifundiários, nem pecuaristas; eram bacharéis." (FERREIRA, 1998, p. 61).

Leopoldo de Bulhões Jardim. Homem de grande prestígio a nível nacional, chegando a ocupar o cargo de Ministro da Fazenda nos governos de Nilo Peçanha e Rodrigues Alves, além de ter sido deputado e por diversas vezes senador por Goiás. Os Bulhões detinham as rédeas da política em Goiás desde 1878, e partir de 1890, sob o regime republicano, eles dominavam a política goiana através do Partido Republicano.

No intuito de acabar com os vestígios do antigo regime, Leopoldo de Bulhões conseguiu articular em torno de seu partido as dissidências políticas existentes. Contudo, sua dedicação em manter uma agremiação política coesa não foi o bastante para evitar discordâncias e consequentemente as cisões em seu partido. Tais rupturas não foram suficientes para acabar com grande influência de Leopoldo de Bulhões, que conseguiu eleger seu cunhado Urbano Coelho de Gouvêa para cargo executivo de Goiás nas eleições de 1898.

No entanto, nas eleições de 1901 o Partido Republicano apresentou José Xavier de Almeida como candidato, que mesmo não fazendo parte da oligarquia dos Bulhões, tinha como ponto favorável ser "apadrinhado" político do mesmo. De acordo com (ROSA, 1984, p. 63), "Tudo fazia crer que a candidatura de Xavier de Almeida à Presidência do Estado iria fortalecer ainda mais a política dos Bulhões", mas, eleito para o cargo, Xavier de Almeida passou a ter uma postura independente dos Bulhões, se aproximando de um dos políticos mais poderosos e influentes da região sul de Goiás: Hermenegildo Lopes de Moraes. Esse fato gerou descontentamento entre os Bulhões que esperavam que ele entrasse para família pelo casamento, - fato comum naquele período. Mas, "ao contrário do que

era esperado, José Xavier de Almeida, surpreendendo até mesmo os seus próprios familiares, [...] pouco antes de assumir o poder (27-07-1901), casou-se em Morrinhos com D. Amélia Augusta Lopes, filha do Cel.: Hermenegildo Lopes de Moraes". (ROSA, 1984, p. 65).

Xavier de Almeida fortaleceu seu poder ao fundar o Partido Republicano Federal de Goiás, e também por meio de seus representantes na Câmara Federal, fatos que o deixou mais próximo do governo central, ao mesmo tempo em que procurava evitar o confronto direto com Leopoldo de Bulhões, então ministro da Fazenda do Presidente Rodrigues Alves. Entretanto, algumas medidas como, a reorganização e a fiscalização rígida dos postos de arrecadação, e a proibição de condescendências fiscais, geraram grande insatisfação por parte dos coronéis, acostumados que estavam a não serem onerados com impostos, sentiram-se os mais prejudicados com as reformas e moralização do sistema fiscal em Goiás efetuadas no governo xavierista.

O então líder político propôs uma gestão conciliatória e insistiu em manter as atitudes acima citadas, porém, de acordo com Freitas (2009) "Xavier de Almeida manteve-se fiel aos aliados, mas, com o objetivo de realizar um governo de congraçamento, cometeu o pecado – imperdoável, no contexto – de aproximar-se de políticos da oposição".

Destarte, tal postura culminou em um movimento sedicioso[59] por parte de grupos políticos opositores que tomou o poder em Goiás em 1909. Nessa conjuntura política ascendeu para a liderança

59 Conhecido na historiografia goiana como Revolução de 1909.

na cena política goiana Antônio Ramos Caiado[60] (Totó), participante ativo na deposição do grupo xavierista[61], e exercendo grande poder político nos decênios seguintes em Goiás. Desse modo, os governos estaduais, o legislativo estadual e a representação federal de Goiás posteriores a 1930, se formaram sob a influência dos Caiado, tendo como agremiação política o Partido Democrata, praticamente o único partido desse período[62].

À vista disso, para compreendermos as posturas políticas da revista em relação à política goiana, é importante ressaltar que Henrique Silva possuía fortes ligações de amizade e simpatia à forma política de governar do grupo xavierista. As ligações se constituíam da seguinte forma: com Hermenegildo Lopes de Moraes Filho[63], por ser cunhado de Xavier de Almeida[64] e que foi um dos importantes nomes no rol de colaboradores da revista; e João Alves de Castro[65], sogro de Americano do Brasil[66] fundador da revista junto com Henrique Silva. eleito presidente de Goiás em "14 de Julho de 1917" (FERREIRA, 1980, p. 10), a data merece destaque, pois, um mês

60 "Os Caiado construíram uma intervenção política regional e nacional que se iniciou na década de 80 do século XIX." (RIBEIRO, 1998, p.226). Sobre a ampla influência de Totó Caiado nesse período Lena Castelo Branco tece os seguintes comentários: "[Totó] Exercia o controle da política de Goiás através da Comissão Executiva do Partido Democrata, da qual foi membro e presidente. Por meio dos diretórios municipais e de contatos epistolares com pessoas de confiança, dispersas por todo o estado, ficava a par de oscilações e vacilações políticas, atuando como árbitro de disputas e movimentando as peças do xadrez partidário." (FREITAS, 2009, p. 218).

61 De 1905 à 1909 o cargo do poder executivo em Goiás foi ocupado por Miguel da Rocha Lima, contudo ele foi eleito com apoio de Xavier de Almeida, que desfrutava de grande poder e influência no breve período, por isso o termo grupo xavierista.

62 Em 1927 foi fundado o Partido Republicano de Goiás, de oposição ao grupo político caiadista.

63 Ele iria ser o sucessor de Miguel Rocha Lima, patrocinado por Xavier de Almeida, contudo ocorreu a Revolução de 1909. (ROSA, 1984, p. 114)

64 Na obra Vultos Bonfinenses do memorialista Crispim Borges, apesar de não especificar o grau de parentesco, o autor informa que José Xavier de Almeida foi um dos descendentes de Vicente Miguel da Silva, avô de Henrique Silva.

65 João Alves de Castro foi secretário da Instrução no governo de Xavier de Almeida. (ROSA, 1984, p. 103)

66 Americano do Brasil era sobrinho de Henrique Silva. (BORGES, 2001, p. 105).

depois A *Informação Goyana* começou a circular.

João Alves de Castro ocupou cargos no governo xavierista, e devido às conturbações políticas de 1909, deixou Goiás no mesmo ano, e assumiu o cargo de desembargador no Acre. No entanto, ele foi chamado para assumir o governo de coalizão em Goiás em virtude de um acordo entre os democratas e republicanos, ou seja, dos principais líderes políticos goianos situacionistas e oposicionistas (bulhonistas e caiadistas), sendo eleito com a unanimidade dos votos.

Em seu governo, percebem-se semelhanças com o governo exercido pelo grupo de Xavier de Almeida, que como dissemos, procurou remodelar o Estado e moralizar a fiscalização. Assim, "À época quase não se pagava imposto: o presidente João Alves não só aumentou os impostos, como fiscalizou sua arrecadação, combatendo o contrabando." (FERREIRA, 1980, p. 101). Por esse motivo, A *Informação Goyana*, enalteceu e elogiou sobejamente as atitudes administrativas de João Alves de Castro durante todo o seu mandato. Isso pode explicar, por exemplo, porque a revista não deu ênfase sobre a Chacina do Duro[67] que ocorreu em 1919 em pleno governo

67 O episódio ocorreu por motivo de rompimento político entre os Wolney e os Caiado em 1912. A família dos Wolney, por meio de seu líder Abílio Wolney exercia grande poder na vila de São José do Duro, no norte de Goiás (hoje Dianópolis/TO). Após o rompimento entre os dois grupos, Abílio Wolney em 1915 se depara com os importantes cargos da vila ocupados por seus adversários políticos. E como Oliveira (2012) bem destaca, "Quando o pacto era rompido, o aliado deixava de ser 'coronel' e passava a ser bandido". Dessa forma, os Wolney "passaram a utilizar a força das armas para intimidar psicologicamente os seus adversários" (OLIVEIRA, 2012, p. 29). Após pressões do líder político, aqueles que ocupavam os cargos denunciaram as repressões cometidas pelos Wolney ao Governo do Estado, e zelando por suas vidas deixaram São José do Duro. O juiz Celso Calmon – tendo a sua disposição 68 soldados - foi o encarregado para apurar a situação no Duro. O juiz ordena a prisão de pessoas do grupo dos Wolney, no entanto, nesse processo mataram Joaquim Ayres Cavalcante Wolney, o pai de Abílio, e um funcionário da família. "A partir desse momento a guerra entre a polícia e os Wolney estava declarada." (OLIVEIRA, 2012, p. 32). Celso Calmon conclui o processo e retira-se do Duro, permanecendo na vila a força policial do Estado composta por 50 homens. Mas Abílio Wolney vai à Bahia e consegue ajuda de grupos armados. Os policiais com medo da iminência

de Alves de Castro. O episódio "repercutiu nos jornais de todo o país como uma campanha de descrédito contra o Estado" (OLIVEIRA, 2012, p. 33). Sob o título *Os acontecimentos de S. José do Duro*. O periódico dedica uma folha para os esclarecimentos de Castro após o ocorrido. Provavelmente diante a grande repercussão pela imprensa, o presidente comenta que diante das acusações feitas ao governo de Goiás era dever esclarecer os fatos para os que não o conheciam:

> "Agi, como Governo, na defesa da lei e das autoridades constituidas, quando commissionei o Dr. Celso Calmon para syndicar da responsabilidade dos que, no dia 16 de Maio do anno passado, além de outros desmandos, invadiram a casa das audiencias, prendendo o Juiz e o escrivão, e obrigando aquelle a concluir um inventario sem as formalidades legaes. [...]
>
> Si o Dr. Celso Calmon exorbitou suas attribuições e se a força policial praticou crimes, garanto que serão severamente punidos em processo regular.
>
> Não protejo criminosos, sejam quaes forem as suas ligações com os chefes politicos e sejam quaes forem os cargos que occuparem.[...]
>
> Pelo meu temperamento, pela minha indole, pelo meu caracter e por educação, sempre fui contrario ás violencias e ao desrespeito dos direitos de quem quer que seja.

---

de um ataque, capturam familiares e amigos de Wolney e os fazem de reféns, alguns deles os policiais prendem em um tronco. Abílio Wolney juntamente com suas forças armadas ataca a vila "na manhã do sai 16 de janeiro de 1919" (OLIVEIRA, 2012, p. 33), e a polícia executa os reféns. Os conflitos ocorrem até o dia 18, quando as forças de Wolney tomam a vila, e os policiais fogem. "Wolney preservou sua liderança em Dianópolis até sua morte aos 85 anos, em 1965." (OLIVEIRA, 2012, p. 33).

> A melhor prova que posso apresentar deste meu modo de proceder está justamente no meu longo passado, cheio de serviços publicos, e no facto de ser insistentemente chamado a administrar o Estado por aquelles mesmos que, em 1909, organizaram uma revolução contra o Governo de que eu fazia parte e em virtude da qual fui obrigado a retirar-me de Goyaz.
>
> E com relação á família Wolney, [...] devo ainda declarar que para com ella tive sempre gestos de verdadeira amizade e grande apreço, [...]
>
> Só um espirito perfido será capaz de acreditar que possa haver connivencia do meu Governo com os lamentaveis acontecimentos do Duro, muitos dos quaes, é preciso que se diga, não chegaram ao conhecimento do Presidente do Estado em exercicio. [...]
>
> A verdade, porém, ha de apparecer e as responsabilidades hão de ser definidas e apuradas.
>
> Para o meu Governo é esta uma questão de honra." (A *Informação Goyana*, fevereiro de 1919, p. 100).

Em sua fala, Castro basicamente absolve seu governo da culpa da chacina, dessa maneira, sobre assunto, a revista não o trata com alarde, somente procurou reforçar o caráter ilibado do governo "fecundo" de Castro. Aqui vale colocar um adendo: o mesmo entusiasmo da revista para com um governo, só será verificado na revista, quando Pedro Ludovico assume a intervenção do Estado em 1930.

Importante assinalar também que no mandato de Castro, ocorria o último *suspiro* de Leopoldo de Bulhões[68] no palco da política goiana. O chefe político, agora decaído, participou na exclusão de Xavier de Almeida da política em 1909. Sobre essa questão envolvendo Leopoldo de Bulhões, em 1918, a revista publica a mensagem presidencial de João Alves de Castro enviada ao Congresso Legislativo de Goiás, na qual ele explica os motivos pelos quais não apoiou Leopoldo de Bulhões ao senado. No relatório, Alves de Castro explicita sua intenção de propor o congraçamento entre os partidos políticos de Goiás, contudo, ele comenta que não pôde, porém, levar a termo seu intento devido às agressões gratuitas do Partido Republicano por meio de Leopoldo de Bulhões. Em síntese, ele exime seu governo da culpa em não apoiar os Bulhões para a vaga no senado. Por conseguinte, ele justifica:

> Fiel aos compromissos que assumi de me não envolver no pleito e de cuidar apenas da administração do Estado, só me cumpria, como o fiz, diante dessa resposta, deixar a eleição correr com toda a liberdade e com a maxima garantia para todos.
>
> Bem sei que o Presidente do Estado tem o arbitrio de alternar no poder os partidos. [...]
>
> Forçar, por isso, a mão e converter-me em chefe politico para pleitear a reeleição do Exmo. Sr. Dr. Leopoldo de Bulhões ou de qualquer outro candidato seria desvirtuar a missão de que fui investido e seria violentar os meus sentimentos

68 Leopoldo de Bulhões perde a senatoria para Hermenegildo de Moraes, em 1918. (CAMPOS, 2003, p. 99).

> republicanos. [...]
>
> Esta orientação, ao que parece, concorreu para afastar de vez o partido republicano do meu governo.
>
> Julguei que por essa fórma procedendo, melhor servia eu a causa de nosso Estado e ao proprio regimem republicano. (A *Informação Goyana*, junho de 1918, p. 140).

Tal fato que decretou o alijamento definitivo de Bulhões da política goiana possui raízes na *Revolução de 1909*, que resultou na repressão política do grupo que Alves de Castro fazia parte, o grupo xavierista. Ou seja, a exclusão dos Bulhões do palco político goiano foi movida também por certo ressentimento, podendo daí inferir que tais ações políticas de Alves de Castro possibilitaram a junção dos remanescentes xavieristas ao seio do grupo dos Caiado.

Apesar da ampla força caiadista, a revista evidencia que o seu vínculo e a suas deferências eram para com João Alves de Castro (amparado pelos Caiado) e não propriamente para com os Caiados.

À vista disso, a revista registrou o discurso feito por Olegário Pinto – colaborador da revista - na Câmara dos Deputados tecendo elogios à administração de Alves de Castro:

> Goyaz até hoje tão pouco conhecido, como que abandonado mesmo, parece ver agora uma nova éra de esperança.

> O illustre presidente de Goyaz, Sr. Desembargador Alves de Castro, tem empregado todos os seus esforços para melhorar as condições econonomicas do Estado.
>
> Remodelou o Lyceu Goyano, que já está equiparado ao Collegio Pedro II; remodelou as secretarias do Estado. [...].
>
> Melhorou consideravelmente, a arrecadação e fiscalização das receitas publicas [...].

Ao dar continuidade aos seus elogios ele cita o telegrama do então presidente de Goiás:

> Posso, pois, declarar com orgulho que o Estado de Goyaz não tem dividas de qualquer natureza quer seja interna ou externa. Depois de feitos todos os pagamentos, o saldo em caixa, inclusive cem contos de réis, em poder da Estrada de Ferro, ainda é superior a quinhentos contos de réis. Em virtude da nova lei judiciária estão sendo processados nesta Capital os defraudadores das rendas publicas. (A *Informação Goyana*, outubro de 1918, p. 40).

Alves de Castro menciona a existência de defraudadores das rendas públicas em Goiás, esses a quem ele acusa não poderiam ser outras pessoas, a não ser aquelas intimamente ligadas aos Caiado que ocupavam esses postos de fiscalização e coletorias em Goiás. Tendo em vista que eram os Caiados que de fato exerciam o poder e o mandonismo no período em foco. Os trechos expostos exemplifi-

cam também as atitudes de cunho moralizador de Castro, do mesmo modo que foi proposto por Xavier de Almeida anos antes.

Dessa forma, podemos notar que não foi por acaso que a revista citou como exemplo justamente o caso de Xavier de Almeida, como vítima da "politicagem" em Goiás, no trecho do artigo que expomos na abertura desse tópico[69]. Fica assim evidente que aquela neutralidade propalada e a imparcialidade atribuída à revista não foi mantida nos discursos de suas páginas.

2.3 UMA QUESTÃO DE CONVENIÊNCIA

Conforme as ideias que permeavam o aspecto político da revista, além da "politicagem", nada era mais "impatriótico" e nocivo para o país do que movimentos que promoviam a "desordem política". O periódico manifestou seu apoio e teceu elogios aos governos que combateram duramente os "desordeiros". Assim, percebemos que a revista se posicionava politicamente por conveniência. Exemplo dessa postura foi a publicação de um relatório do então presidente do Estado Miguel da Rocha Lima elogiando o presidente da República Arhur Bernardes por conseguir manter a ordem, pois:

> [...] No decorrer da ultima metade do anno passado, em épocas, ora approximadas, ora mais espaçadas, succederam-se coincidiram na

69 O político Xavier de Almeida é deposto em maio de 1909 (ROSA, 1984, p. 122), e o município com o nome de Xavier de Almeida é alterado para Corumbaíba, pela lei estadual nº 351, de 20 de Julho de 1909. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/corumbaiba.pdf

> Capital da Republica e em diversos Estados da Federação, movimentos sediciosos ainda tem ultima resistencia dos insurgentes. [...] (A *Informação Goyana*, maio de 1925, p. 80).

Os movimentos dos quais tratam a citação, é em virtude das Revoltas Tenentistas – ou Tenentismo - [70] e a Coluna Prestes, pois esta ainda estaria em resistência ameaçando a ordem do país, mas:

> [...] Empenhado o governo da União em reerguer [...] e resolver sábia e patrioticamente os relevantes problemas, [...] nada justifica essas manifestações de caráter tão impatriótico, justamente quando mais preciso se fazia a união de todos os brasileiros. [...] A energia inquebrantavel do governo federal [...] se deve o não termos sido levado á anarchia, perdido os nossos creditos de nação civilizada. [...] (A *Informação Goyana*, maio de 1925, p. 80).

Em outra edição continuam as publicações referentes à importância de se manter a ordem no estado para que não houvesse a interrupção dos negócios do gado em Goiás.

70 A revista se refere aos movimentos ocorridos na segunda metade de 1924 em São Paulo, liderado pelo general reformado Isidoro Dias Lopes no intuito de depor o presidente Arthur Bernardes. O movimento prolongou-se até o dia 27 daquele mês, quando centenas de militares abandonaram a capital e se dirigiram para o oeste do estado, de onde partiram para o Paraná. De lá os rebeldes paulistas se encontraram com outros gaúchos, sob o comando do tenente João Alberto e do capitão Luiz Carlos Prestes, surgindo a Coluna Prestes. O fato é que, o movimento teve seu início em 1922 quando jovens oficiais se rebelaram no Forte de Copacabana no Rio de Janeiro, mas foram suprimidos por força do Governo.

Sob o título, *Boiadeiros em Goyaz - Paz e Segurança,* Henrique Silva afirmava que,

> Com a retirada dos rebeldes para o E. de M. Grosso o Estado de Goyaz está novamente em perfeita ordem havendo em todo territorio goyano uma segurança confortadora que nos permite retomar o trabalho e incentivar a vida perturbada pela ameaça constante da invasão das forças da revolução. (A *Informação Goyana*, novembro de 1926, p. 39).

Ao comentar sobre o governo de Brasil Ramos Caiado em Goiás, a revista destaca a seguinte atitude:

> [...] Assumindo o governo a 14 de julho do anno findo quando era excepcionalissima a condição do estado, invadido pelas tropas revolucionárias que atravessavam o seu territorio em demanda dos sertões nordestinos o illustre presidente teve necessidade de desdobrar grande actividade e energia para a defeza da legalidade [...]. (A *Informação Goyana*, dezembro de 1926, p. 48).

Vimos nesses trechos os momentos em que A *Informação Goyana* se coaduna com o governo dos Caiados, pois para ele o tenentismo tinha o mesmo sentido de radicalismo e rebeldia. Ou seja, o movimento rebelde era um inimigo em comum, que representava uma ameaça para os negócios de Goiás.

No entanto vale afirmar que o Tenentismo segundo Freitas (2009) desejava mudanças na política instalada no Brasil, como o fim das eleições a bico de pena e da "degola", ou depuração dos eleitos, a autenticidade do corpo de eleitores, o voto secreto e a criação de uma justiça eleitoral. Ora, o descontentamento do movimento Tenentista, pelo menos em teoria, com a estrutura política daquela época era com a politicagem, - política que tem por objetivo atender aos interesses pessoais ou trocar favores particulares em benefício próprio – e A *Informação Goyana* também era abertamente contra esse tipo de política. À vista disso, essa dubiedade por parte da revista também reforça a sua conveniência política.

Outro fato importante que ficam explícitas as conveniências políticas da revista acorreu a partir de 1927. Naquele ano, um grupo opositor ao caiadismo começou a ganhar força em Goiás por meio da fundação do Partido Republicano de Goyaz.

> Em seu diretório provisório constavam os nomes do coronel Virgilio José de Barros, coronel Salathiel Simões de Lima, coronel Samuel Sabino de Passos, coronel Antônio Martins Borges, coronel Orlando Borges, doutor Americano do Brasil, major João da Rocha Lima, doutor Agnello Arlington Fleury curado, doutor José Honorato da Silva e Claro de Godoy entre outros. (ARRAIS, 2013, p. 30).

Outro meio importante de oposição aos Caiado no período foi o jornal *Voz do Povo*, criado em 1927, seu proprietário era

Ignácio P. de Loyola, e a direção ficava a cargo de Augusto Jungman. O jornal possuía colaboração ativa de outros nomes como o juiz de direito de Goiás Mario de Alencastro Caiado – que apesar de membro da família era opositor ferrenho do grupo caiadista que estava no poder – e o médico Pedro Ludovico Teixeira. O jornal travou grandes embates contra o grupo caiadista, que também se utilizava de seu veículo impresso, o jornal *O Democrata*, para difundir suas ideias [71].

Na ocasião do surgimento do periódico *Voz do Povo*, A *Informação Goyana* em tom amigável registra: "Voz do Povo - Recebemos o número 3 deste novo orgão politico que vem de apparecer na Capital goyana [...] Agradecidos pela gentileza da visita, permutaremos"[72]. Na segunda referência ao jornal, Henrique Silva corrigiu a informação do semanário que parabenizou Domingo Vellasco por ser o primeiro goiano admitido como sócio da Associação Brasileira de Imprensa. Cordialmente, - sob o título A *Cesar o que é de Cesar* - o major esclarece: "A verdade, porém, é que o primeiro goyano que mereceu a honra de ser admitido como socio da Associação Brasileira de Imprensa foi o director desta revista, faz 10 annos" [73].

Todavia, as cordialidades acabaram[74] quando Henrique Silva ficou sabendo das "difamações" ditas por Pedro Ludovico sobre

71 "O Democrata era o periódico oficial do partido Democrata, fundado em 1910, no contexto que levou José Xavier de Almeida ao ostracismo. Tal agremiação era encabeçada por Leopoldo de Bulhões e Antônio Ramos Caiado. Num processo de depuração, ocorrido entre os anos 1912 e 1913, passou ao completo domínio da família Caiado. Antônio Ramos era diretor do hebdomadário, que não sobrevive ao movimento de 1930." (ARRAIS, 2013, p. 23).

72 A *Informação Goyana*, julho de 1927, p. 96.

73 A *Informação Goyana*, abril de 1928, p. 69.

74 Até outubro de 1930, pois após esse ano o Voz do Povo será um grande parceiro da revista colaborando em diversos momentos com notícias sobre Goiás.

Goiás. Intitulado de *Campanha nefanda*, o diretor da revista escreve um artigo em protesto às palavras do médico. Henrique Silva dirige seu artigo aos "máos goyanos":

> Nós aqui nestas columnas, com o direito que reclamamos, de decano e paladino da propaganda de Goyaz [...] – vimos hoje, bem a contra gosto – pedir a certos goyanos por ahi, que orientem de outra maneira a desastrada, impratiotica campanha derrotista que contra a actual administração do nosso Estado vêm fazendo em certa imprensa que vive de publicar "mentiras sensacionaes", que lhe fornecem despeitados filhos dos Estados longinquos. [...]
>
> As considerações acima vêm a proposito, entre outros, de um caso recente e deprimente.
>
> Acabamos de saber na Sociedade Nacional de Agricultura que um medico goyano alli levára que para se entrar em Goyaz duas são as condições impostas pelo momento actual: matar pelo menos tres homens, para assim se tornar temido e, outra andar acompanhado de meia duzia de jagunços recrutados entre os assassinos mais famigerados. Isto é mentira!
>
> Ora, levando em consideração semelhantes mentiras tendenciosas trazidas diariamente á certa imprensa pelos proprios goyanos, qual o estrangeiro, qual o capitalista, qual o fazendeiro de café de S. Paulo ou Minas Geraes, qual o estancieiro riograndense que se anima a inverter seus capitais em acquisições de minas de ouro ou jazidas de pedras preciosas, finalmente, em compras de terras em Goyaz? [...]

> De resto, essa campanha nefasta, de lesa-patriotismo, insensata nos seus processos em fins, é de mais..." (A *Informação Goyana*, novembro de 1928, p. 36).

O tom de revolta de Henrique Silva se deu devido à descrição feita de Goiás como um lugar "sem lei", ou um lugar movido pela "lei da armas", que segundo a publicação, era o que reinava em Goiás. Seja lá como for, o fato é que, essa representação significava que Goiás era um lugar "incivilizado" e sem ordem, e isso, na visão de Henrique Silva, prejudicaria Goiás, afastaria investidores, e consequentemente prejudicaria o desenvolvimento econômico de seu Estado.

Embora Henrique Silva não cite nomes, em outro artigo ele direciona suas críticas e revela quem são os "máos goyanos" quando os acusam de se aproveitar das verbas públicas do Estado:

> [...] Desta vez, porém, sobe de ponto a audaciosa investida, por partir d'onde parte. Refiro-me á "Voz do Povo", papelica inzoneira e pasquinada, de que é director na Capital do Estado um advenas indesejavel – conterraneo e parente affim dos famigerados bandoleiros Antonio Silvino e Virgulino Lampeão. [...]
>
> Ora, se o director desta revista houvesse pedido o auxilio tão cubiçado pelos seus diffamadores, não usaria desta linguagem, teria sido desmentido, o que não aconteceu. Insistir na protervia, mentindo, calumniando, podem os do bando nefasto, porque vivem da mentira e para a mentira, provar a aleivosia? – Não!

> Abespinham-se porque os tratei de mãos goyanos. Pois de agora em diante só os tratarei de – goyanos ordinarios... (A *Informação Goyana*, janeiro de 1929, p. 48).

É nesse contexto que ocorrem (1927) acirrados conflitos entre o poder Judiciário e o poder Executivo em Goiás. A maioria dos componentes do Superior Tribunal de Justiça e do Judiciário local eram opositores ao grupo caiadista que exercia o poder Executivo por meio de Brasil Ramos Caiado. O conflito[75] entre os poderes chegou ao ponto dos membros do Tribunal de Justiça encaminhar ao presidente do país um pedido de intervenção em Goiás.

Era em meio a esse grupo opositor que se encontravam os "máos goyanos" que A *Informação Goyana* combatia. Tanto que Henrique Silva reservou espaço em seu impresso para tornar público a reconsideração da intervenção proposta por Brasil Caiado:

> [...] Exmo. Sr. Dr. Washington Luis Pereira de Souza, DD. Presidente da Republica – Palácio do Cattete – Rio de Janeiro.
>
> O Superior Tribunal de Justiça do Estado de Goyaz presentemente reorganizado e funccionando pela primeira vez em câmaras reunidas, nos termos da Lei nº 829, de 20 do corrente mez, [...] querem ainda neste momento, que lhes afigura opportuno, significar a V. Exa., o franco entendimento, a plena harmonia e independencia que ora desfructa o Estado, nos seus trez poderes constitucionaes. [...]

75 "Os conflitos com o Executivo eram movidos pelas supostas irregularidades denunciadas pelos desembargadores no governo estadual e a constante tentativa de cooptação de seus membros para favorecer seus atos." (ARRAIS, 2013, p. 30).

> E como esses pedidos, quiçá provenientes de um falso ponto de vista, formulados clandestinamente por uma parte do Superior Tribunal de Goyaz, tenham dessapparecido com a apresentação do relatório do seu então presidente, no qual ficou patente a harmonia de relações entre o Judiciario e o Executivo, resolve este Tribunal, em sessão das câmaras reunidas e por maioria de votos de seus membros, inclusive os desembargadores Ayrosa Alves de Castro, actual presidente, e Henrique Itibeté, ex-procurador geral, os quaes faziam parte do antigo Tribunal contra os votos dos três Sr.s desembargadores Emilio Francisco Povoa, Oliveira de Godoy e Maurilio Fleury, pedir permissão a V. Exa., para retirar os mesmos pedidos, affirmando a existencia de livre exercicio dos poderes publicos estadoaes. [...] (A *Informação Goyana*, julho de 1928, p. 92-93)

Contudo, no ano de 1930, em virtude da chamada Revolução de 1930 quando ocorre a ascensão de outro grupo político no Brasil e nos estados por meio dos interventores, nas publicações d'A *Informação Goyana* que se seguiram é possível notar um novo fôlego pleno de expectativas. Pois, Henrique Silva passou a canalizar esperanças de uma inserção mais acentuada e participativa de Goiás na economia nacional.

A última edição daquele ano retrata bem esse espírito, quando o diretor do mensário atribui grande relevância histórica à posse daquele que outrora ela havia criticado:

> A tarde segundo os periódicos goyanos, foi festejada na Capital com igual enthusiasmo e expansão cívica com que na manhã do dia 16 de Dezembro de 1823 o povo da antiga Villa Bôa recebera a noticia, pelo correio da Corte, do juramento da independencia nacional. [...]
>
> Esta revista, alheiada que sempre foi a qualquer pendencia política, sente-se á vontade para fazes justiça á acção do novo governo, que vem prestando ao Estado relevantes serviços.
>
> For ever, Goyaz! (A *Informação Goyana*, novembro e dezembro de 1930, p. 25).

Desse modo, a partir de 1930, na medida em que a revista dispensava elogios ao novo grupo político, ela expunha os aspectos negativos do grupo anterior. A revista passou a reproduzir com frequência as entrevistas que Pedro Ludovico cedia a vários periódicos, e em suas falas ele fazia comentários depreciativos ao grupo anterior, como numa entrevista que ele cedeu ao Correio da Manhã. Ao ser, questionado sobre sua gestão ele responde:

> Em Goyaz, reina perfeita harmonia entre os que tomaram attitudes ao lado da Alliança Liberal e, posteriormente, da Revolução. E pelos actos que vem praticando meu governo, dando plenas garantias mesmo áquelles que, hontem, no governo, commetteram toda a sorte de violencias contra os revolucionários, posso dizer que, no Estado de Goyaz, não ha descontentes com excepção – é claro – daquelles que o dominavam, como se fosse uma fazenda [...] O povo e a maior parte dos politicos que acompanhavam, por motivos facilmente explicaveis,

> a situação decaida – todos, verificando as intenções honestas do governo estadual, têm-lhe dado provas de apoio que muito nos envaidecem. [...]
>
> Em Goyaz não ha casos politicos, nem politicagem, felizmente. (A *Informação Goyana*, agosto de 1931, p. 4).

Além do amplo espaço reservado para os discursos de Pedro Ludovico e seus correligionários, o novo governo trouxe a tona a discussão e a realização da mudança da capital de Goiás, um anseio que Henrique Silva já sinalizava no período de domínio caiadista.

Dessa forma, o que pudemos notar que Henrique Silva por meio de sua revista compactuou de forma clara com os governos que exerciam uma política que ele julgava ser a correta, ou seja, "boa". Dessa forma, poderiam ser incluídos naquilo que ele considerava um "bom governo" os políticos que possuíssem ideias similares às que ele propagava n'A *Informação Goyana*. A sua neutralidade era, um questão de conveniência, logo, política.

2.4. EM DEFESA DOS MEIOS DE TRANSPORTES: UMA GRANDE CAMPANHA

No início do século XX Goiás passava por um lento processo de inserção na economia do país, tendo como principal entrave a precária estrutura de suas vias de transportes. Sobre esse aspecto a revista A *Informação Goyana* deu especial atenção à questão do transporte ferroviário, que na época seria essencial para a modernização e o desenvolvimento econômico do estado, no firme propósito de colocar Goiás em evidência e nortear um projeto econômico com a intenção de colocá-lo em sintonia com as prioridades da economia nacional.

> Vias de comunicação significam contato entre os povos; significa intercambio de valores materiais e, principalmente, sociais; significa criação de riquezas, elevação de nível econômico e consequentemente do moral e do intelectual. (A *Informação Goyana*, 1929, p. 34).

Os estudos sobre Goiás no início do século XX mostram que o Estado passava por um lento processo de integração econômica ao país, com baixa capacidade de produção, fraco poder de consumo em vários setores e atividades, apresentando conseguintemente

um comércio (interno e externo) bastante debilitado. Este capítulo procura perceber as estratégias do corpo editorial do periódico para expor os problemas enfrentados no que se refere aos meios de transportes de modo geral e o transporte ferroviário em particular.

Em um artigo da revista é transcrita a fala de Washington Luís em que ele afirmava, "Governar é construir estradas", contrapondo-se com a opinião de Ruy Barbosa, na qual dizia: "Governar é educar o povo". A análise de tais declarações em destaque na revista nos faz perceber que, de certo modo, exprimem a posição dos editores mais em consonância com a opinião de Washington Luís, dando maior importância em se investir na construção de estradas. Segundo eles, para aquele momento os meios de transportes seriam teriam mais relevância que a educação, se considerados alguns fatores relativos à Goiás no período, como a sua difícil situação econômica, a localização geográfica, acrescentada pela carência de comunicação. Apesar da matéria não discordar, e Henrique Silva reconhecer a importância da máxima de Ruy Barbosa sobre a educação, de acordo com eles, as boas vias de comunicação promoveriam os intercâmbios de idéias e contribuiria para propiciar uma boa educação.

Historicamente os meios de transportes representaram um problema crucial para o alavancamento da economia de Goiás. Após a crise da mineração em Goiás iniciada no final do século XVIII e marcante por todo o século XIX, a economia goiana foi basicamente agrária com uma deficiência acentuada na circulação monetária. Em relação a este período Chaul (1997) comenta que através da pecuária o Estado passou por uma "lenta e progressiva, recuperação de rendas e comércio, de desenvolvimento dentro das possibilidades de

Goiás". Sendo assim, após o boom da mineração, os mineiros passaram a se dedicar com mais afinco à pecuária e agricultura, atividades que se fixaram e se desenvolveram.

Sobre Goiás no início do século XX, Bertran (1978) comenta que o Estado passou por um processo de reintegração à economia nacional. Segundo o autor, isso ocorreu devido a dois fatores externos determinantes em 1914: a transposição da ferrovia sobre o Rio Paranaíba e o início da primeira Guerra Mundial. Bertran mostra em números que produtos como o arroz e o gado, por exemplo, tiveram uma alta taxa de exportação durante a Grande Guerra e baixa após o seu fim. Para ele, o que dificultou o escoamento de produtos de Goiás foi a distância dos importadores, pois "onerava em tal monta os produtos a venda que esses encontrariam mercado apenas em ocasiões de oferta deficitária", como o ocorrido durante a guerra. Além da distância, acrescentava-se a inexistência e/ou ineficiência das vias de comunicação.

Goiás no período em foco possuía uma forte dependência da região Sudeste no setor agrário, sendo uma "reserva de acumulação primitiva para a expansão do sistema capitalista" (Oliveira & Reichstul, Apud BORGES, 2000), e o setor industrial da região central não tinha expressão significativa e crescia devido à renda desenvolvida pelas atividades agropecuárias. Nesta conjuntura, somente a produção de gado (que se auto-transportava) se manteve organizada cumprindo o papel de atividade de mercado, sendo exportada para as regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste do país.

Tal situação econômica regional se configurava devido à difusão e reorganização capitalista do cultivo do café na região Cen-

tro-Sul do Brasil ainda no século XIX, quando Goiás exportava gado para o mercado do Sudeste, passando a se incorporar na divisão do trabalho agrícola nacional. Ao adentrar no século XX, com o aumento da urbanização e da indústria paulista, Goiás passa a exportar além do gado, produtos agrícolas básicos para a região Sudeste. Vale ressaltar que a agropecuária, sempre esteve presente em Goiás, porém, como o ouro era o produto principal, tal atividade econômica era complementar e secundária. Nesse sentido, a situação econômica de São Paulo teve fortes influências em Goiás e em outras regiões do país, sendo um indutor de transformações estruturais no país devido à sua crescente industrialização, exigindo que as atividades produtivas fossem reorganizadas.

Francisco de Oliveira e Henri-Philippe (Apud BORGES, 2000) afirmam que "O processo de divisão, partindo da indústria do Sudeste, é amplo [...] Transfere e repassa tarefas agropecuárias para outras regiões, tais como o Nordeste e o Sul, 'cria' outra região, como o Centro-Oeste [...]". Após a mineração, Goiás se apresentava com uma grande quantidade de terras apossadas de formas legítima e ilegítima. A produção inicial de subsistência e a criação de gado como "carro chefe", compunham a frente da economia goiana. Em face do contexto exposto, A *Informação Goyana* procurou meios de incentivar a modernização do território goiano com a construção de estradas de ferro para assim o colocar em uma ligação mais eficaz com os estados de forte economia.

Moraes (2002) ao tratar da modernização no Brasil no início do século XX expõe que, "O papel catalisador que a noção de civilização cumpriu para a antiga mentalidade será agora ocupado

pelo conceito de modernização". Modernizar no período era reorganizar as dinâmicas do território, além de ocupá-lo e fazê-lo possuir novos equipamentos e sistemas de engenharia. Interligar suas partes com sistemas de comunicação e construção de estradas. Ou seja, modernizar era valorizar o território.

As questões que envolviam os meios de transportes estavam sempre presentes na revista, pois, naquele determinado momento noticiar outros fatos de grande repercussão, ou os problemas existentes em Goiás, não seria importante, já que para seus editores o principal objetivo era divulgar as suas riquezas, e para tanto os meios de transportes eram de fundamental importância.

Orlandi (2005) comenta que, "Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro." Desse modo ocorre o jogo das palavras, mesmo das palavras que não eram impressas na revista, e como dito, o objetivo era claro, inserir Goiás no circuito econômico daquele tempo, ou seja, arrebatar Goiás do isolamento econômico e colocá-lo às vistas dos leitores como um Estado próspero e promissor, daí a necessidade de investimentos em transportes, principalmente no transporte ferroviário.

Segundo Hobsbawm (2010, p. 32) "Tecnologicamente, a ferrovia é filha das minas e especialmente das minas de carvão do norte da Inglaterra." A afirmação em questão sobre o surgimento das estradas de ferro remete ao contexto da revolução industrial, iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII e que se expandiu

pelo mundo a partir do século XIX. Além dessa postura racional do homem na ambição por mais lucros, Hobsbawm expõe também o seu fascínio pelo novo e pelo moderno, elementos importantes para o desenvolvimento das ferrovias.

A estrada de ferro, que depois da máquina a vapor, foi a maior conquista da revolução industrial, colocou em cena o poder das forças mecânicas, como uma crucial ferramenta para a expansão do capitalismo. As ferrovias, além de mudar as estruturas de produção industrial, transformaram as comunicações e os meios de transportes em geral. Sendo assim, os donos das minas perceberam que esse tipo de transporte poderia gerar lucros maiores atingindo percursos de longa distância.

Logo as ferrovias passaram a fazer parte dos planos de países como: "EUA em 1827, na França em 1828 e 1835, na Alemanha e na Bélgica em 1835 e até na Rússia em 1837" (HOBSBAWM, 2010, p. 32). Para esses países a ferrovia significava a vitória do homem aliado à tecnologia, ao progresso, à civilização, a um instrumento de difusão das mais diversas culturas.

Na América Latina o processo de construção ferroviária foi moroso e desigual. As estradas de ferro foram sendo introduzidas na América Latina de acordo com os interesses de grupos dominantes nacionais e estrangeiros, tendo assim um caráter de dependência econômica. Países como o Uruguai, Chile e México tiveram redes de ferrovias nacionais. Já países como o "Brasil e o Peru, construíram apenas troncos ferroviários ligando os centros produtores do interior aos portos de exportação para o além mar, servindo assim, quase que somente às regiões produtoras e exportadoras" (Borges, 1990, p. 35).

Com a expansão da lógica capitalista na América Latina, a dominação externa se intensificou, pois o capital vindo de fora custeou a industrialização da agricultura, de acordo com Borges:

> O imperialismo requeria um padrão de modernização ao mesmo tempo intensivo, extensivo e exigente. Já não se tratava apenas de dar impulso e captar os resultados, mas de fornecer, juntamente com as ideias, instituições, técnicas e valores sociais, o desenvolvimento da economia, da cultura e da sociedade, tal como organizar e fazer funcionar as escolas, as empresas, o exército, o Estado etc., tudo isto em nome da "liberdade" e da livre iniciativa, ou seja, os agentes modernizadores evocam sempre os princípios da doutrina liberal burguesa como forma de perpetuar a dominação externa (Borges, 1990, p. 30).

Em 1835 no período regencial, Antônio Diogo Feijó lança o primeiro plano ferroviário para o Brasil, com o intuito de melhorar as comunicações entre as regiões brasileiras e acabar com as ameaças dos movimentos separatistas que ocorriam nas Províncias, um plano político e estratégico que facilitaria a integração nacional e centralização política. O objetivo principal era ligar o "Rio de Janeiro às capitais das Províncias de Minas Gerais, Rio de Grande do Sul e Bahia" (BORGES, 1990, p. 36), as regiões nordeste e sul do Brasil, onde ocorriam os principais movimentos rebeldes.

Em 1845 é inaugurado o primeiro trecho ferroviário do Brasil, "Com pouco mais de 14 quilômetros, que ia do porto de Mauá à estação de Fragoso. Só dois anos depois os trilhos atingi-

ram a Serra" (BORGES, 1990, p. 42). Nos anos que se seguiram, os trilhos iam sendo construídos de forma rápida rumo aos centros de produção de café mais modernos, como o Oeste de São Paulo, cuja organização cafeeira já se articulava com base na dinâmica do mercado capitalista.

O Estado brasileiro, para concretizar uma complexa rede ferroviária contraiu dívidas: "Entre 1908 e 1916, foram contraídos mais de 11 empréstimos, dos quais 6 em Londres e 5 em Paris, todos destinados à construção e manutenção da infraestrutura de transportes a serviço da economia agroexportadora" (BORGES, 1990, p. 46).

Com a nova legislação ferroviária que foi instituída em 1852 pela lei nº 641 de 26 de junho[76], começou a se efetivar a história das estradas de ferro no Brasil. Tal legislação tinha um caráter totalmente econômico, propunha a "ligação da Corte com as capitais das Províncias de Minas Gerais e São Paulo, ou seja, a ligação entre a Capital do país e as Províncias mais integradas à economia dependente" (BORGES, 1990, p. 41). Em consequência disso, as novas concessões de ferrovias dependiam do interesse dos grupos dominantes de cada região. Contudo, os recursos financeiros para as construções das estradas de ferro estavam garantidos para as regiões onde se encontravam os interesses de exportação. Assim as regiões Norte e Central sofriam de uma grande desvantagem em receber tais recursos, pois possuíam pouca expressão econômica e não estavam ligadas diretamente ao processo de produção agroexportador.

76 Esta lei autorizava o Governo a conceder a uma ou mais companhias a construção total ou parcial de um caminho de ferro que, partindo do Município da Corte, fosse terminar nos pontos das Províncias de Minas Gerais e S. Paulo, seguindo o que fosse mais conveniente.

Há algum tempo era predominante na historiografia goiana a ideia de que em Goiás a estrada de ferro não interessava às oligarquias atreladas à antiga estrutura de produção. Segundo esta linha de pensamento, os coronéis não eram favoráveis a qualquer tipo de mudança de cunho progressista, sendo consequentemente contra a estrada de ferro, pois era sinal de uma nova força de transformação que ameaçaria o poder estabelecido por eles. Na produção histórica mais recente, da qual Chaul faz parte, esta ideia é refutada, tendo em vista que os trilhos impulsionariam dinâmica de exportação agropecuária, e que "os próprios coronéis tinham interesses políticos na ferrovia, pois ela era um dos meios de diferenciá-los por apostarem no desenvolvimento – uma bandeira política erguida à medida que os resultados econômicos iam surgindo" (CHAUL 2010, p. 144). O surgimento de novas vilas e cidades devido à chegada dos trilhos fez com que houvesse várias transformações, mas não atraso.

A primeira vez que Goiás fez parte de um plano ferroviário, foi em 1851, através do parlamentar Paulo Cândido, que apresentou à Câmara dos Deputados do Império, um plano que vislumbrava uma grande rede nacional de ferrovias para integrar o país, um trecho dessa rede ligaria o Rio de Janeiro, Goiás e Cuiabá. No entanto, como muitos outros projetos considerados faraônicos na época não foram concretizados, pois não se adequava à realidade econômica e política do período.

Com a ascensão de Xavier Almeida ao poder no início do século XX, juntamente com os representantes goianos na Câmara dos Deputados, a ideia de concretizar as ferrovias no território goiano teve mais força. Primeiramente com reivindicações de ligar Goiás

a São Paulo e Rio de Janeiro e Cuiabá. A prolongação da Estrada de Ferro Mogiana e Estrada de Ferro Oeste de Minas até o Centro Oeste também nortearam as pretensões dos grupos políticos goianos. Contudo, os goianos não conseguiam provar que Goiás possuía potencialidade econômica para realizar tal feito.

Um decreto de 16 de outubro de 1880 concedeu à Companhia Estrada de Ferro Alto Tocantins a construção de trilhos que ligariam a Vila de Catalão no sul até Palma (atual Paranã, TO) no norte, beirando às margens do Tocantins. Em um decreto de 1906, o então presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves, reconheceu a ferrovia sob a denominação de Companhia Estrada de Ferro Goiás. Acatando os interesses político-econômicos mineiros, a estrada teve que mudar o seu traçado em 1907, "obrigando a estrada a partir de Formiga, no centro da região meridional de Minas, e ir a Leopoldina, à margem do Araguaia" (BORGES, 1990, p. 60).

A Estrada de Ferro Goiás no início era denominada de Estrada de Ferro Alto Tocantins e tinha como propósito ligar a região do Sul de Goiás ao Norte do Estado. As divergências entre Goiás e Minas foram resultados naturais de contexto político do Estado oligárquico da Primeira República, e a ausência de um planejamento de cunho nacional que pudesse ultrapassar os interesses regionais. O Estado Nacional que servia aos interesses da economia agroexportadora reservava a maior parte dos recursos das ferrovias para as regiões onde se encontravam as maiores forças políticas, no caso Minas e São Paulo.

Seguiram assim as disputas entre mineiros e goianos, num jogo de "cabo de guerra", em que cada um dos lados queria "puxar"

para si os trilhos. O primeiro trem a passar sobre os trilhos do sudeste rumo a Goiás foi em 15 de agosto de 1912. O trecho ferroviário entre Catalão e Formiga que colocaria Goiás em contato com o Rio de Janeiro foi concluído depois de 1940.

Desse modo, A *Informação Goyana* participou ativamente na discussão sobre a Estrada de Ferro Goiás. Henrique Silva e seus colaboradores faziam severas críticas sobre o processo de construção, deixando evidente o confronto de interesses entre mineiros e goianos pela estrada de ferro, como mostra o artigo abaixo intitulado *Estrada de Ferro Goyaz:*

> [...] seguiu para Formiga o engenheiro chefe da construção da Estrada de Ferro de Goiás, Dr. Antônio Gravatá, acompanhado de seus auxiliares, afim de atacar com energia a conclusão da linha entre Salitre e Patrocínio, dando começo a construção das respectivas estações. É pensamento daquele engenheiro fazer com que a inauguração oficial do trafego até aquela cidade seja feita de 90 dias. Em seguida será atacada a construção do trecho de 70 quilômetros entre Patrocínio e o quilômetro 432. Note o leitor que escrevemos Estrada de Ferro Goiás e não Estrada de Ferro de Goiás – por isso que de Goiás a malfadada via-férrea só tem o nome. De Minas Gerais, ou, mais propriamente, de ligação de Belo Horizonte às localidades do Triangulo Mineiro já beneficiadas por estradas de ferro é que ela tem sido e continua a ser [...] (A *Informação Goyana*, março de 1918, p. 96).

As críticas são recorrentes, como nesta outra publicação assinada por J. Moutinho que se refere à mudança inicial da matriz da Estrada de Ferro Goiás que seguiria o traçado Formiga – Catalão – Cidade de Goiás – Araguaia. Porém, no Triangulo Mineiro circulavam jornais comentando do desvio dos trilhos para Araguari:

> […] surgem por aí, de quando em vez, projetos nesse sentido, mas, ao serem postos em execução, são logo modificados na sua parte essencial, graças a tramoia da malsinada politicalha que nos infesta. As projetadas linhas de penetração transformam-se em breve em estradas de ferro de favores, ramificando-se para lugarejos onde os "chefetes" da zona assentaram a sua taba imperial. As estradas de ferro de penetração únicas capazes de abrir para o Brasil um futuro de grandezas que todos lhe desejamos, têm sido tentadas em nosso país, sem, contudo, produzir bons frutos, e isso, porque, como dissemos, as influencias políticas sertanejas quebram-lhes o traçado primitivo, obrigando-as a ziguezaguear macabramente pelas suas fazendolas e terras desertas, provando assim aos engenheiros construtores que o caminho mais curto de um ponto a outro é a linha quebrada. [...] (A *Informação Goyana*, abril de 1918, p. 96).

As citações acima são exemplos das disputas de interesses entre a elite goiana e mineira que se dissentiam quando o assunto era a Estrada de Ferro Goiás. Os goianos manifestavam que os mineiros olhavam apenas o lado deles para o enriquecimento da região, e os mineiros não viam vantagem em estender a estrada até Catalão.

De forma solene passou "o primeiro trem sobre a estrutura metálica, com um carregamento de trilhos testando a solidez da obra

e para dar continuidade ao prolongamento da estrada [...]". (BORGES, 1990, p. 67). O trecho se refere à travessia do trem sobre o Rio Paranaíba que fazia parte efetiva do ramal iniciado em 1909, que ia de Araguari à Catalão tendo uma extensão total de 54 km, marcando a efetiva penetração da estrada de ferro em solo goiano.

O trecho da estrada de ferro entre Araguari e Roncador, que correspondia à etapa inicial da concretização da estrada de ferro em Goiás, foi efetivada em um tempo curto, devido a topografia e as condições técnicas de construção favoráveis, tendo poucos trechos construídos com dificuldade. No ano de 1915 devido às dificuldades financeiras, irregularidades nos contratos, interesses políticos de Minas Gerais e conflitos armados fizeram com que as obras da Estrada Ferro Goiás se paralisassem. Diante de tantos problemas, trechos em péssimo estado, e interrupções, em 1920 o Governo Federal por decreto, encampou as construções da ferrovia, ficando assim a cargo da União a continuação da construção dos trilhos.

Com a chegada dos trilhos em Goiás, no início do século XX a pecuária permaneceu como a mais importante atividade econômica, contudo o setor agrícola que até então estava em uma posição subsidiária da atividade pecuária, começou crescer paulatinamente a partir dessa época. Goiás na condição de produtor e fornecedor de matérias-primas e produtos agropecuários se introduzia no processo de expansão da economia capitalista.

Os operários da Estrada de Ferro na sua maioria eram provenientes do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, onde já possuíam certa experiência para tal empreitada. Operários da região e de outros estados realizavam o trabalho rústico, enquanto operá-

rios estrangeiros faziam parte do quadro de trabalhadores de mão de obra qualificada. Borges (1990) explicita que dados mais precisos sobre esses trabalhadores não é possível de se obter, devido ao fato da pouca importância que se dava aos trabalhadores nos relatórios da diretoria da Estrada de Ferro Goiás. As ferrovias irão ocupar maior destaque no que diz respeito aos meios de transporte, pois naquele momento representava a modernização.

Segundo Borges (2000), a ferrovia "foi a primeira via de transporte moderna a reduzir tempo e espaço entre o território goiano e os mercados do Sudeste" e os trilhos possibilitaram que Goiás fosse inserido na economia regional na dinâmica capitalista. O grupo responsável pela revista, com base nos ideais evolucionistas e de progresso, acreditava que para Goiás superar a condição de atraso, deveria cumprir alguns pontos básicos para o crescimento econômico, e o ponto inicial seria uma forte estrutura de comunicação e transportes. Já nas primeiras edições da revista, o assunto sobre as ferrovias era comentado com frequência. A terceira edição lançada em outubro de 1917 contava com um artigo ocupando uma página inteira sobre a Estrada de Ferro Goiás. Em um trecho desse artigo, Henrique Silva comentava que:

> O traçado primitivo desta malfadada via-férrea de Formiga em Minas, era o que fosse ter a Leopoldina, á margem do Araguaia, em Goiás. Por um decreto de 1907, presidência Affonso Penna, foi o encargo da Companhia Estrada de Ferro Goiás agravando com a cláusula da construção de um ramal para Uberaba, na extensão de 982, km. 420. Para a execução do contrato a Companhia E. de F. Goiás já havia levantado um empréstimo do valor nominal de

> 25.000.000 de francos a juros de 5% ao ano e amortização em 90 anos, e depositado em diversas parcelas a soma de 7.500:000$000, ouro, nos termos do contrato então em vigor. Com estes recursos foi iniciada a construção em Formiga; mas quando já se achava aberto ao transito publico até o quilômetro 61 e em construção adiantada até o quilômetro 126, veio o decreto que modificou o regimento da garantia de juros estabelecido no contrato anterior, passando a estrada a ser construída por empreitada e conta do Governo [...] (A *Informação Goyana*, outubro de 1917, p. 23).

Henrique Silva possuía um conhecimento profundo das negociações e acompanhava com afinco o processo de construção da Estrada de Ferro Goiás, tendo em vista que tal obra acabaria com a precariedade da economia goiana, pois essa grandiosa obra atenderia às necessidades de escoamento de sua produção. A Estrada de Ferro Goiás desde seu início colaborou particularmente para desenvolver o comércio goiano. Seus trilhos acentuaram o intercâmbio goiano com o Triângulo Mineiro e começaram outros com São Paulo e Norte de Minas.

Os colaboradores se viam na obrigação de lutar pela construção de ferrovia em Goiás, sendo que A *Informação Goyana* incansavelmente nunca cessou de reivindicar nas suas páginas tais melhorias, e também propostas conciliadoras para a construção, como podemos notar em um trecho de um artigo intitulado Estrada de Ferro Goiás:

> Prosseguindo nas considerações que fiz sobre esta ferrovia, ironicamente batizada com o nome do meu caro Estado e que vive sendo

> disputada em zona mineira, por interesses em choque, venho lembrar uma solução conciliatória, capaz de agradar a todos, sem criar descontentes, nem dificuldades ao Senhor Ministro da Viação. Optar pela mudança do traçado, como pleiteia Araguari, seria um ato, além de iníquo, lesivo aos cofres públicos, por importar franco favoritismo á Companhia obrigada a receber, por quilômetro de linha construída em condições menos favoráveis, uma certa quantia que ela quer embolsar pelo do novo traçado, de construção facílima e barata, incidente em campo limpo e pouco acidentado.[…] (A *Informação Goyana*, maio de 1919, p. 133).

Dessa forma, a revista irá colocar em evidência os problemas dos trilhos em Goiás durante todos os anos de sua circulação. A revista expôs e debateu uma gama de temas, com o propósito de angariar subsídios e simpatizantes para as várias campanhas que ela propôs, mas a questão da estrada de ferro mereceu atenção especial, como prioridade nos discursos e debates acirrados pelo seu estabelecimento como principal via de comunicação da região. A proposta da revista de propagar a ideia de implantar os trilhos em Goiás ultrapassava o objetivo de atender as demandas de São Paulo e Minas gerais. Ela almejava a integração regional para tornar o Estado participante ativo das dinâmicas político-econômicas pautadas nas lógicas capitalistas de mercado.

Enquanto o problema do transporte era amenizado principalmente nas regiões central e sul do Estado, o norte goiano permanecia carente de meios de comunicação, dependendo quase que exclusivamente das vias fluviais. Mesmo tendo recebido menos

atenção que as ferrovias, o transporte fluvial também foi uma tônica. Nas páginas da revista eram discutidos os problemas e as possibilidades de exploração nos rios, principalmente sobe o Rio Tocantins, Araguaia e o Paranaíba. Um artigo no primeiro ano de circulação da revista, assinado por Ayres da Silva, revela que a própria natureza poderia facilitar as vias de comunicação através dos rios:

> Se um problema existe que, sobre todos os outros, deve merecer a atenção, não já dos goianos, mas dos brasileiros em geral, este problema é o de transportes. A natureza, mimoseando-nos com uma terra riquíssima, tratou imediatamente, como que desejando aguçar nossa atividade, de bordar o território de nosso país de encantos e de recursos econômicos incontáveis, de um sistema hidrográfico como não há outro no mundo. [...] (A *Informação Goyana*, outubro de 1917, p. 33).

As palavras de exaltação sobre os rios de Goiás tinham o intuito de atrair investimentos para uma possível rede de navegação que serviria como meio de transporte e principalmente para explorar tais rios. Quando estudos de profissionais da área cogitavam a hipótese de se tornar algum rio da região em um meio de transportes eficaz a revista logo tratava de tornar isso a público:

> Chamamos a atenção dos geógrafos e mais estudiosos das coisas do Brasil Central para este recente trabalho de exploração científica do grande rio que limita Goiás e Minas: [...] O Paranaíba é o coletor de todas as aguas que vêm do planalto central conduzindo, portanto, em si uma imensidade de aguas, circunstância que favorece a navegabilidade do rio. Esta possibilidade é de suma importância econômica, é a

> chave para o desenvolvimento e progresso seguro das mais ricas regiões que até agora, devido a absoluta falta de meios de transportes ficaram estacionadas. O solo exuberantemente fértil que margeia os barrancos do rio ainda se acha em quase sua totalidade em estado virgem e onde podia haver a mais rica cultura produtiva do país [...] (A *Informação Goyana*, novembro de 1917, p. 36).

Tal trecho é uma parte de um relatório do engenheiro Carlos Haas, dividido em três partes e publicado em três números da revista. Apesar do cunho jactante, percebe-se nos trechos acima uma linguagem técnica voltada para especialistas. A influência positivista proporcionava subsídios teóricos e científicos, para que eles pudessem associar aos seus interesses econômicos e políticos em relação à natureza.

Sobre os rios Araguaia e Tocantins a campanha era recorrente, contendo artigos com trechos de projetos de leis que eram apresentados a Câmara dos Deputados com o objetivo de beneficiar o interior do país através das navegações desses rios, por exemplo:

> À Câmara dos Deputados foi apresentado o seguinte projeto de lei: Art 1.º É o Sr. Presidente da República autorizado a: a) auxiliar a cada um dos Estados de Goiás e Pará com a importância de duzentos contos
>
> de réis para a desobstrução e limpeza das zonas encachoeiradas dos rios Tocantins e Araguaia;[...] (A *Informação Goyana*, junho de 1920, p. 131).

Para não fugir à regra da época há muitos artigos recheados de dados que exaltam a beleza desses rios:

> O Araguaia que no dizer de Henrique Silva é um dom de Goiás, como o Nilo o e do Egito, aguarda da Providência o favor que o Senado brasileiro lhe poderia fazer se quisesse restabelecer-lhe a navegação a vapor, de acordo com o projeto retido naquela casa do Congresso. [...] (A *Informação Goyana*, maio de 1925, p.73).

Além dos rios supracitados a revista também possui artigos a respeito do Rio das Mortes, também conhecido como Rio Manso no Mato Grosso, Rio do Sono no atual Estado do Tocantins, e sobre o Rio Vermelho. Normalmente eram publicados em forma de relatórios feitos pelos navegadores. De acordo com o prisma cientificista que influenciou Henrique Silva, o mundo social, não podia ser pensando separadamente do mundo físico e natural.

A rodovia também será um assunto debatido pela revista, obviamente não tão frequente quanto o tema das ferrovias. A partir de 1930, haverá um número maior de artigos sobre tal assunto em Goiás. Isso se deu devido ao crescimento das estradas de rodagens a partir daquele ano pelo fato de que os governantes compreenderam que essa era uma forma mais econômica e mais rápida de integrar Goiás ao território brasileiro. Nesse sentido, Barsanufo Borges explica:

> A partir dos anos 30 o Brasil literalmente "saiu dos trilhos" uma vez que o sistema ferroviário nacional iniciava um longo período de decadência. O boom rodoviário que se instalava no

> país estava diretamente vinculado às mudanças na divisão internacional do trabalho e na estrutura de economia brasileira com o colapso da economia cafeeira e o desenvolvimento da industrialização no Sudeste Assim, a Era Rodoviária no Brasil iniciava-se no momento em que a economia nacional mudava seu centro dinâmico para o setor de mercado interno e transitava da dependência do capital britânico para a área de influência e domínio do capital norte-americano. (BORGES, 2000, p. 36)

No ano em que começou a circular, a revista já ensaiava expectativas com as construções de obras rodoviárias como esse trecho extraído de um artigo intitulado de "Auto-viação em Goyaz":

> O problema das estradas de rodagens no Estado de Goyaz, sobretudo na zona sul, vai sendo dia a dia satisfactoriamente solucionado. A Companhia Mineira de Viação Inter-municipal, que tem contracto assignado com o Governo mineiro, inaugurou ha poucos mezes o trafego de automoveis de carga e passageiros em Santa Rita do Paranahyba, cidade situada á margem direita do rio divisor das terras goyanas e mineiras, e que é o interposto commercial entre os dous Estados. Essa linha de automovel ligando Santa Rita do Paranahyba á Uberabinha, que se acha servida pela Estrada de Ferro Mogyana, vêm trazer rapido desenvolvimento ao commercio e á lavoura do sul de Goyaz, cujo terreno é de uma fertilidade incontestavel e incontestada. [...] (A *Informação Goyana*, dezembro 1917, p.57).

Já em 1926 a revista salienta que a construção de estradas que ligavam o sul de Goiás com São Paulo se constituía num progresso inquestionável:

> [...] Segundo as mais recentes noticias, o sul de Goyaz possue actualmente 22 estradas de automoveis em trafego e mais sete em construcção. Todas são boas e bem conservadas e quasi todas construidas por iniciativa particular. [...] E o brasileiro, typo admiravel pela resistencia physica, que habita o planalto central, começa a empregar o Ford com a mesma intensidade com que empregava o cavallo. [...] (A *Informação Goyana*, março de 1926, p. 49).

Importante perceber no trecho acima, que a revista destacou a importância da iniciativa privada nas construções das estradas, e não enfatizou o papel do estado.

Em última análise, podemos afirmar que as deficiências e a lentidão na construção e expansão da estrada de ferro, fez com que ocorresse o crescimento na construção de rodovias. Borges (2000) afirma que "Fazendeiros e negociantes, interessados na melhoria das comunicações regionais, lançaram-se na organização de companhias de auto viação e na construção de estradas de rodagem com o incentivo e apoio financeiro do erário." Deste modo dava-se início a era rodoviária em Goiás.

A análise do conteúdo da revista, no que se refere à questão do transporte, não tem a pretensão de encontrar um sentido verdadeiro, mas refletir sobre as ideologias colocadas implícitas e

explicitamente no periódico, que em sua materialidade linguística e histórica possui um real sentido. De acordo com Orlandi (2005) "A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo". Os ideais se materializavam na linguagem, que pautada no cientificismo e no progresso, procurou integrar o sertão ao litoral em busca da modernização. A revista, enquanto sujeito discursivo, ao expor e debater determinado tema atribuía uma identidade para Goiás.

Acreditamos que os mentores d'A *Informação Goyana* tinham uma consciência clara e generalizada da importância da ferrovia como elemento fundador para a tão sonhada valorização e modernização de Goiás, por isso a defendiam veementemente através da imprensa no intento de promover maior dinamismo para a sua concretização. Embora percebamos que os fundadores acreditassem como Ruy Barbosa na importância da educação como base para o desenvolvimento econômico, pelos discursos promovidos na revista fica mais evidente a defesa em prol do investimento em transportes como ponto de apoio para o desenvolvimento da educação, e consequentemente para o progresso econômico de Goiás e do Brasil Central.

CAPÍTULO 3

A INFORMAÇÃO GOYANA E A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DE GOIÁS

Este capítulo pretende abordar o projeto da mudança da Capital goiana pela perspectiva d'A *Informação Goyana*, relacionando-a com a historiografia sobre o tema. O objetivo principal será demonstrar que a revista - enquanto subvencionada em parte pelo governo do estado de Goiás – apesar de compartilhar com a ideia da mudança, não compactuava com os que defendiam que Campinas deveria ser o local escolhido. À vista disso, iremos analisar as estratégias que o mensário utilizou em suas páginas em defesa da cidade de Bonfim como o local ideal para transferência da capital de Goiás. A revista teve em Henrique Silva seu principal porta voz em defesa dessa ideia, com contundentes argumentos, como será demonstrado no presente capítulo.

A *Informação Goyana* sempre se posicionou a favor da mudança da capital de Goiás, sendo possível perceber que seus interlocutores acreditavam que a concretização de tal empreitada seria um fator importante para o progresso do Estado. Pela análise detalhada dessa fonte, por meio dos artigos que tratam da questão da transferência da capital estadual, torna-se evidente seu total apoio à iniciativa de Pedro Ludovico de mudar a capital, claramente exposto principalmente a partir de 1930, quando o projeto saía do campo das ideias e começava a se efetivar.

Revisitando a historiografia que trata da mudança da capital goiana, constata-se que tanto Palacín quanto Chaul concordam que a ideia não surgiu na década de 1930 com Pedro Ludovico, mas ao contrário, que esta ideia se remete aos tempos da colônia, em princípio por rivalidades locais, quan-

do "começam a manifestar-se os inconvenientes da localização de Sant'Ana" (PALACÍN, 1976, p. 12).

No ano de 1754, período em que Goiás já havia se tornado Capitania independente de São Paulo, o então governador Conde dos Arcos "informa ao governo português da conveniência do traslado da capital de Vila Boa para Meia Ponte" (PALACÍN, 1976, p. 12), justificando a falta de comunicações e o mau clima. Contudo, por considerar o projeto bastante dispendioso o governo português não concretizou o pedido do governador da nova Capitania.

O assunto é retomado em 1830 pelo governador Miguel Lino de Morais, que entrava na lista daqueles que propunham a mudança da capital ao aventar sua transferência para Água Quente, que "na sua opinião, era uma região mais povoada e de comércio mais franco." (CHAUL, 1988, p. 65). E "por defender a mudança da capital goiana para outro local, indispusera-se ele com os vilaboenses, que o tinham como *persona non grata*. Tal era a animosidade da população que Lino de Moraes se viu forçado a deixar o palácio do governo disfarçado de escravo." (FREITAS, 2009, p. 65).

Mas as expressões que ficaram bem marcadas, em defesa da mudança da capital, foram as de Couto de Magalhães. Provavelmente devido ao tom áspero, quando nos idos de 1863 o presidente da província evidenciou a vontade da mudança da capital:

> Quanto a salubridade, não conheço, entre todos os lugares por onde tenho viajado (e não são poucos) um onde de reúnam tantas mo-

> léstias graves. Quase se pode asseverar que não existe aqui um só homem são... Quanto às condições comerciais, eu não me estenderei. Basta ver o que há, para desanimar-se. Por mais desagradável que possa parecer ao leitor a proposição seguinte, eu a exagero: o comércio aqui vive exclusivamente dos empregados públicos e da força de linha. Os meios de transportes são imperfeitos, a situação da cidade, encravada entre serras, faz com que sejam péssimas e de difícil trânsito as estradas que aqui chegam. Em uma palavra... Goiás não só não reúne as condições necessárias para uma capital, como ainda reúne muitas outras para ser abandonada.[77]

No início do período Republicano, Rodolfo Gustavo da Paixão, primeiro governador do Estado de Goiás, à exemplo de Couto de Magalhães, também fora incisivo nas críticas às condições de higiene da Capital:

> [...] espreguiçando-se às margens do rio Vermelho, mas curtindo uma verdadeira sêde de Tântalo, visto como a água viscosa dêste ribeiro, despejo e lavadouro da população, não é e nem pode ser convenientemente distribuída às casas, porque a fornecida pelo único chafariz existente e parcas fontes, carece das condições de abundância e potabilidade; desprovida de bons sistemas de esgotos, capaz de evitar o uso prejudicialíssimo das latrinas perfuradas no terreno, onde as matérias fecais, sem escoamento entram em rápida decomposição e exalam deletérios miasmas, e absorvidas pelo sub-solo, bastante permeável, comunicam-se com os poços de serventia, de ordinário abertos nas proximi-

77 MAGALHÃES, Couto, Viagem ao Araguaia. Coleção Brasiliana, v. 28. Apud PALACÍN (1976, p. 13).

> dades daqueles focos de infecção, e decadente Vila Boa, hospeda em seu seio poderosos agentes de destruição, que há de em breve, transformá-la em vasta necrópole, onde a morte capeia com todo seu cortejo de horrores. [78]

Ainda nesse período, a possibilidade da mudança pairava no legislativo goiano, expressa na Constituição do Estado como no anteprojeto de 1891, e nas reformas de 1898 e 1918, em que no artigo 5º foi deliberado: "a cidade de Goyaz, continuará a ser a capital do Estado enquanto outra causa não deliberar o Congresso" [79]. Outro exemplo de tal possibilidade foi exposto no contrato firmado entre a empresa Força e Luz e o Estado que possuía a expressão: "Se a Capital do Estado for mudada para outra localidade... Cláusula 35ª" (PALACÍN, 1976, p. 14).

Contudo, um ano após a última reforma constitucional supramencionada, Henrique Silva escreveu um artigo analisando o que os municípios de Goiás produziam para exportação, em um dado momento de sua análise ele tece a seguinte crítica:

> [...] Se não fosse a sua pessima administração passada, falha de competencia, e que nem ao menos era centralizada, os seus vastos e ricos municipios, que tudo produzem, contribuiriam muitíssimo mais para os cofres de Estado e tambem para a riqueza nacional. Com efeito Goyaz não tinha administração centralizada, pois sua capital politica é apenas um eco do que foi a antiga Villa Bôa de Goyaz, assim definida por Sant'Hilaire: - ruinas e contristador

78 LIMA, A. Correia. Goiânia, A nova capital de Goiaz. Resumo de um Estudo. s/d. p. 91. Apud. CHAUL, (1988, p. 66.)

79 Constituição Política do Estado de Goiás. Goyaz, Typographia d'a República, 1898. Apud. CHAUL, (1988, p. 66).

> decahimento. Sem um só estabelecimento fabril ou industrial, sem recursos de vida propria, decahindo sempre, encravada entre serras de difficillimo accesso, nem merece os beneficios que espera da Estrada de Ferro Goyaz, nem é lícito esperar, dadas as penosas condições a que teria de obedecer o traçado para servir, de preferencia ás outras localidades de maior futuro. [...] (A *Informação Goyana*, outubro de 1919, p. 37).

Primeiramente, ao evidenciar a "péssima" gestão anterior, Henrique Silva indiretamente reforça sua maior consideração à João Alves de Castro, como procuramos destacar no capítulo anterior. Mas o interessante desse trecho são as depreciações feitas à Cidade de Goiás, ressaltando que seria melhor a Estrada de Ferro Goiás penetrar por outras cidades promissoras.

Ainda em tempos de domínio caiadista encontramos n'A *Informação Goyana*, por meio de uma leitura atenta, uma pertinente nota sem título, no sopé da página, sugerindo:

> Nos tempos coloniaes havia Villa Bella de Matto Grosso e Cuiabá, Villa Rica de Ouro Preto e Villa Bôa de Goyaz, que eram sédes dos governos dos antigos capitães generaes. Era no tempo da aurea sacra fames. Passaram-se annos, desappareceram as pepitas do vil metal que afloravam á superficie da terra.
>
> Villa Bella foi abandonada não só pela sua má situação geographica como tambem pelo seu maligno clima; Villa Rica já foi desthronada,

> sabe-se, porque não convinha a sua topographia ao desenvolvimento ideal d'uma capital de tão frutuoso Estado.
>
> E quando chegará a vez de Villa Bôa de Goyaz, que além daquellas condições indesejaveis reúne, no dizer de Couto de Magalhães, "muitos outros para ser abandonada"?
>
> Releva accrescentar que pelo ultimo recenseamento já se sabe que Cuiabá possue 30.000 habitantes, Bello Horizonte 50.000 habitantes e Goyaz (capital)... conta apenas os seus primitivos 6.000 habitantes, e disto não passará. (A *Informação Goyana*, julho de 1921, p. 91).

Apesar de ser uma pequena nota, ela possui grande relevância, pois no período em questão o grupo político dominante não era a favor da mudança da capital goiana. Logo, em tempos de controle caiadista, a revista já se posicionava á favor de que a capital saísse de Goiás, e fosse para outro lugar que possibilitasse o surgimento e o desenvolvimento de uma nova capital.

Passaram-se os anos e a revista, naturalmente, voltaria a publicar explicitamente sobre o assunto a partir de 1931, antes da escolha do local da nova capital, que ocorreu formalmente em 4 de março de 1933. Isso demonstra novamente que Henrique Silva possuía afinidades com o governo ludoviquista, e de alguma forma estava sintonizado com as novidades de seu Estado e favorável à mudança da capital.

Logo no primeiro mês do ano de 1931, Henrique Silva expõe as entusiasmadas impressões de um jornalista - que havia vi-

sitado Goiás -, sobre a "nova" mentalidade do governo que fora empossado para dirigir o Estado:

> A mocidade goyana, que tomou conta do novo governo do Estado, possue um enthusiasmo tão vivo, que dá á gente a certeza de que Goyaz apanhou, agora, o espirito do seculo: está se movendo a 120 kilometros por hora. O Dr. Pedro Ludovico é moço. Moço também o é José Honorato, Secretario do Interior e Justiça; Nero Macedo, das Finanças; o Domingos Vellasco, da Segurança; o Ignacio Loyola, da Viação e Obras Publicas. Todos moços, todos dynamicos e surprehendentemente cheios de fé nos destinos goyanos. (A *Informação Goyana*, janeiro e fevereiro de 1931, p. 46).

Assim, em um cenário político propício, Henrique Silva pôde retomar com fôlego a sua ideia de que a capital deveria ser transferida. Em 1931 o mensário reavivou o questionamento que fizera dez anos antes, dando eco à voz de Couto de Magalhães e repetiu a mesma nota citada na página anterior deste trabalho. [80]

A revista, utilizando-se das palavras de Couto Magalhães, demonstra que o eixo das argumentações para a mudança da capital seguia a mesma forma dos discursos tradicionais de outros

80 Nos tempos coloniaes havia Villa Bella de Matto Grosso, Villa Rica de Ouro Preto e Villa Bôa de Goyaz, que eram sédes dos governos dos antigos capitães-generaes. Era no tempo da aurea sacra fames. Passaram-se annos, desappareceram as pepitas do vil metal que afloravam á superficie da terra e eram apanhadas nas ruas apoz as grandes chuvas. Villa Bella foi abandonada não só pela sua má situação geographica como também pelo seu maligno clima; Villa Rica já foi desthronada, sabe-se, porque não convinha a sua topographia ao desenvolvimento ideal d'uma capital do grande Estado de Minas Geraes. E quando chegará a vez de Villa Bôa de Goyaz, que além daquellas condições indesejaveis, reúne, no dizer de Couto de Magalhães, "muitas outras para ser abandonada"? (A *Informação Goyana*, outubro de 1931, p. 19).

governantes que passaram pela capital. Segundo Arrais (2013), os argumentos dos antigos administradores "a partir de 1930 foram utilizadas como autoridade moral para justificar a necessidade de transferência da capital e, consequentemente, a reestruturação da geografia política regional".

Entretanto, as ideias de Henrique Silva expressas na revista sobre a transferência da capital, só estavam em convergência com as de Pedro Ludovico no seguinte ponto: a cidade de Goiás não possuía as condições necessárias para ser a capital. De acordo com a revista, no que diz respeito ao local de onde deveria se erigir a capital, Bonfim[81] seria o lugar ideal. Para reforçar essa ideia a revista deu voz a um interessante personagem: o bispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira.

3.1 A CAMPANHA À FAVOR DE BONFIM

A revista ao abordar o tema da transferência da capital de Goiás evidencia a sua preocupação em estabelecer Bonfim como o local apropriado para tal projeto. Não obstante, a revista sempre guardou espaço em suas páginas para outras cidades goianas. Durante todo seu período de circulação, grande quantidade de cidades, distritos, entre outros foram exaltados de acordo com suas riquezas e peculiaridades, com sugestões de como poderiam contribuir para o

81 Atual cidade de Silvânia.

desenvolvimento do Estado. Inclusive, no período em que o assunto sobre a mudança da capital era palpitante.

Contudo, numa visão panorâmica sobre o periódico é possível perceber que Henrique Silva mesmo antes de 1930 já valorizava Bonfim, procurando colocá-la numa condição essencial para Goiás. Para tal, precisamos retroceder alguns anos antes da década de 30.

No primeiro artigo encontrado sobre a cidade de Bonfim, Henrique Silva reproduziu n'A *Informação Goyana* um texto que originalmente escreveu para a revista *Brasil Illustrado* em 1887, quando era aluno da Escola Militar da Praia Vermelha. As linhas expunham de maneira bem resumida alguns dados históricos e geográficos da cidade. Produzido no intuito de informar aos seus leitores sobre sua cidade natal, percebemos através daquelas palavras - ainda que tímidas - reverências à Bonfim, como "uma das mais prosperas da provincia de Goyaz"[82]. As informações colocadas a "título de curiosidade" perdem esse caráter passadiço quando no mês seguinte Henrique Silva publicou um artigo sob o título "Bomfim de agora" [83]. Mais elaborado, o major procurou aprofundar sobre os assuntos lançados no artigo anterior, dando valor histórico ao seu avô Vicente Miguel da Silva como o verdadeiro fundador da cidade, e colocando Bonfim como o local mais úbere dentre os 50 municípios goianos. Ainda no mesmo número, foi reproduzida uma lei que autorizava o governo a despender o valor de 40:000$ com a construção de um patronato agrícola que seria um anexo e dependente do Ginásio Anchieta em Bonfim. Tal projeto seria subvencionado de acordo com o decreto n°

82 A *Informação Goyana*, julho de 1926, p. 81.
83 A *Informação Goyana*, agosto de 1926, p. 2.

13706, de 19 de julho de 1919[84], que na ocasião fora proposto pelos representantes goianos Olegário Pinto, Joviano de Castro e João Alves de Castro que justificaram:

> O Estado de Goyaz é um dos poucos Estados que não possue um patronato agricola para educação e ensino de menores desvalidos. Em se tratando de um Estado essencialmente agricola, um estabelecimento desta natureza é de grande utilidade publica, mórmente instalado na cidade de Bomfim, que consulta os interesses desse municipio como tambem de todo o Estado de Goyaz. (A *Informação Goyana*, agosto de 1926, p. 7).

O então relator do projeto, Júlio Prestes, assim se posiciona sobre o assunto:

> O Estado de Goyaz necessita e merece os auxílios da União para poder desenvolver as grandes riquezas com que foi dotado pela natureza. [...] O que pedem os representantes goyanos no projecto submettido ao estudo da Comissão de Finanças é tão pouco em relação aos emprehendimentos de que necessitam, mas, é tão sincero e tão digno que custa crer não tenha ainda esse Estado o melhoramento que reclama. A cidade

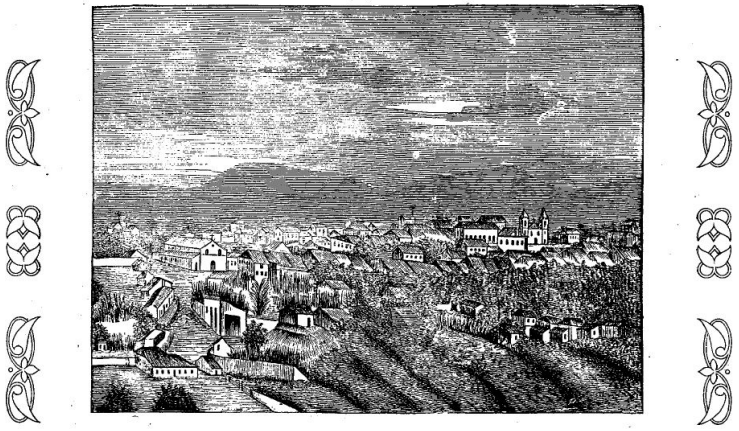
84 Art. 1º Os patronatos agricolas instituidos por decreto n. 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, são, exclusivamente, destinados ás classes pobres, e visam a educação moral, civica, physica e profissional de menores desvalidos, e daquelles que, por insuficiencia da capacidade de educação na familia, forem postos, por quem de direito, á disposição do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. (A *Informação Goyana*, agosto de 1926, p. 8). Ver completo em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13706-25-julho-1919-521010-republicacao-95833-pe.html

> de Bomfim, escolhida para a séde desse patronato, uma das mais prosperas de Goyaz [...] e por isso mesmo a cidade indicada para um estabelecimento do genero daquelles de que cogita o projecto. (A *Informação Goyana*, agosto de 1926, p. 8).

Três anos depois, às vésperas das eleições para o novo presidente da república Júlio Prestes, Henrique Silva publica novamente as palavras do candidato à presidência sob o título de: "Goyaz e o Grande Candidato Nacional à Presidencia da Republica" [85]. Ou seja, ele procurou dar um novo sentido ao colocar Bonfim em evidência, com palavras outrora já ditas.

Num dado momento, para exemplificar o desenvolvimento da cidade, a revista inseriu um desenho da mesma que havia sido feito no ano de 1875.

Imagem 8 – Cidade de Bonfim em 1875



Fonte: A *Informação Goyana*, maio de 1927, p. 75. Desenho de Joaquim Nogueira.

85 A *Informação Goyana*, julho de 1929, p. 18.

Essa imagem serviu para ilustrar que com o atravessar dos anos a cidade passou por mudanças e segundo a revista, se tornou moderna, pois segundo a revista, naquele ano (1927) abrigava a sede do Bispado do Estado, e ostentava o projeto da construção do Ginásio Anchieta[86]. As duas obras foram possíveis devido à atuação do Bispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Fatores relevantes para compreender como eles viam, e como desejavam que Bonfim fosse vista, pois são neles que Henrique Silva vai se pautar e explorar nas páginas d'A *Informação Goyana* para justificar a importância da cidade.

A revista que num primeiro momento informava sobre Bonfim, passa a colocar a cidade destinada a cumprir um "porvir grandioso". Para eles o futuro da cidade caminhava para um:

> [...] descortinar risonho e marcha a passos largos na senda do progresso, tornando-se muito em breve um dos centros Goyanos, onde luzes sobre luzes hão de formar a felicidade de todo um povo. (A *Informação Goyana*, novembro de 1926, p. 39.)

Dentre os artigos, percebe-se o intuito de exaltar a pessoa do Bispo Dom Emanuel, que de acordo com a revista era o principal nome responsável pelo avanço de Bonfim.

86 A *Informação Goyana*, maio de 1927, p. 75.

> "Vemos na pessoa do Exmo. Sr. D. Manoel Gomes de Oliveira, D.D. Bispo de Goyaz, um esforçado pioneiro do progresso; a par da cultura que o orna, é elle um avassalador de corações amantes do bom e do bello, allavanca propulsora de uma nova era para Bomfim, futuro celleiro do Coração do Brasil". (A *Informação Goyana*, novembro de 1926, p. 39).

O Bispo sempre foi lembrado pela revista, por isso é interessante tecer alguns comentários sobre seu papel não só na religião católica em Goiás, mas também no meio sócio-político.

Dom Emanuel Gomes de Oliveira foi o nono Bispo de Goiás, nasceu no dia 9 de janeiro de 1874 em Anchieta (ES). Filho de José Gomes, coronel do exército brasileiro, e de Maria de Oliveira, era irmão mais velho de Dom Helvécio Gomes de Oliveira Bispo de Mariana (MG).

Imagem 9 – Homenagem da revista a D. Emanuel e família.



Fonte: A *Informação Goyana*, maio de 1933, p. 72. "A veneranda matrona D. Maria M. de Oliveira, por occasião das Bodas de Prata da Ordenação Sacerdotal de seus dilectos Filhos – D. Manoel, Arcebispo de Goyaz e D. Elvecio, Arcebispo de Mariana. D. Manoel foi um achado para Goyaz, que tantissimos serviços já lhe deve."

Criado sob uma formação ultraconservadora, Dom Emanuel foi ordenado padre pela Congregação dos Salesianos. No ano de 1933 quando ocorreu a elevação da Diocese de Goiás para Arquidiocese, o clérigo tornou-se Arcebispo.

Após a morte de seu antecessor - Dom Prudêncio Gomes da Silva - em 1921, Dom Emanuel assume o cargo de Bispo em 5 de agosto de 1923, sendo que na ocasião "As autoridades políticas, civis e eclesiásticas, compareceram ao evento para saudar o apostolo diocesano" (ARAÚJO, 2011, p. 91). Durante o longo tempo de sua gestão episcopal (1923 – 1955) ele foi um grande colaborador ao intensificar o projeto de restauração dos ideais católicos no Estado, principalmente na área da educação, pois ele acreditava que os aspectos laicistas e vícios mundanos das escolas cooperavam para a depravação dos valores e moral dos jovens. Dessa maneira, para ele a juventude deveria estar imbuída de uma educação pautada em bases cristãs. A sua atuação na área educacional goiana fora tão expressiva que lhe rendeu o epíteto de "O Bispo da Instrução" [87]. Uma das obras de ensino em que Dom Emanuel contribuiu para sua construção foi o Ginásio Anchieta de Bonfim em 1927, no qual através da

87 "Fundador de vários colégios, hoje florescentes, além das duas faculdades de filosofia e de direito da capital goiana, ele merece certamente o apelido encomiástico que lhe atribuiram os seus diocesanos, de "Arcebispo da instrução popular e superior", sobretudo no campo religioso, e o alto elogio das autoridades civis, que o consideraram o maior benfeitor do estado de Goiás." Ver em: www.missaosalesiana.org.br/falecidos.php?id=295. Sobre as obras de instituições de ensino que Dom Emanuel contribuiu para edificar, Araújo (2011) expõe: "Em Morrinhos e Anápolis, 26, por exemplo, colaborou para a edificação de ginásios escolares confiados aos padres estigmatinos e franciscanos e às irmãs salesianas. Em Goiânia, envidou esforços para a construção dos colégios Ateneu Dom Bosco, Santo Agostinho e Externato São José, sob as direções dos padres salesianos, das irmãs agostinianas e dominicanas, respectivamente. Incentivou também a criação de cursos ginasiais dedicados ao ensino profissionalizante e a construção de várias escolas paroquiais e agrícolas em outras cidades. [...] No ensino superior, o arcebispo colaborou, juntamente com a Conferência de São Vicente de Paulo, para a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia e para a Escola de Enfermagem em Goiânia. A Faculdade de Filosofia e de Medicina, também contaram com o apoio financeiro e estrutural da arquidiocese. Estas instituições se tornaram a base da atual Universidade Federal de Goiás e da Pontifícia Universidade Católica."

revista é observada a importância de Dom Emanuel e a necessidade de expor Bonfim.

Na edição de novembro de 1928 a revista publicou um artigo sobre a construção do novo prédio do Colégio Santa Clara em Campinas sob a benção do Bispo Dom Emmanuel. Com grande tom de alegria, é exposta a importância de tal obra, pois, desta maneira poderiam "implantar nos corações ainda ignorantes os dous mais nobres sentimentos: - Religião e Patria"[88]. Essas palavras são um exemplo do quanto o clero goiano empenhou-se em lançar seu campo de ação sócio religioso em Goiás, com a justificativa de colaborar como progresso educacional e religioso em terras goianas. No entanto, Henrique Silva estampa uma imagem do Ginásio Anchieta na página seguinte, para mostrar que Bonfim também tinha uma grande obra construída sob os auspícios de Dom Emanuel.

Imagem 10 – Ginásio Anchieta



Fonte: A *Informação Goyana*, julho de 1928, p. 91. "Gymnasio Anchieta, em construcção na cidade de Bomfim (Goyaz) – Grande obra que faz erigir o preclaro Snr. Bispo de Goyaz, dom Emmanuel Gomes de Oliveira."

88 A *Informação Goyana*, julho de 1928, p. 90.

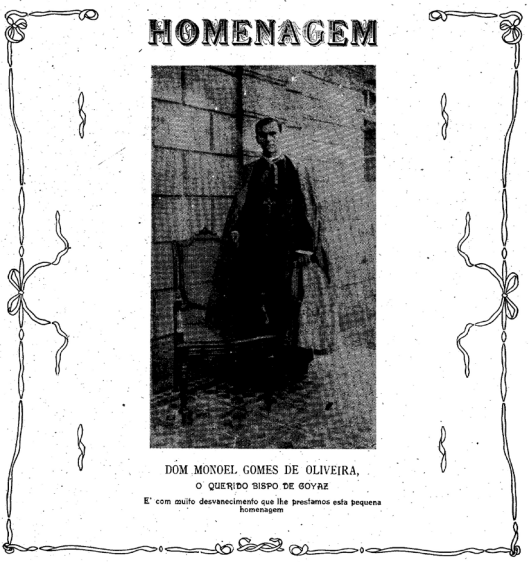
Obra esta que, sob o título "Ao povo Goyano" Henrique Silva descreveu de maneira detalhada cada metro quadrado do projeto:

> O Gymnasio Anchieta cuja construção acaba de ser iniciada na Cidade de Bomfim, neste Estado de Goyaz, acha-se situado a dous kilometros da mencionada cidade, em ponto elevado e aprazível, a cerca de mil metros sobre o nivel do mar. Occupa esse edifício, segundo o projecto em execução, que é de linhas singelas mas de grande belleza, uma área coberta de mil e duzentos metros quadrados. [...]. Essa grande obra que marcará uma nova éra para este rico e futuroso Estado [...]. De accordo com os preceitos technicos das construcções modernas, obedecendo tambem aos mais rigorosos preceitos da hygiene. (A *Informação Goyana*, novembro de 1928, p. 34).

Ao fim, a revista faz um apelo direcionado aos goianos "patriotas", sem distinção de classe, para se unirem e arrecadar fundos para financiar a edificação do prédio que naquele momento custaria mais de 500:000$000. A *Informação Goyana* como uma das principais adeptas à causa, em nota arremata que contribuiu com 100$000.

Anteriormente, A *Informação Goyana* já havia prestado uma homenagem ao Bispo, mas na edição de abril de 1927 sua imagem estampou a primeira página.

Imagem 11 – Homenagem a D. Emanuel.



Fonte: A *Informação Goyana*, abril de 1927, p. 65.

A revista também lhe deu destaque publicando seus telegramas, uns de importância política – como veremos mais à frente - e outros de cunhos rotineiros, mas que a revista atribuía grande valor, como um em que noticiava que os alunos do Ginásio Anchieta ganharam uma prova de tiro[89].

Outro exemplo claro da importância política do Bispo ocorreu por ocasião da criação do Distrito de Vianópolis em que, seu nome atrelado à cidade de Bonfim foi lembrado com mesuras.

> É por demais conhecida a phase de evolução por que passa actualmente a cidade de Bonfim, graças não só aos esforços de uma optima administração municipal, que tudo tem feito para

89 A *Informação Goyana*, maio de 1927, p. 79.

> proporcionar á cidade de excellentes melhoramentos, como os influxos do nosso amado Bispo de Goyaz, Dom Manoel Gomes de Oliveira, que, com a sua bondade, sympathia e autoridade, muito vae conseguindo fazer em beneficio dessa cidade, a qual jamais poderá olvidar o santo nome desse seu bemfeitor. (A *Informação Goyana*, julho de 1927, p. 91).

Noutro artigo ele aparece também como um dos nomes da comissão que levantou fundos para o abastecimento de água de Bonfim[90].

Constatamos também que, o apreço não era unilateral, ou seja, a estima não era só por parte da revista, e sim recíproca. A proximidade dos laços entre Dom Emmanuel, A *Informação Goyana* e a cidade de Bonfim expostas em várias oportunidades, pode ser exemplificada numa dada circunstância em que, ele é colocado como um dos "dignos amigos" que estavam quites com a assinatura da revista[91], e em outra ocasião em que Dom Emmanuel envia votos de melhoras ao major enquanto ele estava em repouso no hospital[92].

Dessa maneira, pudemos perceber que o espaço nas páginas d'A *Informação Goyana*, reservados à Bonfim e à Dom Emanuel se tornou um constante nos idos da década de 1920, e irá perdurar, nos momentos em que a proposta da transferência começa a se concretizar a partir de 1930, assunto este que será aprofundado no próximo tópico.

90 A *Informação Goyana*, novembro de 1928, p. 35.
91 A *Informação Goyana*, dezembro de 1928, p. 38.
92 A *Informação Goyana*, abril de 1932, p. 66.

3.2 A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL GOIANA: SEGUINDO AS PÁGINAS D'A INFORMAÇÃO GOYANA

Sobre a Revolução de 1930 ocorrida no mês de outubro, a revista não deu ênfase ao assunto. Apenas comentou em nota que:

> Devido a pertinaz moléstia do nosso director, aggravada nestes últimos mezes, sahe o presente numero desta resvista atrazado.
>
> Na próxima edição, porém, esperamos pol-a em dia, particularmente no tocante às modificações operadas na política e administração do Estado em virtude da Revolução de 3 de Outubro. (A *Informação Goyana*, outubro de 1930, p. 22).

É pertinente perceber o fato de a revista alegar que, a edição de outubro não saiu naquele mês por causa da enfermidade de Henrique Silva, coincidentemente quando aconteceu a Revolução de 1930. A edição de outubro possivelmente saiu para circulação em dezembro, como pode ser detectado na data do telegrama[93] abaixo:

> Goyaz, 20 de Dezembro de 1930.
>
> Snr. Henrique Silva, Director da Revista "*Informação Goyana*" – Rio.
>
> Levo ao vosso conhecimento que o Estado continuará a subvencionar, no anno próximo, essa revista, sendo, porém, paga pelo duodécimo de

93 Citado no capítulo 1.

> Rs. 250$000 mensaes, com a obrigação de remessa de 1 exemplar a cada Secretaria do Estado, inclusive a da Presidencia, e a cada um dos Prefeitos Municipaes.
>
> Saude e fraternidade.
>
> (Ass.) Nero Macedo Carvalho, Secretario de Finanças. (A *Informação Goyana*, outubro de 1930, p. 24).

Ou seja, o telegrama sobre a continuidade da subvenção da revista pelo novo governo foi enviado em dezembro, e foi publicado na edição de outubro.

Apesar da edição de outubro sair alguns meses depois, A *Informação Goyana* declarou seu apoio ao novo governo, seguindo a tendência de boa parte da imprensa carioca. Martins (2011) informa que o apoio de importantes órgãos da imprensa[94] à Aliança Liberal, pode sinalizar o desgaste do sistema político anterior. Desgaste este que também já havia sido detectado n'A *Informação Goyana*, e ao ocorrer a instalação do novo governo de Goiás, a revista prestou sua homenagem.

94 Martins (2011) mencionou alguns dos título mais importantes do pais: "Os jornais de Assis Chateaubriand, Correio da Manhã, O Globo, Jornal do Commercio, Diário Carioca, Diário de Notícias, O Estado de S. Paulo, A Platéia e o Diário Nacional."

Imagem 12 – Homenagem a Pedro Ludovico



INFORMAÇÃO GOYANA

Revista mensal illustrada e informativa das possibilidades economicas do Brasil Central
Fundador e Director : HENRIQUE SILVA — Gerente: ADOLPHO V. PALAZZO
Correspondencia para a rua Carlos Sampaio, 55 (Aymoré Palacio Hotel)

ANNO XV — RIO DE JANEIRO, JANEIRO E FEVEREIRO DE 1931 — VOL. XV — NS. 6 E 7

Dr. Pedro Ludovico Teixeira — Interventor Federal em Goyaz

Fonte: A *Informação Goyana*, janeiro/fevereiro de 1931. Na primeira edição daquele ano a revista prestou suas deferências ao novo Interventor.

Contudo, nesse período a revista também não irá medir suas deferências com Dom Emanuel. Mendonça (2013) esclarece que logo após a Revolução de 1930, o Bispo foi cogitado para assumir o cargo de governador constitucional de Goiás. A *Informação Goyana* também sugere essa ideia ao publicar um artigo que evidencia certo desconforto entre Pedro Ludovico e Dom Emanuel. Embora mencionasse que o governo goiano se interessasse em elevar o bispado de Goiás à Província Eclesiástica, e o nome indicado fosse o de Dom Emanuel:

> Por telegramma ao interventor goyano, D.

> Emmanuel agradeceu a deferencia, mas declinou da honraria, dizendo terminantemente não acceita-la.
>
> Neste momento em que todos os elementos de Goyaz pensam em D. Emmanuel para presidir os destinos do Estado, no regimen constitucional, o acto do Sr. interventor goyano foi recebido como um habil descortino, pois o interventor goyano sabe que as correntes poderosas do Estado de Goyaz apoiarão incodicionalmente D. Emmanuel, tal a grandiosidade da sua obra de educação no Estado, a par de suas virtudes sacerdotaes. (A *Informação Goyana*, novembro e dezembro de 1930, p. 34).

Curiosamente em outra edição posterior em uma entrevista cedida ao jornal carioca A Noite - quando fora às festas de inauguração do Cristo Redentor - já é possível perceber certa harmonia do Bispo em relação ao governo goiano ao ser perguntado sobre o movimento católico no Estado.

> Agradeço a "A Noite" a opportunidade, que me dá, de expor, em ligeiros traços, o movimento catholico-social que se desdobra em Goyaz, cujo povo vibra de fé, cujo governo acata os principios religiosos da quase totalidade do povo goyano. [...] E, não ha muito quando no 1º Congresso Legionario, em Bomfim, uma voz dissidente se animou a combater o decreto liberal do ensino religioso facultativo nas ecolas, foram os próprios representantes do governo que, cortez mas energicamente, rebateram, no sentido catholico, a sugestão inopportuna. (A *Informação Goyana*, outubro de 1931, p. 20).

Persistindo na ideia de que havia muita deferência da revista para com a cidade de Bonfim e para com D. Emanuel, detectou-se no mesmo número que a A *Informação Goyana* aproveitou para abrir mais um espaço em suas páginas para divulgar o mais novo impresso que surgia em Bonfim, o *Brasil Central.*

> Com este título, acaba de vir á luz na tradicional cidade de Bomfim, a mais bem feita e noticiosa publicação de todo o Estado de Goyaz em nossos dias. É seu fundador o preclaro Bispo Dom Emmanuel Gomes de Oliveira o que bastava para lhe firmar a benemerencia. (A *Informação Goyana*, outubro de 1931, p. 20).

Tal impresso, que em seu artigo de apresentação explana sobre seus objetivos, que além de estimular o fervor para a fé católica fazendo com que seus princípios fossem respeitados pelas leis da República, iria também colaborar com a ideia da mudança da Capital Federal para Goiás.

Em um artigo sobre alguns municípios de Goiás – como corriqueiramente se costumava fazer – a revista inicia e desenvolve o texto abordando aspectos populacionais e geográficos dessas cidades, contudo ao fim percebe-se a sua verdadeira pretensão.

> Eis, em ligeiros traços, o typo das modernas cidades goyanas, de um descennio para cá. Insistiremos neste assumpto em próximo artigo, embora convencidos que o peor cégo é aquelle que não quer vêr. (A *Informação Goyana*, julho de 1931, p. 82).

Assim feito, o sequente artigo com o título "Bomfim" em letras garrafais, de modo que pudesse ser visto sem nenhum esforço,

o periódico justifica a matéria devido ao assunto da mudança da capital do Estado estar em voga naquele momento. O artigo foi composto em forma de lista com muitos argumentos no intuito de convencer que Bonfim seria a melhor opção para o povo goiano.

> Considerando que a elegante cidade de Bomfim é a unica que, actualmente, offerece as condições necessárias para o estabelecimento da Capital do nosso caro Estado;
>
> Considerando que existem na cidade de Bomfim todos os predios precisos para a installação de todas as repartições publicas da Capitalde um Estado;
>
> Considerando que a cidade de Bomfim possue um optimo estabelecimento de instrução da mocidade – o Gymnasio Anchieta; [...] Considerando que a cidade de Bomfim, pela sua posição geographica, pela sua belleza, pela hospitalidade de seu povo, pela paz que reina em seu seio, foi escolhida para ser nella realisado o Congresso das Municipalidades uma das ideias mais felizes do Novo Governo; [...]
>
> Considerando que o benemerito Governo de Goyaz não deixará de secundar os patrióticos esforços do operoso e honrado prefeito de Bomfim. Somos de opinião que a Capital do Estado de Goyaz deve ser mudada, ainda neste anno, para a linda, risonha e convidativa cidade de Bomfim. (A *Informação Goyana*, julho de 1931, p. 82).

Entre as incansáveis tentativas de demonstrar que a cidade era a melhor opção para ser a capital, foi publicado um relatório na íntegra[95] elaborado pelo então prefeito de Bonfim, Mário da Costa Ferreira. Antes de expor o relatório Henrique Silva introduz sua opinião:

> Os goyanos estão dispostos a mudar a capital do seu Estado. Cidade Velha, com um mundo de condições desfavoraveis, a capital do Rio Vermelho tem de ser, fatalmente, abandonada mais dia, menos dia. É uma consequencia inevitavel do progresso que dia a dia mais se accentua no grande Estado visinho.
>
> Os moços do governo revolucionario de Goyaz comprehendendo a necessidade dessa mudança, abriram discussão no assumpto e, a estas horas, corre todo o Estado uma rajada de enthusiasmo pela Idea. Varias cidades reivindicam a honra de se erigir em Capital do Estado. Morrinhos, Pires do Rio, Annapolis, Itaberahy, todas em summa, disputam essa primazia. (A *Informação Goyana*, julho de 1932, p. 87.)

Tal documento já havia sido enviado ao Interventor para:

> a sua franca e valiosa opinião sobre esse magno assunto, pelo qual não só esta Cidade se interessa, mas todo o Estado que não pode se desenvolver, enquanto tiver a sua capital ilaqueada pela crista da Serra Dourada. (A *Informação Goyana*, julho de 1932, p. 87.)

95 Devido à amplitude, o relatório foi divido e publicado em três edições consecutivas da revista.

Os argumentos do prefeito tiveram como norte o relatório do engenheiro Carlos Haas, - conhecido como Memorial Haas - que apresentava quinze condições exigidas para uma cidade moderna, eram eles:

> "I – Possivel ausencia de accidentes fortes no terreno a ser edificado;
>
> II – Absoluta salubridade do local;
>
> III – Possibilidade de purificação do ambiente meio de jardins e bosques;
>
> IV – Maxima de isolação e arejamento;
>
> V – Bom clima;
>
> VI – Facilidade no abastecimento de agua e altamente potavel, calculada em 140 a 180 litros 'per capita', em 24 horas;
>
> VII – Facilidade nas installações sanitarias e exgotos;
>
> VIII – Facil obtenção de força hydraulica para a producção de energia;
>
> IX – Facilidade na obtenção de matéria prima para a fabricação de materiaes para construcção;
>
> X – Facilidade no abastecimento de primeira necessidade;
>
> XI – Fertilidade do solo na zona suburbana e rural;
>
> XII – Facilidade na construcção de extensa rêde de vias de communicação para todos os lados;
>
> XIII – Facilidade na defesa e fortificação;

> XIV – Impossibilidades de inundações, esbarrancamentos e outras catastrophes calculáveis;
>
> XV – Existencia de terrenos adequados para a pratica de esportes."
>
> (A *Informação Goyana*, julho de 1932, p. 87).

Mário da Costa ainda assevera que além dos pontos sugeridos o estudo propunha que a capital deveria se localizar aproximadamente no centro do estado, e suportar no mínimo 50.000 habitantes.

Segundo Cristiano Arrais (2013), tal relatório se constituiu inicialmente como único ponto fixo para o debate sobre a questão da mudança da capital, "cujas repercussões são contraditórias, seja em apoio, seja em reprovação à retomada daquela proposta histórica" (ARRAIS, 2013, p. 55).

É relevante destacar que de acordo com Mendonça (2013), o engenheiro Carlos Haas após a confecção de seu relatório, sugeriu a construção da nova capital entre os rios Uru e Verde perto do rio das Almas, atualmente no perímetro da cidade de Carmo do Rio Verde. O engenheiro destacou também que "a aceitação de um local sulista como Bonfim ou Morrinhos equivaleria a uma condenação à morte do norte do estado" [96]. (MENDONÇA, 2013, p. 278).

Não sabemos ao certo se A *Informação Goyana* estava alheia ou ciente da opinião do engenheiro, o fato é que, se pautando nos 15

96 O autor extraiu a opinião de Carlos Haas no jornal Voz do Sul de Anápolis na edição de 17 de julho de 1932.

pontos propostos por Haas, Mário da Costa enquadrou Bonfim em cada um deles no intento de mostra que a cidade era o melhor local:

> I - [...] Bonfim se acha situada [...] em uma vasta planície e suavemente inclinada, [...] possuindo uma vasta area de terrenos sem qualquer accidente forte.
>
> II - A Salubridade local é attestada, claramente, pela absoluta ausencia de doenças endêmicas [...] e todos que a visitam são unanimes em affirmar a suavidade do seu clima ameno e temperado.
>
> III – A terra é fértil, existindo no minicipio, e mesmo nos arredores da cidade, innumeros bosques naturaes e grandes reservas florestaes. [...]
>
> IV – [...] a ausencia de elevações bruscas próximas permitte a sua insolação total, da mesma maneira que o arejamento se faz perfeitamente bem, sem correntezas nocivas. [...]
>
> V – O clima é temperado, sendo as temperaturas, maxima e minima, perfeitamente toleraveis, sem mudanças bruscas. Ausencia de grandes calores e grandes frios; temperatura media quase todo o anno. [...] Assim, em geral é optimo o clima.
>
> VI – Apenas as aguas do [...] Corrego "Olho Dagua", addicionadas ás do Lava-pés, que actualmente servem para o abastecimento da população bomfinense, seriam sufficientes para satisfazer as exigencias deste iten.
>
> VII – [...] podem-se construir, facilmente, installações sanitarias e exgostos, de acordo com as modernas regras de hygiene e, neste requisito,

que reputamos o primordial em uma "urbs moderna", está a principal vantagem que Bonfim offerece sobre qualquer outra localidade do Estado.

VIII – Já não constitue mais um projecto para Bonfim, mas sim uma soberba realidade, a produção de energia electrica para força e luz a uma cidade populosa e de grandes industrias. [...]

IX – [...] possue excellentes reservas florestaes com grande quantidade de madeiras de lei para construcções, [...] Possue tambem [...] pedreiras especiaes para construcções, areias, barros superiores para a fabricação de tijolos e telhas [...]

X – [...] Produz em grande escala gado bovino, suino, caprino, café, arroz, feijão, canna de assucar, milho, batatas, etc., sendo florescente a sua industria de laticínios, etc. [...]

XI – Os terrenos da zona urbana, suburbana e rural de Bomfim são ferteis, podendo-se desenvolver a policultura em grande escala, capaz de abastecer não só uma capital como os grandes mercados brasileiros. [...]

XII – A cidade se acha ligada por excellentes rodovias [...] e finalmente a quase todo o Estado.

XIII – [...] sendo um cidade no centro do Estado, é defendida e garantida pela sua propria situação. [...]

XIV – Inundações nunca se verificaram, nem há possibilidade de se verificarem em Bomfim, [...] Não ha tambem probabilidade de esbarrancamentos. [...]

> XV – Todo e qualquer esporte póde ser praticado facilmente em Bomfim, pois, existem magnificos campos adequados para isso. [...] (A *Informação Goyana*, julho. Agosto, setembro de 1932).

E concluiu reafirmando que tanto o momento político quanto a cidade de Bonfim representavam de fato a melhor escolha:

> É certo que com a execução dessa medida salutar e imprescindivel ao desenvolvimento do Estado, desagradaria parte dos habitantes dessa culta Capital, mas em compensação, faria recahir sobre V. Exa. as bençãos de 600 milhares de goyanos, que lhe saberiam agradecer tão grande beneficio, para cuja execução não será jamais encontrado um momento tão propicio como o actual, em que as funcções legislativas e executivas estão enfeixadas unicamente nas mãos habilissimas de V. Excia. (A *Informação Goyana*, setembro de 1932, p. 12.)

A intensidade com que a revista destacou Bonfim a partir de julho de 1931 pode ser explicada pelo fato de que, segundo Chaul (1988) no dia 4 de julho de 1932 na cidade de Bonfim, Pedro Ludovico pela primeira vez declarou em público sobre a mudança da Capital. Dessa maneira, ciente de que a capital iria ser mudada, mas esperançosa de que Bonfim seria a nova sede do governo, A *Informação Goyana* passa a dar maior atenção às ações de Pedro Ludovico,

reproduzindo em 1932 um telegrama de sua autoria direcionado para o ministro da Viação.

> Agradeço noticia expressa telegrama de hontem, em que V. Ex. me scientifica ter recomendado proxima construção aqui predio departamento Correios e Telegraphos. Acto bem recommenda criteriosa administração V. Ex. que olha indistincta e patrioticamente para todos os Estados. Todavia, tenho prazer comunicar-lhe que esta Interventoria cogita em mudar dentro em breve a capital de Goyaz, realização que se impõe por varios de ordem economica, hygienica, etc., por essa razão, solicito V. Ex. fineza adiar alludida construcção. (A *Informação Goyana*, setembro de 1932, p. 16).

Em outra edição, a revista publicou uma entrevista de Pedro Ludovico dada ao *Jornal do Brasil,* onde ele comenta sobre alguns aspectos da atualidade goiana e dá ênfase a mudança da capital de Goiás. Segundo a matéria, naquela ocasião o interventor estava hospedado no hotel Paysandu no Rio de Janeiro. Na sala de espera do hotel estava presente um núcleo de goianos com vários estudantes, e dois militares fardados aguardando Pedro Ludovico que chegou para conceder a entrevista, acompanhado de Laudelino Gomes. Durante a troca de ideias o interventor alude sobre a mudança da capital. Á indagação sobre os motivos alegados para a transferência, o governador responde:

> É uma velha aspiração do povo goyano. E não só isto: - é uma necessidade gritante. Já antes

> mesmo do regimen republicano, que se clama e se reclama contra a permanência da Capital de Goyaz no ponto em que está as condições topographicas da cidade são um entrave invencivel a qualquer melhoramento material exigido pela civilização moderna. [...] a Capital goyana não póde ter, em virtude dessas difficuldades naturaes, uma rêde, sequer deficiente, de esgotos, nem apparelhamento de abastecimento de agua. [...] Não pode haver hygienisação efficaz, nem seguranças para a saude publica, onde faltarem tais serviços. [...]
>
> Estas e outras razões ponderosas têm demonstrado a todo o povo goyano a conveniencia da urgente mudança da sua Capital. Neste sentido, tenho recebido instantes appellos dos habitantes de todos os pontos do territorio do vasto Estado. (A *Informação Goyana*, novembro de 1932, p. 26).

Em seguida, perguntado se o projeto seria dispendioso, ele replica: "Nem tanto. As condições e as possibilidades financeiras do Estado o permitem. Por outro lado, as necessidades de expansão de sua de sua economia e do seu progresso social, o requerem" [97]. Após elucidar sobre outros aspectos da situação do Estado, ele retorna ao assunto: "Prefiro abandonar a interventoria, a desistir dessa medida, que considero a maior necessidade e mais séria garantia para o futuro de Goyaz" [98]. Ao fim, o jornal de maneira informal diz a ele que se alguém tivesse a curiosidade de lhe conhecer, era só ler a entrevista. Ele prontamente arremata: "Mas eu não concedi entrevista, conversámos, apenas, sem a preoccupação da publicidade jornalística" [99].

97 A *Informação Goyana*, novembro de 1932, p. 27.
98 A *Informação Goyana*, novembro de 1932, p. 27.
99 A *Informação Goyana*, novembro de 1932, p. 27.

Arrais (2013) ilustra que nesse contexto, no qual ocorria o "reordenamento da geografia política goiana", a ideia da mudança da capital ganhou força. "Muito embora repercutisse positivamente em quase todo o estado, na cidade de Goiás, as intenções do novo governo tiveram repercussão polêmica" (ARRAIS, 2013, p. 55). E a revista no mesmo número da entrevista supracitada ilustra que em Goiás o assunto da mudança da capital era palpitante e divergiam as opiniões:

> No interior do Estado reina um verdadeiro enthusiasmo pela idéa, sendo que a maioria é pela transferencia da séde do governo. Na capital, entretanto, dous terços são a favor, sendo a minoria contraria, composta de grandes proprietarios. (A *Informação Goyana*, novembro de 1932, p. 32).

Chaul (1988, p. 67) também observou "que no plano regional o que andava nas cabeças e nas bocas era a disputa, entre os próprios revolucionários, pelo controle político do Estado". Laudelino Gomes[100] em estadia em São Paulo esclarece sobre a transferência da capital em entrevista para o *Diário Paulista*, sendo a matéria reproduzida n´A *Informação Goyana*. Para justificar a proposta do governo ele não economiza em palavras depreciativas à cidade de Goiás:

100 Laudelino Gomes de Almeida era médico e diretor da Diretoria de Saúde Pública de Goiás, departamento criado em 1932. Também fez parte da comissão encarregada de escolher o local para a nova capital. Segundo Mendonça (2013), Laudelino era homem de confiança do interventor Pedro Ludovico.

> É desejo do governo transferir a capital de Goyaz da velha cidade colonial, situada numa baixada calcarea, servida por mananciaes calcareos, perdida entre serras, sem canalisação de agua, sem esgotos, com uma população que não attinge a 8.500 habitantes, estagnada num clima excessivamente quente, sem possibilidade de desenvolver-se, para outro local onde tudo parece destinado a expandir-se e a frutificar.
>
> Esse ponto naturalmente indicado é um planalto de mais de 800 metros de elevação, no município de Campininhas, trinta leguas aquem da capital [...]. (A *Informação Goyana*, dezembro de 1932, p. 36).

Tal local, esclarecido por Laudelino foi obviamente descrito com exaltação aos seus aspectos geográficos e econômicos. Sobre as obras, esclarece que seriam realizadas conforme os princípios urbanísticos modernos, tendo indicado para a realização da obra o então chefe da Repartição de Urbanismo do Distrito Federal Armando de Godoy. E encerra com grande expectativa sobre o projeto, mas permeando seu discurso com críticas à atual capital do Estado.

> Assim, grandes e pequenos capitalistas terão opportunidade de realisar seus negocios num ambiente novo, cheio de esperanças, onde a natureza não é indisiosa, onde não há impaludismo nem moléstias duvidosas, tendo diante de si largos horizontes e a certeza de abundantes compensações. (A *Informação Goyana*, dezembro de 1932, p. 36).

Não obstante, algumas páginas depois, no mesmo número, ainda sobre o assunto referente à mudança da capital, a revista reproduz um telegrama em que Pedro Ludovico convida o Bispo Dom Emanuel para fazer parte da comissão encarregada da escolha do local:

> "Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, bispo Goyaz. – Bomfim. – Goyaz, 16 – Tenho prazer convidar Vossencia para fazer parte commissão que estudará local apropriado para construção nova cidade destinada capital deste Estado.
>
> Certo valioso concurso Vossencia, antecipadamente agradeço
>
> Saudações attenciosas. (ass.) Pedro Ludovico, Interventor". (A *Informação Goyana*, dezembro de 1932, p. 39).

De acordo com a revista, Dom Emanuel respondeu nos seguintes termos:

> Exmo. Dr. Pedro Ludovico – Interventor Federal – Goyaz. – Recebemos honroso convite Vossencia datado 16 corrente, para fazer parte Comissão estudará local apropriado Capital deste Estado.
>
> Acceitamol-o agradecido, para prestar desinteressadamente nosso modesto concurso magno problema muito favorecerá desenvolvimento Estado e cooperar nobres propositos governo Vossencia cercar todas garantias vida cidade Goyaz séde permanente nossa querida Diocese

primaz.

Deus Guarde Vossencia – Attenciosamente. – (ass.) Emmanuel, Bispo Goyaz". (A *Informação Goyana*, dezembro de 1932, p. 39).

Também foi informado que o coronel Pirineus de Souza, comandante do 6º Batalhão de Caçadores do Exército, havia sido convidado para compor a comissão, tendo aceitado, "louvou a acção do jovem Interventor na tentativa de realização do grandioso projecto". [101]

Sobre a formação dessa comissão, Mendonça (2013) trás importantes informações. Segundo o autor, a formação desse grupo [102] no ano de 1932 que o Bispo e o coronel Pirineus foram convidados para serem membros se configurou oficialmente o início do processo da transferência da capital. Dom Emanuel foi eleito presidente da comissão, e sua posição era a favor que a nova capital fosse Bonfim, e Pirineus desejava que Pires do Rio fosse o local, mas não se opunha sobre Bonfim. À vista disso, dos oito membros da delegação, cinco deles atendiam às vontades de Pedro Ludovico. Mendonça (2013) esclarece que Dom Emanuel e Pirineus integraram a comissão devido a importância das instituições que eles representavam: a igreja e o exército, dando maior credibilidade ao processo. Ainda de acordo com o autor, Pedro Ludovico, não pretendia instalar a capital em um local onde já houvesse algum tipo de líder que pudesse de alguma forma disputar ou dividir sua liderança política.

101 A *Informação Goyana*, dezembro de 1932, p. 39.

102 De acordo com Mendonça (2013) a comissão também era composta por: João Argenta, Colemar Natal e Silva, Laudelino Gomes, Antônio Augusto Santana, Gumercindo Alves e Jerônimo Augusto Curado Fleury.

Por isso Bonfim não seria o lugar ideal, já que Dom Emanuel gozava de inegável notoriedade e influência.

Mas porque a formação da comissão, já que Pedro Ludovico possuía sua própria intenção? "Ora, a comissão... Serviu na verdade como instrumento legitimador das ações do governo, na medida em que incorporou o componente técnico-cientifíco e supostamente democrático a um jogo de cartas marcadas." (MENDONÇA, 2013, p. 302).

É relevante perceber que na entrevista acima citada, Laudelino Gomes informa que o ponto indicado para a construção da capital era um planalto no município de Campininha. No entanto, como exposto, logo em seguida, Dom Emanuel e o Coronel Pirineus são convidados para fazer parte da comissão que iria estudar o local apropriado para a edificação da nova capital. Notamos nesses trechos extraídos da revista que, Laudelino Gomes importante membro do governo ludoviquista, já colocara em eminência o local indicado, antes mesmo da formação da comissão para estudar esse lugar.

Como prenunciado por Laudelino, o local escolhido foi mesmo a região de Campinas. Em maio de 1933 a revista publica o decreto nº 3359 em que contém as diretrizes para a mudança da capital: Art. – 1º A região ás margens do corrego Botafôgo compreendida nas fazendas denominadas "Criméa", "Vaca Brava" e "Botafôgo", no municipio de Campinas, fica escolhida para nela ser edificada a futura Capital do Estado [...]. Em nota, Henrique Silva opina: "A mudança da capital goyana era uma necessidade inadiavel

e foi muito bem compreendida pelo illustre Dr. Pedro Ludovico Teixeira, em bôa hora nomeado interventor federal em Goyaz".[103]

Em outro artigo, assinado por J. Hercíllio Fleury são analisadas as perspectivas do sul goiano em relação à construção da Estrada de Ferro Goiás, e sobre a mudança da capital para Campinas no sentido de integralização comercial entre o sul e o norte do Estado. Sobre os trilhos, ele explica que devido à lentidão das obras criou-se o receio de que ela não continuasse, entretanto, de acordo com ele, se o projeto fosse efetuado, o futuro era de otimismo para o Estado, pois:

> [...] representará para o Municipio de Annapolis e os vizinhos um grande surto econômico commercial. Pois a Via-ferrea entra em contacto com o principal centro goyano, produtor de café. Attinge, outrosim o centro comercial mais visitado pelas comitivas nortistas. Podemos dizer que a E. de F. Goyaz agora, penetrando na zona cafeeira, vae ligar-se ao Norte do Estado, por intermedio das tropas sertanejas que ahi vêm se abastecer de café, sal, etc. (A *Informação Goyana*, junho de 1933, p. 78).

Já o prognóstico da transferência não era dos melhores, pois ele acreditava que o local escolhido não traria tantos benefícios para o estado:

> A mudança da capital trará, é verdade, algumas melhoras para as immediações da nova locali-

103 A *Informação Goyana*, maio de 1933, p. 70.

> zação. Os pontos mais distantes lucrarão, mas, sómente depois de certo tempo quando se operar uma modificação no meio circumvizinho á nova Capital. Portanto a mudança trará beneficios immediatos para outros pontos. Isto aliás, decorre da nova localização bastante excêntrica quando a tendencia moderna é a de centralização. E se fôramos observar esta, a Capital devia se localizar mais ao Norte, ficando assim em maior contacto com as paragens do Tocantins e Araguaya, até hoje tão pouco lembradas e aproveitadas. (A *Informação Goyana*, junho de 1933, p. 78).

Mas a crítica ao local escolhido se limitou a esse trecho acima, Henrique Silva não se ocupou em desaprovar a atitude de Pedro Ludovico por não ter escolhido Bonfim, nem acusou o governo de "politicagem". A revista continuou a acompanhar os fatos que ocorriam sobre a transferência da capital. Tanto que na primeira página da edição de outubro, a revista destacou a solenidade do lançamento da pedra fundamental que marcou o início da construção da futura capital no dia 24 daquele mês:

> O digno Interventor Federal do Estado, que vem assim de realizar o sonho de Couto Magalhães, declarou, então, que dentro de um anno, estaria feita a mudança da capital goyana, cuja feliz iniciativa lhe cabe. S. Ex. disse no seu discurso pronunciado no acto do lançamento da pedra fundamental, que vae iniciar immediatamente a construcção do palacio do governo, de mais sete predios destinados a repartições publicas, inclusive o da Prefeitura e ainda de

> um grande hotel e de sessenta casas para o funccionalismo.
>
> A mudança da Capital era uma necessidade inadiavel e foi em bôa hora mui bem comprehendida pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira.
>
> Por um determinismo historico, haviam sido abandonadas duas "villas" dos tempo coloniaes no "hinter-land". Villa Bela de Matto Grosso e Villa Rica de Ouro Preto – ambas por suas más condições de localização.
>
> E foi agora abandonada Villa Bôa de Goyaz – que reunia áquellas condições, mais uma... no dizer de Couto de Magalhães (A *Informação Goyana*, outubro de 1933, p. 9).

Enfim, o local estava escolhido, mas faltava o nome da nova capital. Sobre o assunto Eliézer Cardoso de Oliveira em sua dissertação de mestrado, *Imagens e Mudança Cultural em Goiânia* elucida que não há como saber a origem de seu nome de forma precisa. De acordo com ele:

> A versão mais comum é que Pedro Ludovico inspirou-se em um concurso realizado pelo jornal O Social para escolher o nome da nova capital, em outubro de 1933. No entanto, Goiânia foi um dos menos votados, perdendo para nomes como Petrônia (cidade de Pedro), Anhangüera, Crisopolis, Heliopólis e outros. Além disso, o nome da Capital só foi oficializado pelo Decreto n. 325, de 2 de agosto de 1935. Outra versão é que o nome foi inspirado no poema épico

> Goyania, composto por Manuel L. de Carvalho Ramos em 1896 (OLIVEIRA, 1999, p. 91).

Contudo, também há na revista o termo Goiania (sem o acento circunflexo). Um ano antes do nome da capital ser oficializado, o periódico com o propósito de prestar benefícios aos seus conterrâneos, informou que a *Associação Goiana* decidiu adotar um endereço telegráfico que já estava registrado com o nome de:

> "GOIANIA" é o endereço que a Associação oferece áqueles que quizerem servir dele.
>
> Chegados os despachos telegráficos, imediatamente os seus destinatários serão comunicados, por meio de telefone, existente na séde social, onde há tambem um fichário, contendo os nomes e endereços de todos os goianos residentes no Rio.
>
> Assim, os nossos coestaduanos têm mais essa regalia proporcionada pela Associação Goiana. (A *Informação Goyana*, janeiro de 1934, p. 42).

Algumas páginas adiante no mesmo número, a revista se colocou aparentemente descompromissada com a escolha do nome da Capital, mas mesmo assim não deixou de sugerir um nome:

> Discute-se pela imprensa este assunto, para nós até aqui indiferente – por motivos que não vêm ao caso.

> Mas por que não Goiasia?
>
> O nome vem de um vocabulo indigena latinizado, como aliás o foram tantissimos outros na lingua nacional.
>
> Goiá, o nome indigena do nosso Estado. É só lhe juntara desinencia que se pospõe ao radical dos nomes que se dão a conhecer as cousas...
>
> Depois, o vocabulo, como o grafamos, não é creação nossa – pois já foi dado a um gênero vegetal novo peculiar á flora alpina da Chapada dos Veadeiros, em Goyaz, pelo notável botanista alemão Taubert, na sua classificação cientifica da coleção Ule, trazida do Planatlo Central do Brasil.
>
> Nomes indígenas latinizados são a maioria dos da monumental Flora Brasiliensis de Martius. (A *Informação Goyana*, janeiro de 1934, p. 42).

Dessa maneira, este capítulo evidenciou que apesar d'A *Informação Goyana* declarar apoio a Pedro Ludovico e compartilhar da mesma ideia da transferência da Capital, também demonstrou opiniões divergentes ao governo, principalmente na pessoa de Henrique Silva. Essas opiniões discordantes ficam explícitas nos diversos artigos em que defendiam com veemência que Bonfim deveria ser a nova capital, e ao dar voz ao Bispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira atestando o prestígio do Bispo naquela cidade. Portanto, a análise do tema por meio da visão da revista nos possibilitou perceber, por outro prisma, as movimentações políticas sobre a questão da transferência da capital estadual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa "*AOS BONS GOIANOS: Questões políticas e a mudança da capital de Goiás nas páginas d'A Informação Goyana (1917 -1935)*" teve como proposta central buscar compreender os discursos políticos sobre importantes aspectos de Goiás principalmente no que se refere à transferência da capital estadual no início do século XX, em um meio de comunicação impresso, a revista A *Informação Goyana*. Podemos afirmar sem reservas que a imprensa de modo geral e esta revista em particular se constitui em uma rica fonte histórica para pesquisas atinentes à Goiás e à região central do país, tanto pela riqueza dos conteúdos quanto pelo período de abrangência.

A fundação desse meio de comunicação impresso dedicado às coisas de Goiás, teve alguns precedentes, mas nenhum com

a mesma abrangência e de tão longa duração. Destacamos aqui a criação da *Matutina Meyapontense* no século XVIII, - periódico da antiga Meia Ponte (Pirenópolis) fundado em 1830 e que circulou até 1834 – pois, além de ser o primeiro imprenso de Goiás, possibilitou o surgimento de uma cultura imprensa, na medida em que ela divulgava na província o que ocorria "lá fora". Outros jornais surgiram em terras goianas, mas não conseguiram se firmar por muito tempo. Somente em 1917 é que A *Informação Goyana* é fundada no Rio de Janeiro representando uma via de mão dupla, ou seja, informando aos goianos sobre o que ocorria "lá fora", e acima de tudo, divulgando as riquezas e possibilidades de Goiás "lá fora". Nesse sentido, ela mesma consiste em um marco histórico na história da imprensa goiana.

Ao se instalar no meio carioca e fundar a Revista, com a ajuda de Americano do Brasil e colaboradores, Henrique Silva pôde por intermédio desse periódico se inserir nessa seara e refutar com "factos e algarismos exactos" a "ignorância" que existia em relação à região mais central do Brasil. É importante pensar a iniciativa da fundação da revista como pioneira no "enfrentamento" de um pensamento, de certo modo preconceituoso, que era dominante sobre Goiás naquele meio social. Não obstante, podemos dizer que ele foi capaz de fundar uma coisa nova naquele Rio de Janeiro da Primeira República.

Em seu propósito, a revista procurou incessantemente expor – principalmente para os investidores - as belezas e as riquezas nativas que Goiás possuía, mas que, as autoridades competentes e muito menos a imprensa carioca davam o merecido valor. Na visão

de Henrique Silva, esse desconhecimento contribuía de certo modo para emperrar o seu desenvolvimento. Assim, podemos assinalar que A *Informação Goyana*, ao divulgar as riquezas de Goiás e as possibilidades de investimentos no estado, pretendia de algum modo impulsionar seu desenvolvimento, pois para se ter esse desenvolvimento almejado era necessário que as suas potencialidades fossem conhecidas. Portanto, ao mesmo tempo em que ela expressava a imagem de Goiás e dos goianos, permitia que se construísse uma imagem de Goiás fora do estado.

Dessa forma, buscamos inicialmente seguir os *passos* de Henrique Silva antes do surgimento da revista. A sua origem de família abastada de Bonfim - que posteriormente mudou seu nome para Silvânia, em virtude de grande influência "dos Silva" – lhe permitiu ir para o Rio de Janeiro fazer seus estudos ainda no século XIX, pois era comum naquela época filhos de famílias com condições financeiras irem para os grandes centros do país para completarem sua formação. Assim, evidenciamos sua passagem pela Escola Militar da Praia Vermelha e o seu contanto com as ideias positivitas naquela instituição _ chamada entre seus estudantes de "Tabernáculo da Ciência" _ que o influenciaram fortemente moldando seu perfil muito mais para um soldado-cidadão "bacharel" do que para um militar propriamente dito. Foi dentro daquela instituição que Henrique Silva se iniciou como jornalista quando criou sua primeira revista.

Sua participação como membro da Comissão Cruls, que durante meses percorreu a região do Planalto Central para estudar e demarcar o território para a futura Capital Federal, provavelmen-

te lhe proporcionou um aprofundamento do conhecimento sobre a região, tão bem demonstrado em seus artigos na revista. Esse conhecimento adquirido tanto por ser goiano, como por essas viagens de pesquisas *in loco*, fez com que ele, por várias vezes, reivindicasse para si o papel de decano e paladino sobre as coisas do Brasil Central. Não foi à toa que parte da imprensa carioca sempre ironizava Henrique Silva com base nessas características. A revista *Careta*, por exemplo, chegou a chamá-lo de *"Dantas Barreto do Planalto Central*", convocando Henrique a libertar Goiás das amarras do mandonismo[104], "Neste caso o bravo Henrique é homem para se collocar á frente de uma tropa de gado caracu e invadir as planicies ao choroso gemer de uma canção de boiadeiro." [105]

O periodismo carioca daquela época foi de grande importância para nossa dissertação, pois descobrimos um Henrique Silva atuante naquele meio, tanto como colaborador, como alvo da imprensa carioca. Essas revistas nos deram o suporte necessário para perceber que ele vivenciou a Belle Époque brasileira na Capital Federal que culturalmente borbulhava sob influência europeia. Na revista *Fon-Fon*, por exemplo, Henrique Silva por fazer parte da elite social carioca, apareceu por diversas vezes na coluna Raio X, uma espécie de coluna social do periódico. Contudo, boa parte das referências encontradas nessa e em outros impressos, não pôde ser inserida nessa pesquisa, devido à necessidade de contemplarmos nosso objetivo.

104 O mandonismo existente em Goiás naquele período, era criticada por boa parte da imprensa carioca.

105 Revista Careta, 23 de março de 1912, p. 27. Esse trecho também reforça a ideia de que Henrique Silva não tinha o perfil de militar.

Dessarte, procuramos analisar dentro do possível o contexto histórico em que ele estava inserido, antes da criação da revista, e detectamos que, alguns fatos que fizeram parte de sua trajetória tiveram reflexos n'A *Informação Goyana*.

Ainda na primeira parte da pesquisa buscamos mapear quem era o grupo que Henrique Silva recrutou para colaborar com sua revista. Devido à grande quantidade de pessoas, não foi possível contemplar todos eles, contudo, pudemos detectar a onipresença de Henrique Silva em seu projeto e provavelmente, a maior parte dos artigos não assinados na revista tenha sido redigida por ele.

Posteriormente, nosso intuito foi tentar compreender a postura política da revista em seu período de circulação (1917 – 1935), durante um contexto político - ou contextos políticos - tão movimentado. Percebemos de forma clara que A *Informação Goyana* pretendeu com contundência, atingir o governo central no que se referia à desatenção à Goiás, bem como a "politicagem" que ocorria em Goiás. No entanto, Outra afirmação presente na revista era a de que não se ocuparia com a política. Talvez, quisesse informar que não se ocuparia com a política partidária, posição muito propalada pelos impressos daquele período, segundo Sodré (1977).

Ao procurar as vinculações de Henrique Silva com lideranças do cenário político goiano, foi possível identificar que os vínculos políticos do grupo responsável pela revista se encontravam no interior do grupo xavierista, expressa principalmente por: Xavier de Almeida, João Alves de Castro e Hermenegildo Lopes de Morais. A pesquisa constatou que a revista adotou um discurso de maior deferência e simpatia a esse grupo político e ao grupo que tomou o poder

em 1930, agindo de modo diferente em relação ao grupo caiadista que não recebeu tantas deferências por meio da revista.

A busca por respostas a esses problemas levantados também não se encontra concluída nessa pesquisa, pois exigiria um alargamento do problema. Por exemplo, Americano do Brasil, que era sobrinho de Henrique Silva, um dos fundadores e colaboradores da revista, fazia parte do Partido Republicano de Goyaz que era ferrenhamente opositor aos Caiado. Tanto que em pesquisa realizada no jornal O Democrata – órgão do Partido Democrata – foram detectadas diversas críticas de baixo calão à Americano por questões políticas que ocorriam em Goiás, chegando a ser chamado de "desfrutável", "manipanço" e "palhaco" [106], ao passo que o próprio jornal mantinha boas relações com A *Informação Goyana*. Também nos despertou interesse em compreender a homenagem que o Jornal *Voz do Povo* – órgão que se apunha aos Caiado - fez à Henrique Silva nas edições de 07 e 28 de outubro de 1934.

Isto posto, procuramos perceber o processo de transferencia da capital de Goiás, por meio da revista. O que detectamos foi que A *Informação Goyana* era abertamente a favor da mudança para a cidade de Bonfim. Fato este que vai demarcar um ponto de discordância entre Henrique Silva e Pedro Ludovico, que embora tenha feito seu discurso inicial sobre a mudança da capital nesta cidade, foi defensor da construção de uma nova capital em local mais apropriado.

Do mesmo modo que ocorre com um livro ou um filme que lemos/assistimos por mais de uma vez, no processo de ler e reler

106 Jornal O Democrata, 17 de agosto de 1929, p. 3.

a revista detectamos novas informações. No nosso caso, na primeira leitura encontramos obviamente a ideia da mudança da capital de Goiás em suas páginas após 1930. Ao lê-la novamente, verificamos que a proposta da transferência já se encontrava no periódico, numa edição de 1921. Mas em nova consulta, descobrimos ainda que Henrique Silva já demonstrasse seu descontentamento com a antiga capital, Cidade de Goiás, em uma publicação de outubro de 1919.

Vale ressaltar que o nosso intento foi construir um conhecimento sobre aspectos relevantes para a História de Goiás, pela ótica da revista. Se esse conhecimento não foi de todo novo, trouxe, entretanto, uma abordagem diferente sobre o tema analisado, e a certeza de que A *Informação Goyana* só pode ser pensada e analisada atrelada a pessoa de seu mentor, Henrique Silva. Como disse Hélio Seixo de Brito por ocasião do aniversário de dezoito anos da revista: "[...] A Informação Goiana, em outras mãos que não as de Henrique Silva, provavelmente já não existiria mais, ha muito tempo..."[107]

Por fim, a pesquisa aqui apresentada não tem a pretensão de encerrar o debate sobre estas questões, pois, a Revista A *Informação Goyana* é uma fonte histórica com amplas possibilidades de temas e abordagens, reservando uma série de elementos ainda a serem indagados, analisados e investigados por pesquisadores que buscam compreender esse importante período da História de Goiás.

107 A *Informação Goyana*, agosto e setembro de 1934, p. 11.

FONTES

Jornal Diário de Notícias (RJ) Disponível em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/

Jornal O Paíz (RJ) Disponível em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/

Revista A *Informação Goyana* (RJ) CD-ROM AGEPEL, 2001. (Coleção fac-smiliar)

Revista A Cigarra (RJ) Disponível em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/

Revista Careta (RJ) Disponível em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/

Revista da Semana (RJ) Disponível em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/

Revista Eu Sei Tudo (RJ) Disponível em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/

Revista Fon-Fon (RJ) Disponível em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/

Revista Kosmos (RJ) Disponível em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/

SITES PESQUISADOS

http://academiagoianadeletras.org
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/corumbaiba.pdf
www.missaosalesiana.org.br/falecidos.php?id=295

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edson Domingues de. Tradição, modernidade e as bênçãos da Igreja Católica na construção de Goiânia, 1932-1942. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2011.

ARRAIS, Cristiano Alencar. Mobilidade discursiva: o periodismo político em Goiás. Goiânia. Ed. UFG, 2003.

BAHIA, Juarez. Jornal, história e técnica: História da imprensa brasileira. São Paulo. Ed. Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil, 1900 – 2000. Rio de Janeiro. Ed. Mauad X. 2007.

BERTRAN, Paulo. Formação Econômica de Goiás. Goiânia. Ed. Oriente. 1978.

BORGES, Barsanufo Gomide. Goiás nos Quadros da Economia Nacional: 1930-1960. Goiânia, Ed. UFG, 2000.

BORGES, Barsanufo Gomide. O despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais. 1909-1992. Goiânia. Ed. UFG, 1990.

BORGES, Humberto Crispim. Vultos Bonfinenses. Goiânia. Ed. Bandeirante, 2001.

CAMPOS, Francisco Itami. Coronelismo em Goiás. Goiânia. Ed. Vieira, 2003.

CAMPOS, Zóia Vilar. Doce amargo: produtores de açúcar no processo de mudança – Pernambuco (1874 – 1941). São Paulo. Ed. Annablume, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 1987.

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual. Revista Dados, vol. 40, nº 2, Rio de Janeiro, 1997.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. Brasil, um imenso hospital? In: Anais do XII Encontro Regional de História – ANPUH/RIO - Brasil, Niterói, 2006.

CASTRO, Celso. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 1995.

CHAUL, Nasr N. Fayad. A construção de Goiânia e a transferência da Capital. Goiânia. Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.

_____. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia, Ed. UFG, 2010.

_____. (Org). Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias. Mestrado em História/UFG. Goiânia. Ed. Kelps, 1998.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1990.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmento dos impressos. In. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (org.). História da Imprensa no Brasil. São Paulo. Ed. Contexto, 2008.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a Serviço do Progresso. In. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (org.). História da Imprensa no Brasil. São Paulo. Ed. Contexto, 2008.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro. São Paulo. Ed. Globo, 2001.

FERREIRA, Gracy Tadeu da Silva. O coronelismo em Goiás (1889 – 1930): as construções feitas do fenômeno pela história e literatura. In. CHAUL, Nasr N. Fayad. Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias. Mestrado em História/UFG. Goiânia. Ed. Kelps, 1998.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. Presidentes e governadores de Goiás. Goiânia. Ed. UFG, 1980.

FRANCO. José Luiz de Andrade. et al. Fronteira, História e Natureza: a construção simbólica do Oeste Brasileiro (1930-1940). Revista de História Iberoamericana. v. 7, n. 2. 2014.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. Poder e paixão: a saga dos Caiado. Goiânia. Ed. Cânone, 2009. v. 1.

HOBSBAUWM, Eric J. A Era das Revoluções: 1789-1848. São Paulo. Ed. Paz e Terra. 2010.

LOURENÇO, Mariana Simões. Do acervo ao livro: as Publicações do Arquivo Nacional (1886 – 1922). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. Revista História, São Paulo, 22 (1): 50-79, 2003.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança. Goiânia, Ed. Vieira, 2013.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. Território e História no Brasil. São Paulo, Ed. HUCITEC, 2002.

NEPOMUCENO M. A. 2003. O papel político-educativo de A *Informação Goyana* na construção da nacionalidade. Goiânia. Ed. UFG, 2003.

NOGUEIRA, Clara Asperti. Revista Careta (1908-1922): Símbolo da modernização da imprensa no século XX. In:. Miscelânea Revista de Pós Graduação em Letras, vol.8, jul./dez. Unesp. 2010.

PALACÍN, Luiz. Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás. Goiânia, Ed. Oriente, 1976.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. Chacinas, Combates e Massacres: medo e violência em Goiás. Goiânia. Ed. PUC – GO/Kelps, 2012.

_____. Eliézer Cardoso de. Imagens e mudança cultural em Goiânia. Dissertação (Mestrado) – História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

ORLANDI, Eni P. Análise do discurso: princípios e procedimentos. Campinas. Ed. Pontes, 2005.

RIBEIRO, Mara Regina Rodrigues; SANTANA, Aline. Política e modernidade: como a revista Fon Fon tratou a temática no período da República Velha. in:. VIII Encontro Nacional de História da Mídia. Unicentro. 2011.

RIBEIRO, Mirian Bianca Amaral Ribeiro. Memória, família e poder. História de uma permanência política – os Caiado em Goiás. In. CHAUL, Nasr N. Fayad. Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias. Mestrado em História/UFG. Goiânia. Ed. Kelps, 1998.

ROSA, Maria Luiza Araújo. Dos Bulhões aos Caiado: um estudo da História Política de Goiás. 1899 – 1909. Goiânia, Universidade Católica de Goiás, 1984.

SAID, Edward W. Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993; tradução Milton Hatoum. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2005.

SANCHES, Cida. Henrique Silva: de Bonfim para o Brasil. Silvânia, Jornal A Voz. 2014.

SILVA, Ana Lúcia da. A revolução de 30 em Goiás. Goiânia. Ed. Cânone. 2005.

SILVESTRE, Fernanda Munhão Martins. As crônicas de Bilac nas revistas ilustradas A Cigarra (1895) e A Bruxa (1896-1897). Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Estadual Paulista, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1977.

TELES, Mendonça José. Memórias goianas I. Goiânia. Editora UCG, 1986.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República. Revista Estudos Avançados. vol. 10, nº. 26, janeiro/abril, São Paulo, 1996.

VERGARA, Moema de Rezende. Território e saúde: o estudo de Antônio Pimentel sobre o Planalto Central. Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos. vol. 15, nº. 3, julho/setembro, Rio de Janeiro, 2008.

ZICMAN, Renée Barata, História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas. In: História e historiografia: Contribuições e Debates. PUC São Paulo. Programa de estudos pós-graduados em história. Departamento de história. São Paulo, EDUC, 1985.

"AOS BONS GOIANOS":

Questões políticas e a mudança da capital de Goiás nas páginas d'A Informação Goyana (1917 -1935)

BRUNO GONÇALVES DOS SANTOS

www.editoraintuito.com.br